

PONTIFÍCIA UINIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO
PUC –SP

Rodolfo Medeiros Schian

Marx
A relação sociedade-natureza

MESTRADO EM CIÊNCIAS SOCIAIS

SÃO PAULO
2011

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO
PUC –SP

Rodolfo Medeiros Schian

Marx

A relação sociedade-natureza

Tese apresentada à Banca Examinadora da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, como exigência parcial para obtenção do título de Mestre em Ciências Sociais (Sociologia) sob a orientação do Prof. Doutor Rinaldo Sérgio Vieira Arruda.

MESTRADO EM CIÊNCIAS SOCIAIS

SÃO PAULO

2011

BANCA EXAMINADORA

DEDICATÓRIA

Dedico este trabalho a todas as pessoas que passaram por minha vida.
Existe um pedaço de cada um no desenvolvimento deste texto.

AGRADECIMENTO

Agradeço o apoio da minha família e aos amigos, em especial ao meu pai José Luiz Schian e à minha esposa Silvia Maria Vieira Schian.

Também gostaria de agradecer os conhecimentos transmitidos pelos valiosos mestres, pois sem eles, este trabalho não seria possível: Dra. Coraly Gará Caetano, Dra. Leila da Costa Ferreira, Dra. Lúcia da Costa Ferreira, Dr. Michael Löwy, Dr. Márcio Bilharinho Naves e ao valioso orientador Dr. Rinaldo Sérgio Vieira Arruda.

Rodolfo Medeiros Schian

Marx

A relação sociedade-natureza

RESUMO

Vivemos uma época turbulenta, de crises sociais e ecológicas, e muitos pesquisadores acreditam que estas estão associadas e, por muitas vezes, são de responsabilidade do sistema capitalista. Essa ligação dos problemas socioambientais somente foi percebida em 1960, com o surgimento da sociologia ambiental, concluindo que a degradação dos recursos naturais estava associada ao desenvolvimento industrial. Entretanto, para muitos pesquisadores sociólogos, essa problemática, vivida pela sociedade, não poderia ser profundamente analisada por não existir uma teoria que explicasse a relação sociedade-natureza, pois os clássicos da sociologia, (Marx, Weber e Durkheim), trabalharam a questão ambiental de modo tangencial nas suas teorias. Partindo dessa afirmação, foi realizada uma pesquisa para compreender a concepção de natureza de Karl Marx, se de fato a questão ambiental foi tratada tangencialmente em sua obra, como esse pensador clássico refletia a relação sociedade-natureza dentro da teoria socialista, e qual seria o alcance dos seus conceitos para compreender a problemática ecológica. Por meio da análise de suas principais obras e de alguns marxistas, verificamos um pensamento desenvolvido sobre a relação sociedade-natureza, uma concepção de natureza revolucionária para o seu tempo, e acima de tudo, uma teoria desenvolvida por meio do materialismo histórico, que serve como base para analisar a problemática ecológica contemporânea. Marx já havia concluído o que os sociólogos concluíram somente em 1960, que a degradação dos recursos naturais está associada ao desenvolvimento industrial capitalista. Dessa forma, concluímos que socialismo e ecologia são correspondentes.

Palavras-chaves: Karl Marx; socialismo; natureza.

Rodolfo Medeiros Schian

Marx

The society-nature relationship

ABSTRACT

We live in turbulent times of social and ecological crises, and many researchers believe that these are associated, and often are the responsibility of the capitalist system. This linkage of social and environmental problems was seen only in 1960, with the emergence of environmental sociology, concluding that the degradation of natural resources was linked to industrial development. However, for many researchers sociologists, this issue, experienced by the company, could not be thoroughly examined in the absence of a theory to explain the relationship between society and nature as the classics of sociology (Marx, Weber and Durkheim), worked on environmental issues so tangential in his theories. Thus, this research was conducted to understand the concept of nature of Karl Marx, if in fact the environmental issue has been addressed tangentially in his work, as this classical thinker reflected the society-nature relationship in socialist theory, and what the extent of their concepts to understand the ecological problem. Through analysis of his major works and some Marxists, we found a thought developed on the relationship between society and nature, a conception of the revolutionary nature of its time, and above all, a theory developed by means of historical materialism, which serves as a basis for analyzing contemporary ecological problems. Marx had already completed what sociologists have concluded only in 1960 that the degradation of natural resources is associated with the capitalist industrial development. Thus, we conclude that socialism and ecology are involved.

Key words: Karl Marx, socialism, and nature.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	09
1. KARL MARX – VIDA E OBRA	21
1.1. Vida e Obra	21
1.2. Marx, uma vida, um só pensamento.	46
2. A CONCEPÇÃO DE NATUREZA	49
3. O JOVEM MARX	55
3.1. A Questão Judaica (1843) – Uma natureza distante	55
3.2. Manuscritos Econômico-Filosóficos (1844) – A alienação da natureza	58
3.3. A Ideologia Alemã (1845-46)- A natureza histórica	67
3.4. Fundamento à Dominação da Natureza	78
3.5. Manifesto Comunista (1848) – Produtivismo?	84
4. A TRANSIÇÃO DO PENSAMENTO DE MARX	91
4.1. O Domínio Britânico na Índia (1853) – Uma concepção de natureza ocidental	91
4.2. Futuros Resultados do Domínio Britânico na Índia (1853) – Desenvolvimento, cultura e natureza	92
4.3. Discurso Pronunciado na Festa de Aniversário do People’s Paper (1856) – A tecnologia a favor da relação sociedade-natureza	93
5. MARX MADURO	95
5.1. O Capital	95
5.2. Crítica ao Programa de Gotha (1875)	107
6. CRÍTICAS DOS ECOLOGISTAS E MARXISTAS	109
6.1. A segunda contradição do capitalismo	114
6.2. Ecosocialismo ,.....	116
CONSIDERAÇÕES FINAIS	119
BIBLIOGRAFIA	132

INTRODUÇÃO

O presente trabalho teve início em 2004, na elaboração do trabalho de conclusão de curso de graduação em administração de empresas, com habilitação em marketing. Trabalho que tinha como objeto de estudo a análise das propostas relacionadas à questão ambiental, no período de 2002 a 2006, dos partidos ditos de esquerda no Brasil. Tal análise demonstrou que os partidos que adotam a bandeira socialista compreendem pouco o conceito de Marx e utilizam a questão ambiental como mero marketing político (visto a centralidade que os problemas ecológicos tomaram na contemporaneidade); e muito menos seus críticos compreendem, pois esses críticos tomam, por muitas vezes, como base, somente o primeiro livro de “O Capital” e “O Manifesto Comunista”.

Percebendo tal defasagem na esquerda brasileira e dos críticos da teoria marxista da compreensão de Marx da relação sociedade-natureza, da relação homem-natureza, iniciei uma nova pesquisa. Essa nova pesquisa tem o intuito de compreender o que Marx dizia sobre essas relações e da sua importância.

Neste novo percurso da pesquisa (que é o presente trabalho), encontrei alguns críticos de Marx sobre seu pensamento da relação sociedade-natureza e poucos marxistas que trabalham a questão ambiental (principalmente da década de 1990 até nossos dias). Muitos desses marxistas e críticos defendem a afirmativa de David Pepper (1992) de que a teoria marxista se esforçou para compreender a questão ambiental, mas não foi capaz de fundamentar-se na área da ciência ecológica.

David Pepper (1992) acredita que para se chegar a um socialismo ecológico, para unir o movimento ecológico com o socialismo, deve-se primeiramente unir o socialismo com o anarquismo. Admite que o socialismo marxista, liberto das concepções produtivistas, com a experiência adquirida através destes anos, com os “socialismos existentes”, poderia oferecer respostas para tentar solucionar a crise ecológica.

Por uma questão de tempo e objetivo, estará focado nas principais obras de Marx que trabalham diretamente ou indiretamente a natureza, e como os marxistas vem trabalhando tais questões, na tentativa de demonstrar o alcance e as limitações da teoria marxista para tentar solucionar a problemática ambiental contemporânea.

Propondo uma releitura de Marx, estaremos não só reciclando suas ideias, mas principalmente a compreensão sobre sua teoria. Entretanto, é claro que não tenho a pretensão de cobrir todos os seus fundamentos, e simplesmente como objetivo apresentar a visão de Marx sobre a natureza, sua compreensão de sociedade-natureza e/ou indivíduo-natureza e como isso poder influenciar a compreensão de seus outros fundamentos.

No decorrer do trabalho não ficarei limitados à exposição das ideias de Marx e dos marxistas, na medida do possível, estarei expondo as críticas sobre esta corrente de pensamento socialista da relação sociedade-natureza. Críticas feitas por ecologistas, ambientalistas, sociólogos, políticos, economistas, entre outros, que contribuíram para a formação da área da sociologia ambiental e do marxismo.

Leila da Costa Ferreira (2006) aponta que a sociologia ambiental (científica e acadêmica) tem o seu início com os movimentos sociais dos anos 1960, e com a evidente degradação dos recursos naturais e sua relação com o desenvolvimento industrial. Todavia, demonstra que tais movimentos não foram compreendidos totalmente pelos sociólogos da época, pois estes não estavam preparados, não tinham uma teoria desenvolvida para analisar a relação sociedade-natureza e sua problemática. Para a autora, os clássicos da sociologia, Marx, Weber e Durkheim, tinham abordado tal questão de modo tangencial, e em raras exceções surgiram trabalhos isolados. Somente nos anos de 1990, alguns sociólogos (assim como poucos marxistas) começaram a refletir com a devida atenção sobre a questão ambiental, até mesmo porque o tema passou a ocupar o centro dos debates de todos os setores da sociedade (Estado, Indústria, movimentos sociais, dentre outros).

A sociologia ambiental assume então uma posição significativa para estudar as divergências e conflitos sobre a natureza... e as causas e a extensão dos problemas ambientais entre os diversos atores envolvidos. (FERREIRA, 2005 – p. 15).

Leila da Costa Ferreira (2006) afirma que as ciências sociais, em seu passado, não muito distante, defendiam o paradigma do progresso ilimitado e da racionalidade humana. Procura demonstrar que tanto Marx como Durkheim, em suas análises, vestiam a era moderna como turbulenta, todavia dotada de qualidades positivas para a superação dos problemas da sociedade. Weber seria o clássico com uma visão mais pessimista, colocando o mundo moderno como paradoxal, dizendo que o seu desenvolvimento, que o “progresso”, levava à submissão da criatividade e autonomia. Todavia, a autora faz uma ressalva, afirmando que nem o próprio Weber, que é aparentemente mais próximo de uma compreensão da problemática ambiental, conseguiu perceber a extensão caótica dos problemas da modernidade.

Já Hannigan (2009) mostra que os clássicos da sociologia tinham em seu corpo teórico uma dimensão ambiental, mas esta foi obscurecida pelos seus tradutores e intérpretes americanos, os quais preferiram favorecer as explicações das estruturas sociais, deixando de lado as estruturas físicas ou ambientais. Hannigan aponta que uma direção para os sociólogos contemporâneos que pretendem compreender as questões ambientais são as obras dos clássicos, pois os pioneiros da sociologia, até certo ponto de suas teorias, trabalharam a relação sociedade e natureza. Entretanto, afirma que tais pensamentos nem sempre eram diretos e, sim, dotados de controvérsias filosóficas e debates acadêmicos próprios de seus tempos.

Esta ideia de Hannigan de se elaborar uma construção teórica para compreender a problemática ambiental contemporânea é muito próxima da construção teórica feita pelos ecossocialistas e marxistas que estudaram a questão ambiental, eles percebem a dimensão ecológica da teoria marxista ao mesmo tempo em que apontam as falhas de Marx, ou seja, seu potencial pensamento produtivista.

Waldman (2002) já afirma categoricamente que a questão ambiental contemporânea exige uma revisão de toda área acadêmica, inclusive das ciências sociais. Que essa revisão é uma reavaliação, uma releitura de toda produção acadêmica, pois segundo o autor, a questão ambiental não foi totalmente contemplada, ou seja, não foi dada a devida atenção a essa problemática. Que a exploração e utilização da natureza, a relação sociedade e meio ambiente, desde a época do Renascimento, estavam presentes de certa forma na produção acadêmica, mas de forma indireta e muito restrita.

As especulações dos pensadores dos séculos XVII (Thomas Hobbes, John Locke), XVIII (Adam Smith, Rousseau, David Ricardo) ou do XIX (John Stuart Mill, Karl Marx e Friedrich Engels), não podem ser definidas como ecológicas. No máximo, elas apontavam para problemáticas ambientais em função de outras variáveis, como a política, a filosofia, a economia, etc. Somente nas décadas finais do nosso século (particularmente nas três últimas), é possível assinalar alguma produção consistente nesta área. (WALDMAN, 2002, p. 46).

Foster (2005) já afirma que estamos vivendo um momento histórico da relação sociedade-natureza, e que a teoria social não está preparada para compreender essa problemática. Não está preparada, pois não possui uma teoria elaborada para compreender a relação de dependência entre ser humano e a natureza. Que os teóricos da sociologia ambiental estão falhando nessa análise, na construção de uma nova teoria social que inclua a questão ambiental, por não ter uma orientação materialista, histórica e dialética. Dessa forma, coloca a teoria marxista como base, como início para a construção de uma teoria que trabalhe os problemas ecológicos.

O marxismo tem uma enorme vantagem potencial para lidar com todas estas questões precisamente por repousar sobre uma teoria da sociedade que é materialista não só por enfatizar as prévias condições material-produtivas da sociedade, e como elas serviram para delimitar a liberdade e as possibilidades humanas, mas também, pelo menos em Marx e Engels, por jamais ter perdido de vista a necessária relação destas condições materiais com a história natural, ou seja, uma concepção materialista de natureza. (FOSTER, 2005, p. 36).

Essas afirmações acima, da teoria marxista para a compreensão da problemática ecológica contemporânea, são reafirmadas por Bensaïd (1999), com um questionamento irônico e magistral: “Mau gênio produtivista ou anjo da

guarda ecologista?” Questionamento que é feito para analisar as críticas que se fazem contra Marx, nos dizeres de que este é responsável pelo produtivismo burocrático e suas catástrofes, ou na defesa de que ele é um defensor das causas ambientais; tanto a crítica quanto a defesa podem ser encontradas nas obras de Marx segundo Bensaïd:

... em termos da época presente, caminhos há muitos obstruídos pelo pesado edifício das vulgarizações didáticas, começam novamente a se abrir... Com toda a certeza, seria anacrônico exonerar Marx das ilusões prometeicas de seu tempo. Seria igualmente abusivo fazer dele um pregador descuidado da industrialização a qualquer preço e do progresso em sentido único. (BENSAÏD, 1999, p. 433).

Ainda na introdução, irei fazer uma breve exposição histórica dos fatos da degradação ambiental contemporânea, acarretando na mudança negativa do modo de vida de todos os habitantes do planeta Terra (nossa comum e única casa) na contemporaneidade.

No primeiro capítulo, é exposta uma breve análise da vida e obra de Karl Marx para compreendermos como ele trabalhou os seus pensamentos, visto que se trata de uma análise marxista, a questão histórica faz-se importante para não cairmos meramente no campo filosófico e abstrato. Para isso, também será realizada no segundo capítulo uma análise de como se dava a concepção de natureza na época de Marx.

A segunda parte deste trabalho, que vai ser dividida em três partes: capítulo 3, O jovem Marx; capítulo 4, A transição do pensamento de Marx e o capítulo 5, Marx maduro será composta pela análise de algumas obras de Marx, da sua compreensão da relação sociedade-natureza, e da sua posição sobre os problemas ambientais gerados pela modernidade.

No capítulo 3, é trabalhada a fase do jovem Marx, iniciando com a sua obra A Questão Judaica. No desenvolvimento desse texto, é encontrada raras anotações, ou até mesmo única, a respeito da natureza. Entretanto, veremos que Marx já coloca o sistema capitalista, fundado no egoísmo, como o grande responsável pela degradação da vida humana e da natureza. A segunda obra

analisada nessa fase de Marx são os Manuscritos econômico-filosóficos, fase em que ele está influenciado pelo pensamento feuerbachiano. Momento em que Marx fará a relação entre a alienação do ser humano com a alienação da natureza, percebendo a importância da natureza na produção e como extensão do próprio corpo humano, a natureza externa deixa de existir para Marx, a natureza é humanizada.

O terceiro tópico do capítulo 3, na análise da obra *A ideologia alemã*, verifiquei uma síntese valiosa do pensamento marxiano referente à sua concepção de natureza, trata-se de uma síntese das duas obras citadas anteriormente. Neste momento da fase do jovem Marx, ele define claramente que a natureza é um produto histórico, uma história realizada através do trabalho humano. Dessa forma, consegue concluir que a história da humanidade e a história da natureza constituem uma única história, com a isso as ciências humanas e as ciências naturais, na verdade, devem constituir também uma única ciência. O quarto tópico deste terceiro capítulo, intitulado de dominação da natureza, explica como deve proceder a humanidade diante da natureza para realizar a plena satisfação das necessidades e com isso construir a história.

O quinto e último tópico da denominada fase do jovem Marx é importante para a compreensão das críticas que são realizadas a esse pensador, na afirmação de que ele faz apologia ao produtivismo. Demonstrando que na verdade Marx era influenciado, de fato, pelas questões de seu tempo, vendo no desenvolvimento tecnológico a oportunidade do socialismo se instaurar e conseguir realizar o pleno desenvolvimento humano.

O quarto capítulo está voltado para a fase de transição do jovem Marx para o Marx maduro, que será analisada através dos seguintes textos: O domínio britânico na Índia; Futuros resultados do domínio britânico na Índia e o Discurso pronunciado na festa de aniversário do *People's Paper*. Nessa fase, Marx está voltado aos estudos de economia e coloca que a concepção de natureza deve ser universal, mas que a produção, a relação sociedade-natureza, deve ser feita nos moldes do desenvolvimento do ocidente.

No quinto capítulo, trabalho a fase Madura de Marx, momento em que seus conceitos estão plenamente desenvolvidos, exemplificados por meio da sua obra máxima O Capital e da Crítica ao programa de Gotha. Momento em que iremos verificar que Marx expõe que o seu materialismo histórico está em plena conexão com a sua concepção de natureza. E até certo ponto poderemos verificar um Marx preocupado com as problemáticas ambientais de seu tempo.

A terceira parte deste trabalho, composta pelo capítulo 6, se dará por meio da exposição e análise do pensamento marxista contemporâneo, de alguns críticos marxistas, frente à questão ambiental.

Com estas ideias organizadas, será respondido o questionamento principal deste trabalho: O Socialismo poderia ser uma alternativa para solucionar os problemas ambientais contemporâneos?

Löwy (2005) faz os seguintes questionamentos, que o presente trabalho tem a intenção de procurar esclarecer:

Em que medida o pensamento de Marx e Engels é compatível com a ecologia moderna? Podemos conceber uma leitura ecológica de Marx? Quais são as aquisições do marxismo indispensáveis à constituição de um ecossocialismo à altura dos desafios de século XXI? E quais são as concepções de Marx que exigem uma [revisão] em função dessas exigências? (LÖWY, 2005, p. 19)

Respondendo a esses questionamentos, Löwy (2005) parte dos pressupostos que os temas ecológicos não ocupam um lugar central no dispositivo teórico marxiano; que os escritos de Marx e Engels sobre a relação sociedade-natureza não são claros, podendo ser fontes de diversas interpretações. E que a crítica feita por esses autores ao capitalismo é um fundamento essencial para uma perspectiva ecológica radical.

Mesmo com a exposição feita na introdução sobre o pensamento de Marx em relação à sociedade-natureza, das suas possíveis contradições, vejo-me na obrigação de adiantar a conclusão deste trabalho, principalmente para

orientar a leitura e interesse deste tema: **falar em socialismo ecológico na visão de Marx é redundância.**

Fatos Históricos

Em 1542, no Brasil, a 1ª Carta Régia continha normas para o corte de madeira. Todavia, estas normas estavam longe de ter um caráter ecológico, estava ligada a esfera econômica, na relação metrópole–colônia. Três séculos depois, em 1850, D. Pedro II, edita a lei proibindo a exploração florestal, também com uma visão economicista. É neste século que surge o termo, a disciplina ecologia, em 1866, com o biólogo alemão, Ernst Haeckel (naturalista alemão partidário do evolucionismo de Darwin), e é também no século XVIII que surge os pensamentos de Darwin e os pensamentos de Karl Marx. Portanto é no século XIX, que temos a origem do que veio a ser o início do pensamento ecológico e marxista, ambos os pensamentos estavam sendo construídos na mesma época.

Jean Pierre Dupuy (1980) diz que toda ambigüidade da ecologia já está contida na própria palavra; Ecologia: o logos sobre o oikos, o discurso racional sobre o habitat, a ciência de habitar. Relatando que a etimologia é quase idêntica à da economia, o nómos, a lei humana convencional, sendo substituído pelo logos. Portanto, o termo ecologia, que seria direcionado ao meio acadêmico, hoje também é a bandeira de diversos movimentos. Talvez esteja nesta ambigüidade da ecologia, o motivo para a mudança do termo dentro dos movimentos socioambientais, para ambientalismo. O termo ambientalismo, que para Dupuy, engloba o natural, social e cultural.

Em 1920, o pau-brasil já era considerado extinto e, apenas 20% das florestas nos EUA, não tinham sido exploradas. Processo este que foi acelerado em 1923, consequência da filosofia do fordismo (produção em larga escala e padronizada), era o início da sociedade consumista. Tal fato, principalmente a destruição das florestas nos EUA, consequência do processo de produção capitalista, já era alertado por Marx através da sua análise da

indústria e da agricultura, na obra *O Capital*, como veremos no decorrer deste trabalho.

O processo de conscientização da problemática da questão ambiental vai começar a ganhar força, somente na metade do século XX, no período do pós-guerra. É a partir da década de 1960, que os movimentos ambientais começam a conquistar maior espaço, tanto no que se refere aos movimentos sociais, como nos centros acadêmicos e científicos.

Na análise de André Gorz (2004), os movimentos sociais dos anos de 1967-1974 colocavam os problemas ambientais como importantes preocupações desses anos. No entanto, essas preocupações eram ainda muito restritas a alguns grupos de pesquisadores e cidadãos. A sociologia ambiental também vai ter o seu estopim nessa década, todavia os sociólogos não tinham um corpo teórico elaborado para conseguir compreender com eficiência a relação sociedade e natureza. E segundo alguns pensadores (Ferreira, 2006; Hannigan 2009; Gorz, 2004), os pioneiros da sociologia clássica, Durkheim, Marx e Weber tinham abordado essa questão de modo tangencial. Mas na década de 1960, já havia pensadores que abordavam a problemática ambiental em uma perspectiva mais radical, tanto nos EUA (Escola de Chicago) como na Europa.

A década de 70 foi marcada por uma mobilização internacional, a exemplo de 1972, com o Clube de Roma e a publicação do relatório *Limits of Growth*, que denunciava o crescimento a qualquer custo. Nesse mesmo ano, ocorreu a Conferência de Estocolmo, na Suécia. Que foi a 1ª Conferência da ONU sobre o Meio Ambiente, tendo como resultado principal a Declaração Sobre o Ambiente Humano. Em 1974, Haia, Holanda, o I Congresso Internacional de Ecologia, tendo como tema principal das discussões a camada de ozônio e os gases tóxicos. Em 1977, em Tbilisi (CEI, Geórgia), ocorreu a I Conferência Intergovernamental sobre Educação Ambiental (PNUMA).

Michel Bosquet (1976) relata que quando apareceu o memorando de Mansholt, em 1968, e o relatório Meadows, em 1972, no Clube de Roma, a

primeira reação foi de júbilo, pois finalmente o capitalismo confessava os seus crimes. Que a lógica do lucro o tinha levado a produzir por produzir, desperdiçar recursos insubstituíveis, a tornar cada vez mais complicada e onerosa a satisfação das necessidades elementares. Aumentando a quantidade de bens mercantis que haviam de substituir o que até aí fora gratuito: o ar, o sol, o espaço, as florestas e os mares. Que o modelo adotado pelo sistema não poderia continuar com consequências naturais graves, colocando em risco a vida na Terra. Esses relatórios confirmavam as críticas mais radicais, mas não representaram um avanço na mudança de produção e consumo da sociedade capitalista. Mostram apenas que o capitalismo tem a consciência de seus atos, e que está preparando apenas algumas modificações dentro do próprio sistema para continuar o seu domínio destrutivo, seja na esfera econômica, social ou ecológica.

Na visão de Leila da Costa Ferreira e Lúcia da Costa Ferreira (Hogan, Vieira orgs., 1995), o Relatório de Meadows possibilitou reconhecer que o desperdício e a poluição deixaram de representar apenas um problema referente às condições de vida e de consumo da sociedade, mas que estão ligados à própria base de reprodução da esfera produtiva.

Essas temáticas têm se mostrado importantíssimas para evolução do pensamento ambiental, tanto no nível local, como internacional. Como demonstra Leila da Costa Ferreira (1998), um exemplo é a posição do Brasil no sistema internacional, que mudou extraordinariamente desde a Conferência de Estocolmo em 1972. Pois nessa época, o Brasil liderou a aliança dos países periféricos contrários a reconhecer a importância dos problemas ambientais.

No ano de 1987, na Noruega, ocorreu o Relatório da Comissão Brundtland – Our Common Future, que foi uma comissão criada pela ONU, com a finalidade de identificar os principais problemas ambientais. Segundo Leonardo Boff (2004), a partir do Relatório de Brundtland, que é o resultado da pesquisa feita entre 1983-1987 sobre as condições ecológicas da Terra, foi projetado o ideal do desenvolvimento sustentado, definido como um processo de mudança no qual a exploração dos recursos, a orientação dos

investimentos, os rumos do desenvolvimento tecnológico e a mudança institucional deverão estar de acordo com as necessidades atuais e futuras.

Com a intensificação das queimadas amazônicas em 1988, rapidamente o Brasil se transformou num grande vilão do ambiente global, em parte pela degradação da Floresta Amazônica, mas também pelos seus recursos hídricos, entre outros problemas ambientais gerados pelo desenvolvimento econômico do país. Por esse motivo, em 1992, ocorreu no Brasil, Rio de Janeiro, a Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento (UNCED, Rio 92) tendo como o centro das discussões o Desenvolvimento Sustentável, acelerando a preocupação ambiental, principalmente do Brasil, dos povos do Terceiro Mundo e acirrando as relações Norte-Sul.

No ano de 1997, ocorreu a Conferência de Kyoto, gerando o Protocolo de Kyoto, que visava à redução da emissão dos gases do efeito estufa. Esse protocolo é criticado por François Chesnais e Claude Serfati (Chesnais, Serfati, 2003), dizendo que o acordo de Kyoto sobre a redução dos gases causadores do efeito estufa tinha objetivo muito modesto, redução de 6 a 8% das emissões de CO₂ entre 2008 e 2010 em relação ao nível atingido em 1990 e criou uma opção para os países emissores que lhes permite comprar o direito de poluir. E ainda, segundo eles, esse quadro analítico e esses acordos servem igualmente para justificar a transferência das atividades poluentes dos grupos multinacionais para os países do Sul.

Os EUA, um dos maiores emissores desses gases, negaram-se a assinar o 1º protocolo alegando que esse tipo de ação colocaria em risco sua economia e aumentaria o índice de desemprego, entre outros discursos liberais (discussão que vem se arrastando até hoje). O que demonstra que todo tipo de ação para a implementação de um desenvolvimento sustentável, seja ela no quadro social ou ecológico, é um freio ao progresso capitalista, ou seja, atinge um dos seus principais pilares, que é o crescimento ilimitado.

Esses são alguns dos fatos históricos, entre outros, que aqui não foram comentados, como alguns desastres ambientais, acidentes nucleares,

climáticos, a questão da energia, de responsabilidade tanto do sistema capitalista quanto dos sistemas burocráticos comunistas. Esses fatos chamaram a atenção dos atores sociais, na criação dos movimentos ecológicos, na aproximação destes com os movimentos sociais e que acordaram os marxistas para uma reavaliação de seus conceitos, na empreitada de pensar um novo modelo de sociedade, visto a insustentabilidade do atual sistema.

Esses movimentos, pensamentos, na crítica ao sistema e ao modelo da sociedade moderna, no seu radicalismo e espírito revolucionário, colocam em xeque o sistema capitalista, demonstrando a sua insustentabilidade. E se Marx não abordou com abrangência toda essa problemática, isso se deve ao fato de não ter vivenciado este século passado caótico e todo seu desenvolvimento. Mas ele já sabia que todo esse desenvolvimento, se não fosse planejado, e respeitando a relação sociedade-natureza, a degradação ambiental era inevitável, como veremos em seu pensamento no decorrer deste trabalho. Cabe aos marxistas contemporâneos preencherem essa lacuna histórica da teoria marxiana.

1. KARL MARX – VIDA E OBRA ¹

É de extrema importância compreender a vida de Karl Marx, pois somente dessa forma conseguiremos compreender historicamente (como foi construída a teoria marxista) o desenvolvimento de seu pensamento. Por meio de sua biografia podemos verificar a forte influência de seu pai, as mudanças políticas e econômicas em que estava inserido, o motivo pelo qual é acusado de pensador produtivista, suas influências filosóficas, a sua relação com a sociedade e o mundo do proletariado. E o mais importante ao desenvolvimento deste trabalho, como é investigado por Attali (2007), o status dado por Marx à teoria de Darwin, à sua aproximação com a teoria ecológica da época.

Marx, sendo um admirador de Darwin, acreditava que a história do homem e a história da natureza eram na verdade uma única história. Mas Darwin já havia, surpreendentemente, na visão de Marx, elaborado uma concepção de grande valor sobre a história da natureza, faltando-lhe apenas uma maior compreensão econômica, uma compreensão da história do homem. A compreensão econômica, a compreensão da história do homem, portanto, é o grande objetivo da obra *O Capital*, e por esse motivo pouco se fala a respeito da natureza, visto que Marx acreditava que sua visão sobre ela já estava claramente exposta na obra de Darwin (*A origem das espécies*) e que a sua concepção de natureza, a relação sociedade-natureza, já estava bem definida nos seus escritos iniciais. Com isso posso reafirmar no início deste capítulo que Marx era sim preocupado com as questões ecológicas.

1.1. Vida e Obra

A árvore genealógica da família Marx, tanto do lado da mãe quanto do pai, é repleta de rabinos, trata-se de uma família judaica, portanto a formação

¹ Esta breve bibliografia de Marx foi retirada das seguintes fontes: Marx: ciência e revolução, Marcio Naves, 2000; Coleção os Pensadores – Marx, 1999; e da excepcional bibliografia: Karl Marx – ou o espírito do mundo, de Jacques Attali, 2007.

de Karl Marx dentro do seio familiar foi fortemente influenciada pela religião judaica, mesmo seu pai sendo um pouco distante da religião.

A sua cidade natal, Trier, é predominantemente católica, região com poucos judeus, os quais vivem em extrema pobreza, consequência de não poderem exercer diversas profissões (inclusive a agricultura), sendo por muitas vezes obrigados a exercer a profissão que lhes é mais acessível, a de penhoristas.

As constantes conversas que Karl Marx tem com seu pai possivelmente abordaram os assuntos dessa época, dos judeus serem impossibilitados de exercer determinadas funções, o que pode ter levado Marx a perceber a alienação do homem, de seu trabalho, por meio da separação das classes sociais, da luta de classes, da política vigente.

A Alemanha passa por um processo de transição do feudalismo para o capitalismo, é uma transição tardia, pois ainda não conseguiu realizar a unificação nacional. Trier é uma região (Região da Renânia, estado da Prússia, a mais desenvolvida na Alemanha industrialmente e mais progressista politicamente, consequência da influência francesa de caráter burguês) disputada pelo reino da França e alguns Estados alemães. Sendo que em 1794 (período da revolução francesa), Trier torna-se capital do departamento francês do Sarre e funcionários franceses chegam de Paris para administrá-la. Os franceses trazem consigo o ideal de uma nação moderna, ideal que alimenta as esperanças dos judeus dessa região de almejar a emancipação política, emancipação que é concedida aos judeus franceses.

O império napoleônico vai derrubando os principados alemães, e em 1806, com a Prússia e a Áustria sob o seu domínio, Napoleão dissolve o Sacro Império.

Em meio a esses acontecimentos, Samuel (tio de Karl Marx), um dos filhos de Mordechai Marx Levy (avô paterno de Karl Marx), prepara-se para suceder ao pai como rabino em Trier. Seu outro filho Herschel (pai de Karl

Marx, nascido em 1777), um pouco distante da religião e fortemente influenciado pela Revolução Francesa na adolescência, em 1799 vai realizar estudos jurídicos em francês na universidade de Estrasburgo (um dos primeiros judeus da Renânia a seguir esse caminho). Torna-se o primeiro advogado judeu de sua cidade, sob influência dos ideais da Revolução Francesa e admirador de Napoleão, tem como objetivo profissional e pessoal defender os judeus contra qualquer tipo de agressão.

Toda essa liberdade recebida pelo domínio francês, logo será limitada e logo terminará. Será limitada, pois os franceses exigem dos judeus alemães que fixem residência em cidades específicas, e são vetados de sair do país. Também são proibidos de emprestar dinheiro a outros (principal meio de subsistência dos judeus antes do domínio francês, tornando-se agora atividade exclusiva dos bancos), não podem mais ser penhoristas, todavia as outras profissões lhes estão abertas.

A “liberdade conquistada” pelos judeus vai acabar com a queda de Napoleão, trazendo consigo tempos difíceis aos judeus em toda Europa. Momento em que Herschel Marx Levy, em 22 de novembro de 1814, casa-se na sinagoga de Trier (cidade ainda administrada pelos franceses), com a judia holandesa Henrietta Pressburg (mãe de Karl Marx e de família relativamente rica).

O ano de 1815 é marcado pelo fim do Congresso de Viena e a fundação da Confederação Germânica, que se trata de uma aliança principesca e não de um Estado nacional. A emancipação conquistada pelos judeus é revogada e são forçados a escolher entre a religião e a profissão. Herschel Marx, mesmo que distante da prática religiosa decide por não abandonar o judaísmo, e como consequência afasta-se da advocacia, passando a viver dos subsídios da família, situação a qual Herschel não se conforma e decide lutar para revertê-la. A situação financeira da família torna-se precária, sua primeira filha morre e em 1816 nasce sua segunda filha, Sophie (irmã de Karl Marx); pensa então em partir para França, entretanto não consegue autorização.

Esses fatos, somados à morte da mãe em 1817, fazem Herschel perder a paciência, renuncia ao judaísmo e troca o nome para Heinrich Marx (sua renúncia é puramente política, não chega a abandonar a comunidade judaica). Entretanto, não se converte à religião dominante da região, o catolicismo, e, sim, opta pela religião de Lutero. Dessa forma, consegue voltar a advogar, a defender os judeus renanos e a protestar contra a injustiça que sofreu.

Esses fatos históricos, vivenciados pelo pai de Karl Marx, mesmo que não abordados diretamente, foram de certa forma a sua vivência prática (pelas conversas que tem com o pai) dos temas expostos na obra *A Questão Judaica*.

Herschel, agora Heinrich Marx, em 1818, volta a gozar do bem-estar material, ano que nasce o seu primeiro filho, no dia 5 de maio, o qual não é circuncidado e muito menos batizado na religião luterana, mas seu nome é dado segundo uma tradição judaica, uma junção do nome do pai e do avô, nasce, assim, o grande pensador revolucionário, que vai influenciar diversas revoluções em todo o mundo e objeto de estudo deste trabalho, Karl Marx.

Em 1820, nasce sua terceira filha, Henriette (segunda irmã de Karl Marx), e em 1821, nasce seu segundo filho, Hermann (irmão de Karl Marx), e em 1822, nasce sua quarta filha Émile (terceira irmã de Karl Marx). Enquanto nasce sua quarta filha, Heinrich Marx torna-se advogado no tribunal de recursos, recentemente instalado em Trier. É um homem apaixonado pela vida pública, estudioso da democracia e funda junto a amigos o Club Casino (grupo formado pela burguesia esclarecida da cidade). Esse clube era um local para se discutir filosofia, literatura, política e os avanços tecnológicos da época.

Em 1824, Heinrich já não acreditava mais no fim próximo do absolutismo que reinava na Alemanha, e por esse motivo, contrariando a mulher, decide batizar seus cinco filhos no templo luterano, o que marca o seu total rompimento com o judaísmo.

Em 1830, Karl Marx entra para o Liceu Frederico Guilherme de Trier, época em que Trier passa por uma crise social e econômica; os Estados Unidos

e a Europa também vivem uma crise político-econômica, um período revolucionário. Entretanto, nessa época de crises, o pai de Karl Marx vive plena ascensão profissional e consegue aumentar os bens da família.

Karl Marx sempre conversava com o pai sobre a França, o judaísmo, Deus, a moral, a liberdade. E na sua adolescência, passa a conversar também com o barão Von Westphalen (amigo da família Marx e seu futuro sogro), que o inicia em Shakespeare, Homero, Goethe, Cervantes, conde Saint-Simon. O barão é pai de Jenny Von Westphalen (considerada o melhor partido da cidade e amiga da irmã mais velha de Karl, Sophie), que mesmo sendo quatro anos mais velha que Karl Marx, sente-se atraída pelo jovem rapaz.

Em 1834, Heinrich Marx, excede-se em seus comentários em um jantar no Club Casino, fazendo um brinde sarcástico ao rei da Prússia, o conteúdo desse brinde é informado à polícia, por isso o clube passa a ser vigiado e Heinrich rotulado como elemento perigoso. Karl Marx e o pai conversam sobre essa situação, também sobre a agitação operária francesa, a abolição da escravidão na Inglaterra. Dessa forma, Heinrich, para acabar com a agitação que ronda a sua casa e o clube, toma uma atitude prudente, e se declara advogado e nada mais. Marx, neste momento, já está percebendo quanto é limitada e penosa a liberdade de expressão política e religiosa.

Em 1835, Marx, assim como o pai, demonstra ser um apaixonado pelos avanços tecnológicos, principalmente pelo transporte férreo, tanto é que Jenny o apelida de “Sr. Ferrovia”. Está neste ponto o esclarecimento da crítica de que Karl Marx era produtivista, ele somente era um apaixonado pelos avanços tecnológicos de sua época, como um meio para facilitar o trabalho humano. Principalmente porque estava vivenciando a transição tardia na Alemanha do feudalismo para o capitalismo, dessa forma consegue perceber empiricamente os pontos positivos do desenvolvimento capitalista. Felizmente, mais tarde vai conseguir perceber os pontos negativos desse desenvolvimento tecnológico tanto para o ser humano quanto para a natureza.

No final de 1835, conclui com honras os estudos secundários no Liceu, então é mandado pelo pai a Bonn para estudar direito. Lugar onde se destaca pela sua capacidade de trabalho e carisma pessoal; tudo neste momento é feito em excesso, os estudos, a violência verbal e física, e o consumo de álcool. Vive exclusivamente da renda enviada pelo pai, em determinados momentos faz dívidas, que são pagas também por seu pai. Attali (Attali,2007) afirma que esses fatos fazem com que Karl Marx analise sua complexa relação com o dinheiro, sua análise do trabalho obrigado, do trabalho assalariado, do trabalho explorado.

Durante o seu estudo de direito, descobre a filosofia, que lhe acompanhará até o resto de sua vida. Sua descoberta se inicia com Hegel, influente filósofo da época e o maior representante do idealismo alemão.

Karl Marx continua mantendo contato com o pai. Conversam sobre direito, filosofia, literatura e política, mas ainda não é de conhecimento do pai sua vontade de estudar filosofia. Em 1836, Karl conclui com méritos o ano de estudo de direito na Universidade de Bonn, entretanto pelas muitas arruaças que vem causando, seu pai quer transferi-lo para outra faculdade, não é o desejo de Karl, pois quer continuar a estudar filosofia.

O pai de Marx continua com esperança de seu filho se tornar advogado em Trier ou professor de direito, por isso, manda-o continuar os estudos em Berlim, pois sendo esta ainda uma cidade rural, mais pacata, seria um melhor ambiente que a agitada Bonn. Entretanto, equivoca-se na decisão, pois a intolerância que reina na cidade vai tornar Marx um revoltado.

Berlim (190 mil habitantes) é capital do reino da Prússia, sua universidade foi fundada em 1810, época da ocupação francesa, por esse motivo, é constantemente vigiada, principalmente as áreas da filosofia e direito.

Nessa universidade, Marx terá como professor de direito, Bruno Bauer, protestante, ligado aos movimentos liberais e líder do movimento dos jovens hegelianos na cidade. Além de ser líder de um clube restrito, o Doktorklub, cujo

seus membros são os mais talentosos desses jovens filósofos. Alguns desses filósofos, a exemplo do próprio Bauer, colocam que a revolução vai ocorrer primeiramente pelo pensamento, consciência (tentativa de influenciar o mundo); já outros membros, a exemplo de Rutenberg (que vai apadrinhar a entrada de Karl Marx no clube), colocam que é necessário deixar de lado a reflexão e partir para a ação. O grupo é dividido em duas tendências: a direita hegeliana (conservadora, que utilizava a teoria de Hegel para justificar o Estado prussiano e a causa de seu atraso feudal); e a esquerda hegeliana (progressista e liberal, relacionando a filosofia de Hegel com a organização racional do Estado prussiano, um grupo de ações práticas contra o absolutismo francês).

O conjunto dos textos que ele redigiu no período, muitos dos quais publicados na própria Gazeta Renana, compunha um verdadeiro programa democrático-radical em sua defesa da reforma do Estado prussiano, de sua transformação em um Estado de direito. (NAVES, 2000, p. 14-15).

Nessa época, Marx descobre os textos de um jovem professor, que havia sido expulso da universidade por causa de seu ateísmo e das suas críticas à filosofia de Hegel. Esse professor é Feuerbach. Momento em que o pensamento de Marx é “construído” entre Hegel e Feuerbach.

Concluindo seu primeiro ano na universidade de Berlim, verão 1837, Marx está convencido que quer ser professor de filosofia, assim como o seu Mestre Bruno Bauer e Ludwig Feuerbach. Fato que conta em carta ao pai, que responde positivamente, concedendo o desejo do filho de trocar o direito pela filosofia. Nessa época, seu pai está muito doente, assim como três irmãos, Caroline, Émilie e Hermmann.

Suas férias de verão de 1837 é o seu último encontro com o pai, que veio a falecer em 10 de maio de 1838, Heinrich Marx, 61 anos, morre de tuberculose. A morte do pai leva-o a se entregar totalmente ao seu plano de carreira de se tornar professor de filosofia e sua crítica a Hegel. Com isso, tem o início da sua vida política, pois na época, criticar Hegel era criticar o regime prussiano (Attali, 2007).

Bruno Bauer aconselha Marx a escrever uma tese sobre o materialismo antigo de Demócrito e Epícuro, que vai receber o título: “Diferença da filosofia da natureza em Demócrito e Epícuro”. Infelizmente, em 1839, seu mestre, Bauer, está deixando Berlim para lecionar em Bonn. Por isso, aconselha-o a defender sua tese em Iena, por se tratar de uma universidade mais liberal que a de Berlim. Também Bauer faz a promessa de convocar Marx para ser seu assistente em Bonn, após a conclusão dessa tese. São quatro anos trabalhando nesse trabalho e, em 30 de março de 1841, conclui seus estudos na Universidade Berlim e envia sua tese de doutorado para a universidade de Iena. Faz uma breve pausa em Trier e logo vai se encontrar com Bauer em Bonn.

No verão de 1841, Marx e Bauer fazem uma viagem à Colônia, capital da Renânia. Conhece nesse lugar um grupo de jovens comerciantes e industriais liberais, os quais estão insatisfeitos com a “Gazeta da Colônia” (conservadora); e por isso fundam uma sociedade comanditária, tendo como objetivo levantar outro jornal, a “Gazeta Renana”. Entre os membros dessa sociedade encontra-se Moses Hess (jovem judeu, escritor e sociólogo), Dagobert Oppenheim (irmão de banqueiro), Georg Jung (cunhado de banqueiro), Ludolf Camphausen (industrial) e David Justus Hansemann (industrial).

Em setembro de 1841, as pretensões de Marx, na carreira de professor, sofrem seu primeiro abalo quando Bruno Bauer é afastado (por tempo indeterminado) de seu cargo na universidade de Bonn a pedido de Frederico Guilherme IV, por ter participado de uma manifestação liberal. Época em que Moses Hess, convida Marx a escrever em seu jornal, a Gazeta Renana, que tem como redator-chefe seu amigo de Berlim e padrinho do Doktorklub, Adolf Rutenberg. Ele aceita, com a condição de continuar em Bonn, pois ainda mantém a esperança de lecionar junto a Bauer.

A Gazeta Renana é extremamente vigiada desde a sua fundação e em janeiro de 1842 é impresso o primeiro número do jornal. Em março de 1842, Moses Hess solicita a Marx artigos referentes à liberdade de imprensa.

Redigindo artigos contra a censura e sobre casamentos mistos (sustentando um Estado laico).

Em abril de 1842 marca o fim da esperança de Bruno Bauer retornar à universidade de Berlim. Fato que ocorreu com a imprudência de Marx em se manifestar contra censura e ajudando Bauer a concluir “A trombeta do juízo final contra Hegel, ateu e Anticristo”. Visto que quem almeja cargos no serviço público nesta época, não podem cometer a imprudência de criticar os fundamentos do Estado e da religião. Com isso, muitos jovens hegelianos retornam a Berlim, caindo no pessimismo filosófico e na renúncia política.

A recusa de Marx a essa atitude é o início do rompimento com seu mestre Bruno Bauer. Não só com Bauer, mas Marx começa um processo de se desprender das influências de Hegel, Savigny e Rutenberg. Momento em que Hess emprega Marx na Gazeta Renana, no cargo de redator-chefe (salário: 500 táleres), o que vai ser o seu primeiro emprego e último salário. Trata-se do início da relação de Marx com a profissão jornalística, que lhe vai acompanhar por toda a vida.

Em 16 de outubro de 1842, Karl Marx escreve seu primeiro artigo político: “O comunismo e Die Augburger Allgemeine Zeitung”. Época em que Marx sofre com a morte do irmão e rompe relações com a mãe (família), permanecendo distante da família pelo resto de sua vida.

Em outubro de 1842, entra em vigor na Renânia uma lei punindo, com prisão, a coleta de ramos e ramagens nas florestas particulares. Lei que Marx criticou em um artigo (tratando pela primeira vez o assunto, propriedade) duramente em um artigo e que o levou a perceber o seu pouco conhecimento de economia política, e ainda não aborda com clareza a devida importância da natureza no desenvolvimento e na satisfação das necessidades humanas. Então, lança-se aos estudos dos primeiros socialistas franceses para tentar preencher essa sua falha no que se refere à economia.

Nesta época, Marx coloca a economia como base de todas as outras ciências sociais, abandonando a utopia comunista para desenvolver o socialismo científico, na crença de uma lógica materialista, onde as “criações” humanas (a exemplo do direito) sejam dependentes das estruturas socioeconômicas e da propriedade.

Com Marx defendendo o materialismo e suas críticas anteriores, a Gazeta Renana passa a ser fiscalizada e seus artigos têm que ter um visto do Estado. Todavia, as posições críticas de Marx frente à Gazeta fazem com que o jornal tenha muito sucesso e todos querem publicar nela.

Karl Marx entra então em um debate com seu antigo mestre Bruno Bauer sobre a situação dos judeus. Pois Bauer coloca que os judeus só vão conseguir a emancipação política por meio da conversão para o cristianismo, enquanto Marx defende que a identidade religiosa judaica não pode ser um obstáculo à emancipação política (tomando como base o que ocorria nos Estados Unidos e o que ocorreu na Renânia ocupada pelos franceses), pensamento que é fruto das muitas conversas e experiências de seu pai. Marx acredita que isso seria um avanço na Alemanha, mas não acredita que a emancipação política vá garantir o direito dos mais fracos. Visto que para ele a liberdade não é um fato isolado (individual) e sim uma ação coletiva. Com isso, faz-se necessário, para conquistar a liberdade efetiva, abolir todas as religiões.

Em 4 de janeiro de 1843, na Gazeta Renana, Marx faz uma crítica direta à Rússia czarista, de estimular as ditaduras europeias, então Nicolau I exige do governo prussiano uma censura rígida à sua imprensa, devido a essa crítica ácida. Karl Marx, percebendo a pressão de Nicolau I e do governo prussiano, pede demissão com a condição de receber uma indenização do jornal, seria uma tentativa de salvar o jornal. Entretanto, tudo em vão, a Gazeta renana é fechada e a Prússia tenta silenciar qualquer professor de filosofia que faça menção crítica ao poder vigente e aliados.

O jornal Anais Alemães, de Arnold Ruge, também é fechado; Ruge propõe a Karl Marx a união entre os dois jornais, que deverão ser distribuídos

de Genebra. O jovem Marx (24 anos) aceita a proposta, principalmente por saber que Jenny está disposta a acompanhá-lo.

Com a morte de seu sogro em abril, em 19 de junho de 1843, Karl Marx (25 anos) casa-se com Jenny Von Westphalen (29 anos). Karl Marx recém-casado passa o verão (lua de mel) na casa de Bad Kreuznach, acompanhado de Jenny, de muitos livros, e de Ruge. Lugar onde inicia a produção de dois textos: Crítica da filosofia do direito de Hegel e a Questão judaica.

Marx e Ruge decidem transferir a sede da revista para Paris; e por iniciativa de Marx, o jornal passa se chamar Anais Franco-Alemães, uma forma de unir a filosofia alemã com a prática revolucionária francesa. Mas a parceria entre Ruge e Marx beirava um grande precipício, enquanto o primeiro via a revolução através do movimento da burguesia alemã; o segundo seguia uma linha mais radical, e depositava suas esperanças na intervenção popular (Attali, 2007).

Em 11 de outubro de 1843, Marx e Jenny chegam a Paris, um dos refúgios (também era refúgio Genebra, Bruxelas e Londres) dos emigrantes que fugiam das censuras políticas e das perseguições policiais da Europa central. Marx está agora na França, país tão idolatrado pelo seu pai, o conhecimento está à sua volta (revoluções, socialismo, comunismo), existem diversos grupos intelectuais, exposições, os avanços tecnológicos.

Em Fevereiro de 1844, publicação do primeiro número dos Anais Franco-Alemães, edição que publica dois textos de Karl Marx: “Sobre a questão judaica” e “Contribuição à crítica da filosofia do direito de Hegel”. O jornal não obtém muito sucesso entre os leitores franceses, principalmente por ser escrito em alemão e é mal recebido nos países da língua alemã. Seus fundadores já não podem voltar à sua pátria (Alemanha), caso o façam, seriam detidos.

Em 1 de maio de 1844, nasce a primeira filha de Karl Marx, que recebe o nome da mãe, Jenny.

No verão de 1844, Jenny leva a filha para apresentá-la à sua mãe, em Trier. Marx, sozinho, em Paris, escreve um manuscrito que não pretendia publicar (publicados somente em 1932 na União Soviética, com o título: “Manuscritos de 1844”). Uma espécie de catálogo de seus conceitos, contendo principalmente suas primeiras ideias sobre filosofia e economia. Os Manuscritos econômico-filosóficos, para muitos marxistas, estão influenciados pelas ideias do humanismo feuerbachiano.

Esse texto fundamentalmente constitui na verdade uma etapa essencial na formação de um pensamento que estaria constantemente evoluindo sem jamais entrar em contradição, e que sempre teria como base o duplo princípio aqui postulado: o homem deve estar no centro de toda reflexão e da ação política; nenhuma revolução vale a vida de um homem, pois sua finalidade é libertá-lo” (ATTALI, 2007, p. 82).

Em 28 de agosto de 1844, Karl Marx conhece seu fiel amigo Friedrich Engels, que foi ao seu encontro propondo um artigo para os Anais, pretendendo traçar o desenvolvimento do capitalismo desde o mercantilismo ao sistema industrial inglês. Engels, que era autodidata, surpreende Marx com seu conhecimento a respeito do mundo operário. Conversaram por dez dias, antes de Engels retornar à fábrica da família em Wuppertal, na Alemanha. Mas vão continuar se correspondendo a fim de trabalharem juntos, e o primeiro projeto é trabalhar em uma crítica aos filósofos alemães da época (Attali, 2007). Portanto, é Engels quem fornece a noção prática da vida do proletariado na teoria marxiana, por meio da sua experiência na fábrica da família, visto que Marx nunca “trabalhou” como um proletário.

Em outubro de 1844, Engels envia 20 páginas a Marx, que o retorna 300 páginas. Um livro que logo fica pronto, de título inicial “Crítica da crítica”, mas publicado em 1844 com o título: “A Sagrada Família”. Livro que não obtém sucesso entre os leitores.

Em 1845, o capitalismo percorre triunfante por toda a Europa, as revoltas são sufocadas. Momento em que o jornal Vorwärts (onde Marx publicava alguns artigos), em Paris, aplaude o atentado contra Frederico Guilherme IV. Insatisfeito com tal situação, o rei da Prússia, consegue fechar o

jornal e impetra a expulsão de seus colaboradores diretos. Marx, que não tem nenhum vínculo com a direção do jornal, não teme receber a mesma punição. Todavia, foi o único colaborador do jornal a ser expulso. Mesmo ano em que Marx começa a escrever “Crítica da política e da economia política”.

Em 15 de março de 1845, Marx e a família vão para Bruxelas; só consegue o visto de ficar na Bélgica mediante a assinatura de um compromisso de não fazer política (compromisso assinado por todos imigrantes).

Em 15 de março de 1845, em Barmen, é publicado o primeiro trabalho de Engels: “A situação da classe trabalhadora na Inglaterra”. Engels, que já ajuda o amigo financeiramente, transfere os direitos de seu livro a Karl Marx.

Em maio de 1845, Marx e Engels escrevem a respeito da crítica da religião de Feuerbach. Trata-se de uma crítica que não pretendem publicar. Esse texto, junto com a obra A Sagrada Família, marca o rompimento de Marx e de Engels com o pensamento dos jovens hegelianos.

Em 27 de setembro de 1845, nasce Laura, segunda filha de Karl Marx, quando sua condição financeira piora. Tenta se exilar nos Estados Unidos, pois acredita que terá melhores condições de vida nesse país. Seu passaporte prussiano é negado pelo burgomestre (prefeito) de Trier, está impedido de ir. Revoltado com o seu pedido de passaporte negado toma então a atitude de enviar uma carta renunciando sua nacionalidade, continuará em Bruxelas, agora como um apátrida.

Em 1846, Karl Marx publica um artigo sobre o suicídio, na revista Espelho da Sociedade, dirigida por Moses Hess.

Em setembro de 1845 a agosto de 1846, Marx e Engels escrevem outro texto contra Feuerbach e Stirner: “A Ideologia alemã”. Considerado um marco na vida de Marx, no seu desprendimento de seus antigos mestres.

Primavera de 1846, Marx e Engels formam em Bruxelas, a exemplo da Liga dos Justos de Londres, o “Comitê de Correspondência Comunista”. O objetivo dessa organização é ser o elo entre todas as organizações socialistas europeias, com o intuito de se posicionar no centro da ação revolucionária na Europa.

Em 1846, Marx trabalha em um texto (a “Miséria da Filosofia”) em resposta à “Filosofia da Miséria” de Proudhon. Segundo Attali (2007), Marx declara que esse texto e o Manifesto do Partido Comunista poderiam servir de introdução à leitura do Capital. A publicação da “Miséria da filosofia” ocorre em setembro de 1847, é o rompimento de Marx com os pais franceses do socialismo.

Em novembro de 1847, nasce Edgar, o primeiro filho de Marx.

Em 26 de janeiro de 1848, Marx já havia sido solicitado a escrever o Manifesto e estava atrasado, recebe então uma ordem do comitê central da Liga dos Comunistas (Londres) a entregar o manuscrito do Manifesto para impressão até o dia 1 de fevereiro ou teria que devolver os documentos postos à sua disposição para esse trabalho. Marx então em duas semanas escreve o Manifesto do Partido Comunista.

Em 26 de fevereiro de 1848, Engels sugere aos dirigentes da Liga Comunista, apostando na insurreição na Bélgica, a transferência da Direção Central de Londres para Bruxelas, o que é aceito. Marx se torna presidente de um novo comitê diretor da Liga, composto por Engels, Wilhelm Wolff, Heinrich Bauer, Joseph Moll, Karl Wallau e Karl Shapper. Um novo movimento, basicamente prussiano, que por este motivo preocupa Berlim, principalmente pela Alemanha fazer fronteiras com a Bélgica. Dessa forma, a Prússia faz pressão contra esse novo grupo ao rei da Bélgica, que decide expulsar os refugiados por terem infringido o compromisso de neutralidade.

Em 5 de março de 1848, Karl Marx retorna com a família a Paris. Desde 1845, o governo francês (Paris) tinha revogado sua suspensão de permanência

no país; assim, transfere o comitê para Paris. É acompanhado por muitos, a exemplo de Engels, e o retorno de Bakunin (exilado em Genebra).

Em 11 de abril de 1848, Marx retorna à Colônia na companhia de Engels e Freiligrath, com o intuito de preparar a eleições que acabam de ser anunciadas para o fim de abril na Alemanha. Mesma época em que os primeiros exemplares do Manifesto chegam à Alemanha. O comitê de Salvação Pública lhes fornece visto de permanência. Marx, novamente em território alemão, entra em contato com dirigentes da esquerda local, principalmente com Andreas Gottschalk (líder muito popular), para debater a eleição; enquanto Marx é a favor de uma aliança com a burguesia, mesmo correndo o risco de levar tal aliança à instauração de uma democracia parlamentar, Gottschalk é contrário. Marx e Engels redigem neste período de eleição seu primeiro programa político, que era uma plataforma comum com a burguesia, com as reivindicações do Partido Comunista na Alemanha; todavia o centro liberal vence as eleições.

Durante este período das eleições na Alemanha, Marx funda na Colônia um jornal diário, a Nova Gazeta Renana, que tem sua primeira tiragem em 31 de maio. Um jornal financiado por liberais, membros do governo, e por vezes toma posições contraditórias, por estar sendo financiado pelos liberais (burgueses). Entretanto, Marx continua seus ataques ao estado, o que o leva a perceber a impossibilidade de uma aliança com a burguesia que está financiando seu jornal e não vê com bons olhos as suas críticas. Neste momento, Marx inicia seu pensamento da ditadura do proletariado (Attali, 2007). Com isso, os liberais retiram-se do jornal.

Marx tenta restabelecer sua nacionalidade, mas seu esforço é em vão, seu pedido é negado, continua sendo um apátrida, principalmente pelo fato do Parlamento, que foi formado em Frankfurt, está sendo submetido ao poder monárquico. No dia 25 de setembro de 1848, é decretada a lei marcial na Colônia, suspendendo assim a publicação da Nova Gazeta Renana. Todavia, em 12 de outubro, o jornal volta a circular, período em que os revolucionários já não se entendem, muitos fogem e outros são presos por atentarem contra o

Estado; Engels também está envolvido com a luta armada, que está ocorrendo nesta época, é procurado pela polícia, decidindo então fugir.

Na França, em 10 de dezembro de 1848, Luís Napoleão III é eleito primeiro presidente da República Francesa, com apoio fantoche da monarquia. Marx se revolta com essa situação e percebe que o proletariado deve se organizar por si e para si mesmo.

Essa situação e movimentação política dilapidaram a herança de Marx, principalmente pela ausência de um emprego e salário, comprando armas para a revolução, financiando o jornal. E para piorar, em 16 de maio de 1849 é expulso novamente da Prússia.

Retorna a Paris em 3 de junho de 1849, está confiante com o seu futuro, conta com os jornais revolucionários franceses. Entretanto, a situação na França não é fácil, os revoltosos contra o poder geram a consequência do fim da liberdade de imprensa, os jornais revolucionários são fechados, muitos são expulsos do país e Marx condenado à prisão domiciliar.

Preocupado com essa agitação francesa, decide ir para Londres, no dia 27 de agosto; pouco compreende a língua inglesa e ninguém o espera na Inglaterra. Está agora com 31 anos, não tem dinheiro, amigos, profissão, e nada sabe da família que está com a sogra em Trier.

A Inglaterra está fora das agitações européias, é o exemplo de sucesso da Revolução Industrial; não interfere nas questões políticas internacionais e é internamente pouco autoritária. Uma imprensa com maior liberdade e existem jornais abertos às ideias socialistas. Um país que acolhe bem aos estrangeiros, salvo os que podem ameaçar a Coroa. Todavia, a condição de vida imposta aos estrangeiros não é das melhores, seu custo de vida é mais caro do que dos ingleses, e alguns direitos lhes são negados.

À chegada de Marx, Londres conta 2,4 milhões de habitantes. É, ao mesmo tempo, a cidade mais luxuosa do mundo e um inferno para os pobres, cujas condições de habitação e higiene são apavorantes. Nos

bairros operários, há um sanitário para cada grupo de 125 habitantes; neles, menos da metade das crianças sobrevivem mais de 5 anos. (ATTALI, 2007, p. 138).

Marx sozinho e sem dinheiro em Londres não desiste de escrever e também não procura emprego assalariado. Dessa forma, como não sabe escrever muito bem na língua inglesa, não consegue escrever em um jornal local e por esse motivo continua a escrever, mesmo de Londres, a Nova Gazeta Renana.

Em 17 de setembro de 1849, Jenny vai a Londres com seus três filhos, está esgotada e doente, e grávida novamente. Traz consigo um pouco de dinheiro da mãe e parte da herança do pai e uma empregada custeada pela família. Conseguindo assim alugar uma pequena moradia em um bairro elegante de Londres, bairro de Chelsea. Os recursos são escassos e vão diminuindo, Marx continua sem trabalhar, Jenny tem que contornar a situação com os fornecedores, falta alimento aos filhos, o quarto está para nascer, mas a sorte volta a casa, Engels reaparece.

Engels vai ficar em Londres para trabalhar com Marx na Nova Gazeta Renana, contrariando sua família, que queria ele na fábrica do pai em Manchester. Sua família envia todo mês uma quantia de dinheiro para sobreviver, e, assim, ajuda a aliviar as dívidas de Marx.

Em 5 de novembro de 1849, nasce o segundo filho de Marx, Henry.

Na Inglaterra, Marx percebe que o desenvolvimento capitalista faz com que a revolução aguarde o momento certo por toda a Europa, o povo não está preparado, ainda está muito próximo dos ideais burgueses. Volta então a estudar economia política em Londres.

No período de janeiro a outubro de 1850, sobrevivendo com os recursos de Engels, Marx publica quatro números da Nova Gazeta Renana. “Os quais contêm quatro artigos em destaque sobre a revolução francesa de 1848: “A derrota de junho de 1848”; “O 13 de junho de 1849”; Consequências do 13 de

junho” e; “Napoleão e Fould”. Jenny tenta transformar esses artigos em livro afim de conseguir algum dinheiro, mas não consegue publicar. O livro só será publicado tempo depois da morte de Marx com o título: “As lutas de classe na França, 1845-1850”.

A Nova Gazeta Renana é pouco vendida, e em 15 de maio de 1850, não conseguindo mais pagar o aluguel, a família Marx é expulsa da casa, seus pertences são confiscados e seu filho recém-nascido não está bem de saúde. Engels paga as dívidas de maior importância e a família Marx consegue se mudar para uma casa pequena e nada confortável em um bairro de má fama, bairro de Sorro, na Dean Street, apelidada de rua da morte.

Em meio a tudo isso, Marx continua a escrever seus artigos sobre a revolução de 1848 na França, e continua a lutar pelo sucesso da Nova Gazeta Renana, e não deixa de se irritar nas reuniões semanais da Direção Central da Liga.

Em novembro de 1850, publicado em inglês o Manifesto Comunista em Nova York, pelo jornal socialista “Red Republican”. Primeira tradução das obras de Marx e Engels e os coautores não recebem nenhum direito autoral, momento em que Karl Marx pensa novamente em ir para os Estados Unidos, mas outra vez não consegue o visto.

Em 19 de novembro de 1850, seu filho Henry morre com menos de um ano, pneumonia, o início da história do apelido da rua de sua casa precária, a Rua da Morte. Mesma época em que Jenny fica grávida de novo.

Engels se sacrifica por Marx e desiste do seu sonho de ser escritor em Londres, vai trabalhar na fábrica da família em Manchester, como patrão (status que não lhe agrada). Dessa forma conseguiria ajudar mais a Marx. Com essa ajuda, a família Marx consegue se mudar para uma casa melhor, mas na mesma rua. Jenny está grávida assim como a empregada (Hélène Demuth, que veio com ela de Trier), que não conta a ninguém quem é o pai. Karl Marx

passa então a frequentar o Museu Britânico para continuar a trabalhar no seu livro de economia, que resultará futuramente na obra *O Capital*.

Em 28 de março de 1851 nasce Franziska, terceira filha e quinta descendente de Karl Marx. E em 23 de junho de 1851, nasce o filho de Hélène Demuth, Engels reconhece a criança para ajudar seu amigo, que recebe o nome Frédéric Lewis. E segundo Attali (2007), a última governanta de Engels escutou dele, em seu leito de morte, a confissão de que o filho na verdade era de Marx. Os filhos de Marx acabaram o reconhecendo como meio-irmão, Marx nunca fez nada pela criança e Engels nunca quis vê-lo.

Em janeiro de 1852, Joseph Weydemeyer, em Nova York, convida Marx a escrever para a publicação de um seminário político intitulado “A Revolução” (sobre o golpe de Estado de 1854 na França). O pagamento é baixo, mas Marx manda semanalmente um artigo a Nova York até o início de março. Ao todo são sete artigos, que são publicados em conjunto por Weydemeyer, com o título: *O 18 Brumário de Luís Bonaparte*.

Marx, na miséria, a Inglaterra em um inverno rigoroso, resulta na morte de sua filha Franzisca, 13 meses, a segunda vítima da “Rua da Morte”. A miséria é tamanha que a família não tem dinheiro para o caixão, acaba ficando doente seriamente pela primeira vez (furunculose, fígado, dores de dente, infecções oculares e pulmonares). Em meio a essa crise, a sorte lhe flerta novamente, recebe um convite para ser correspondente em Londres do maior diário dos estados Unidos, o *New York Daily Tribune* (jornal de maior circulação do mundo na época). Em agosto de 1852, é publicado seu primeiro artigo, e terão muitos outros com assuntos diversos (questão do Oriente, Índia, China, Argélia, Espanha, Rússia, a política inglesa, o cartismo e as greves).

Em novembro de 1852, Marx cansado de perder tempo com a política, muito desse cansaço é causado pelo seu péssimo estado financeiro, decide então se dedicar às questões teóricas e acabar com o que resta da Liga. Também escreve em outros jornais de esquerda, muitas vezes gratuitamente e anonimamente, a exemplo do jornal cartista *People’s Paper*.

Em junho de 1854, Jenny está grávida novamente, a família continua na miséria, e para piorar, seu filho Edgar está com tuberculose. Jenny e os filhos vão passar o verão em Trier, para tentar reverter a péssima saúde do filho, e em 16 de janeiro de 1855, nasce Eleanor, quarta filha de Marx. A alegria do nascimento de sua filha dura pouco, pois, em abril de 1855, Edgar, seu filho adorado, é a terceira vítima da “Rua da Morte”, morre aos oito anos.

Marx, na miséria, e muito doente, só consegue melhorar sua situação quando Jenny recebe uma herança de um tio escocês. Marx, para afastar-se da sua tristeza e dos problemas financeiros, continua a frequentar durante o dia no Museu Britânico e retoma seu projeto de escrever um livro de economia. E é em meio a essa turbulência de problemas, em depressão, e no Museu Britânico que faz a sua grande descoberta, a teoria da mais-valia (Attali, 2007).

E em 14 de abril de 1856, há quatro anos afastado da vida oficial da esquerda, reaparece pronunciando um discurso no banquete anual do jornal People’s Paper.

Em maio de 1856, morre a Sra. Von Westphalen, mãe de Jenny, uma nova herança para levantar a péssima situação financeira da família Marx, situação financeira que é composta apenas pelo que recebe dos seus artigos e da ajuda de Engels.

Com a melhora da sua condição financeira, decide mudar da “Rua da Morte” e em 22 de setembro de 1856 muda-se para uma casa em um bairro de classe média, onde costuma realizar seus passeios dominicais. Continua a frequentar o Museu Britânico, quer terminar seu livro de economia antes da revolução, que a seu ver está próxima, visto que a Europa está beirando uma crise econômica.

Primavera de 1857, a crise econômica aguardada por Marx ocorre, está aberto o caminho da revolução. Marx está feliz com a crise, mas esta crise também afeta a empresa de Engels, e o jornal New York Tribune tem que

reduzir os valores pagos ao seu artigo, pois também foi afetado pela crise; mesma época em que Jenny fica grávida, todavia aborta em julho de 1857 (Attali, 2007).

... a explosão da bolha especulativa com as ações das empresas ferroviárias e a insuficiência da produção mundial de ouro acarretam o desmoronamento de todos os valores na bolsa de Nova York, e logo também em Londres, Paris e Viena. (ATTALI, 2007, p. 189)

Marx continua a trabalhar em seu livro de economia, tentando antecipar a revolução (outubro de 1857 a março de 1858). A crise não se agrava e o capitalismo volta a todo vapor, a revolução vai ter que esperar, com isso não há pressa para terminar seu livro. Todos seus manuscritos, segundo Attali (2007), têm uma desculpa para não serem finalizados, Marx nunca os considera prontos. O manuscrito de 1857, depois de sua morte, vai ser publicado, “Grundrisse”.

Marx novamente está doente e em depressão intelectual, sua situação financeira não é das melhores, mas já está trabalhando nos livros: “Contribuição à crítica da economia política” e “O Capital”.

Em maio de 1859 é publicado em Berlim, “Contribuição à crítica da economia política”. Uma obra que desaponta seus fiéis leitores, mas o próprio Marx tratava esse livro como um subsídio para compreender o Capital.

1859 é o ano da publicação da obra de Darwin, Da origem das espécies, e Engels apresenta essa obra a Marx:

...Engels... fascinado por descobrir no livro um sentido da evolução...que fala a respeito a Marx: Darwin é um deles, diz, pois, como eles acreditam numa espécie de história laica da humanidade, e porque descreve uma batalha pela vida... que se assemelha sob todos os aspectos à competição imposta pelo mercado. É preciso conhecê-lo, sugere Friedrich.... Mais tarde...Marx tentaria aproximar-se de Darwin, que nunca responderia os acenos do autor do Capital.(ATTALI, 2007, p. 207).

Attali (2007) diz que Marx encontra em Darwin um método de trabalho semelhante ao seu, uma análise histórica. Fica também impressionado com a analogia das leis da concorrência de Darwin, com a análise da seleção natural. Marx fica tão impressionado com a obra que decide voltar a escrever seu livro de economia e em 1862 assiste a seis conferências de Thomas Huxley sobre a teoria da seleção natural de Darwin.

Trecho de uma carta de Marx a Engels, 18 de junho de 1862:

Surpreende-me ver que Darwin redescobre nos animais e nas plantas as características da sociedade inglesa, com sua divisão do trabalho, sua concorrência, a abertura de mercados, a inovação e a [luta pela vida]. (ATTALI, 2007, p. 218)

Em agosto de 1862, Londres, ocorre a Exposição Universal, visitada por Marx na qualidade de jornalista credenciado. Alguns operários franceses, financiados pelo príncipe Napoleão, vão a essa exposição, recepcionados oficialmente por uma comissão de parlamentares liberais. Entretanto, também foram recepcionados extraoficialmente por sindicalistas ingleses, Marx não toma conhecimento dessa reunião, mas vai afetar sua vida, é o início da criação da primeira Internacional, da qual será líder.

Em julho de 1863, Marx está de novo doente, a Europa tem focos de mudanças políticas, mesmo momento em que os operários franceses e ingleses reúnem-se para articular as lutas sociais entre os dois países (a Internacional); Marx continua desconhecendo esta organização e seus membros.

Em 30 de novembro de 1863, morre Henrietta Marx, aos 73 anos, mãe de Karl Marx, mais uma herança para salvar a família Marx da miséria, uma herança que equivale a três anos de seu rendimento com artigos. O dinheiro é gasto mais uma vez sem um mínimo de planejamento, muda-se para uma casa vizinha, em um bairro de médicos e advogados. Uma segunda herança ajuda a manter as finanças da família. Em maio de 1864, morre seu velho amigo Wilhelm Wolff, companheiro desde a época de Paris, Marx estava em seu

testamento. E uma terceira herança engorda ainda mais essa época, mas desta vez é para Engels, morre seu pai, consegue assim aumentar sua contribuição a Marx, que com 46 anos, não se preocupa mais com a questão material.

Em 1864, Marx está com a vida estável e, portanto, tranquila, consegue voltar a escrever o livro que ficou parado por quatro anos (O Capital), que logo é interrompido, o motivo da vez é sua volta à vida política. O jovem imigrante francês Le Lubez convida Marx no verão de 1864 a participar como representante dos operários alemães em uma reunião de trabalhadores de diversos países. Marx aceita o convite na qualidade de mero participante ouvinte e indica Johann Georg Eccarius como representante dos operários alemães. A reunião ocorre no dia 28 de setembro de 1864 no Saint Martin's Hall de Covent Garden, presidido pelo inglês Edward Spencer Beesly (professor universitário liberal). Karl Marx fica na tribuna, mas em silêncio.

Em 20 de outubro de 1864, reunião do subcomitê encarregado de redigir a carta de adesão e os estatutos, a reunião é um caos, Marx já sem paciência assume a presidência da reunião, e toma para si a responsabilidade de redigir a carta de adesão para as classes operárias e um projeto de estatuto. Karl Marx escreve em quatro dias a carta de adesão e os estatutos.

Todas as semanas, Marx vai participar das reuniões do Conselho Geral da Internacional, controlando o trabalho do secretário-geral e liderando um pequeno grupo que constitui ao seu redor um comitê permanente. Com isso, ele fica fora da transcrição dos debates, mas é ele que fomenta os debates. Esse totalmente renovado, com força e inspiração suficientes para escrever O Capital.

2 e 8 de maio de 1865, Marx discursa perante o Conselho Geral da Internacional, discursos que são publicados pós-morte com o título “Salário, Preço e Lucro”. Texto que explica seu entendimento sobre as relações entre trabalho, exploração e lucro. Momento em que Marx se torna líder absoluto da Internacional, e ano que cairá novamente em desgraça financeira.

Em 14 de setembro de 1867, O Capital é publicado em Hamburgo, com tiragem de mil exemplares, tendo um novo fracasso, utiliza a Internacional como “marketing”. Mas o grau de dificuldade de leitura do livro não lhe concede o devido sucesso.

Em abril de 1870, Laura Marx (filha de Karl Marx) casa-se em Londres com Paul Lafargue, um dos delegados da seção francesa da Internacional, admirador, aprendiz e secretário de Marx. O novo casal passa a viver em Paris. A alegria pelo casamento e a tranquilidade do sogro logo acaba, pois, em 18 de março de 1871, ocorre a insurreição parisiense, fato que era temido por Marx (primeiro porque achava que o proletariado não estava pronto para a revolução; e em segundo, sua filha Laura e seu neto estavam morando na França). Ocorre a Comuna de Paris.

Lafargue (esposo de Laura Marx) é nomeado delegado junto à Comuna da cidade de Bordeaux. E em 27 de maio, Paris é reconquistada (soldados de Versalhes). Marx, tendo todas as informações necessárias, principalmente por conversar com seu genro, um revolucionário ativo da Comuna, escreve um texto, “A guerra civil na França”, o qual lê perante o Conselho Geral no dia 30 de maio de 1871.

Karl Marx, 54 anos, com a sua análise da Comuna de Paris, torna-se mundialmente famoso, seus livros passam a ser mais lidos e traduzidos, com isso consegue melhorar a renda para sustentar sua família, entretanto continua preocupado e doente.

Em 15 de setembro de 1872 morre seu mestre Ludwig Feuerbach. E em outubro de 1872, Jenny Marx (filha de Karl Marx) casa-se com Charles Longuet (jornalista e integrante da comuna), o casal muda-se para Oxford.

Em 1873 ocorre a reedição, em alemão, do livro I, do Capital; momento em que Marx tenta se aproximar novamente de Darwin.

Ao ser publicada essa reedição do Livro I...envia um exemplar a Darwin...que acaba de publicar [A expressão das emoções no homem e nos animais]. Karl redige uma dedicatória em que se diz seu [sincero admirador]. Darwin acusa educadamente o recebimento do livro, desculpando-se por não ter o preparo necessário para lê-lo. Seu exemplar seria encontrado com as páginas cortadas apenas até o folio 104 (num total de 802). (ATTALI, 2007, p. 312).

Nos dias 14 e 15 de fevereiro de 1875, delegados lassalianos da ADAT (União federal dos Trabalhadores Alemães) e delegados do SDAP (Partido Social Democrata Operário Alemão), reúnem-se na cidade de Gotha, na Turíngia, elaborando um plano em comum, formando uma única organização, a SAPD (Partido Socialista Operário da Alemanha). Marx fica furioso com essa união, principalmente por se tratar de uma união próxima às ideias de Lassalle (um programa que visa à simples conquista do Estado prussiano, sem qualquer pretensão de mudar as relações de produção e sem um planejamento da supressão do Estado. E para piorar, é levantada uma mentira de que Marx era líder dessa nova organização. Envia então um texto crítico ao presidente da SDAP, Wilhelm Bracke (publicado mais tarde com o título: Crítica ao Programa de Gotha).

Em novembro de 1881, Jenny está gravemente doente (câncer no fígado) e Marx também está muito doente. Jenny morre no dia 2 de dezembro 1881, na presença de Marx, das três filhas e dos genros. E no dia 11 de dezembro de 1883, com 38 anos, morre Jenny (filha).

Em 14 de março de 1883, vítima de tuberculose, dois anos após a morte da esposa e na condição de apátrida, morre Karl Marx na poltrona, na companhia de Eleanor e Engels. Sendo enterrado ao lado da mulher no cemitério de Highgate. Era o fim da vida de um revolucionário, mas seu pensamento transcende a questão temporal.

1.2. Marx, uma vida, um só pensamento.

Os teóricos marxistas têm o costume de dividir o pensamento de Marx em três períodos para compreender seus conceitos e desenvolvimento de suas ideias socialistas, são eles: o Jovem Marx, a fase de Transição, e o Marx Maduro. Na tentativa de limitar sua teoria de uma passagem de um Marx preso às questões filosóficas hegelianas e humanistas feuerbachianas, para o desenvolvimento do materialismo-histórico.

Para Celso Frederico (2009) a polêmica em torno do início da teoria marxista é ocasionada pelos althusserianos, que só validam a teoria de Marx a partir da obra *Ideologia alemã*, pois, segundo estes, anteriormente, as outras obras não passavam de uma ideologia humanista distante de uma análise científica. Entretanto, para Frederico, as obras do período de 1843-1844 (a exemplo das obras: *Manuscritos econômico-filosóficos* e *A Questão Judaica*) são importantes para a construção da teoria marxista.

Basicamente no Jovem Marx predominam escritos de filosofia pura, entre o período de 1841 a 1850. Neste período destacam-se as obras: *Diferença da Filosofia da Natureza em Demócrito e Epicuro*, 1841; *Crítica da Filosofia do Direito de Hegel*, 1843; *A Questão Judaica*, 1843; *Manuscritos Econômico-Filosóficos*, 1844; *A Sagrada Família*, 1845; *A Ideologia Alemã*, 1845-46; *Miséria da Filosofia*, 1847; *Manifesto Comunista*, 1848.

A chamada fase de Transição de Marx é o período em que este passa a se preocupar mais com os estudos econômicos do que com a filosofia, produzindo apenas alguns panfletos e artigos, entre o período de 1852 a 1856. Destacam-se: *O 18 Brumário de Luís Bonaparte*, 1852; *Punição Capital*, 1853; *O Domínio Britânico na Índia*, 1853.

Já o Marx Maduro é quando se destacam seus estudos econômicos, está plenamente desenvolvida sua dialética, o materialismo-histórico, seu posicionamento frente à transição socialista, frente ao comunismo. Esta fase ocorre entre o período de 1857 a 1880. Destacam-se as obras: *Grundrisse*,

1857-58; Salário, Preço e Lucro, 1865; O Capital: crítica da economia política, 1867; A Guerra Civil na França, 1871; Crítica do Programa de Gotha, 1875.

Para melhor exposição deste trabalho, utilizarei da mesma divisão, todavia com a única intenção de delimitar a época em que os textos de Marx foram escritos, para compreender como ele faz sua passagem da filosofia para a economia no que se refere à relação sociedade-natureza. Digo isso, pois não creio existir um abandono de seus pensamentos nas passagens do Jovem Marx para a transição e por fim ao Marx Maduro, ao contrário, seu pensamento está estritamente conectado entre a sua fase jovem e madura, seu pensamento vai se enriquecendo. Não pode ser descartado, para o bel prazer de alguns pesquisadores que dão significados a posteriores correntes de pensamento marxista. E dessa forma não corremos o risco de cairmos no economicismo, por não descartar o humanismo do jovem Marx, privilegiando o maduro Marx e a sua análise econômica e social do sistema capitalista.

O pensamento de Marx só vai sofrendo algumas retificações, feitas por ele mesmo, como veremos no decorrer deste trabalho. Todavia devemos nos atentar que os textos escritos por Marx não podem ser tratados de forma teológica, não são uma fórmula pronta para uma nova sociedade, e, sim, devem ser lidos com olhos críticos.

Como demonstra Smith (1988), não existe uma ruptura radical entre o Jovem Marx e o Marx Maduro, ocorre sim um desenvolvimento complexo em seu pensamento, que afeta diretamente a sua concepção de natureza. Segundo o autor, nos primeiros trabalhos de Marx, especialmente nos Manuscritos econômico-filosóficos, o que está em evidência, em relação à concepção de natureza, é a unidade entre o homem e a natureza. Já na obra a Ideologia alemã, Marx vai trabalhar uma concepção materialista da natureza, deixando de trabalhar a questão filosófica da unidade do homem com a natureza, passando a analisar os processos reais dessa relação homem-natureza. O que levou Marx a discutir a função do trabalho humano como mediadora da relação entre o homem e a natureza, que será tratada como uma relação histórica, concreta. Smith afirma que na obra O capital, a natureza vai

ser pouco trabalhada, visto que Marx não tinha intenção de analisar a natureza nesse seu trabalho, e sim as relações capitalistas. Mas é nessa obra que a sua concepção de natureza se encontrará definitivamente elaborada.

Com esta breve noção da vida de Karl Marx, podemos perceber que de fato ele era um pensador preocupado em compreender a relação sociedade-natureza (demonstrado aqui pela sua admiração a Darwin) e preso aos avanços tecnológicos de seu tempo, mas que não quer dizer que se tratava de um pensador produtivista. Faz-se necessário agora compreendermos a concepção de natureza na contemporaneidade desse pensador, para com isso compreender o quanto é revolucionária a sua concepção de natureza, a sua concepção da relação sociedade-natureza e da relação homem-natureza.

2. A CONCEPÇÃO DE NATUREZA

Duarte (1986) nos alerta a um ponto importante em um trabalho que pretenda compreender a relação entre homem-natureza e/ou sociedade-natureza nas obras de Karl Marx, devemos contextualizar como se dava o significado de natureza na época de Marx, como era a concepção de natureza. Para isso, utilizarei da análise, do resumo histórico da concepção de natureza de Duarte (1986) e Smith (1988), para compreender o desenvolvimento da concepção de natureza da época de Marx.

Duarte (1986) expõe quatro momentos cruciais da concepção de natureza na história, para chegar à compreensão de natureza de Marx, são eles: a concepção mágica de natureza, a cosmologia grega, a revolução mecanicista do século XVII e a concepção hegeliana de natureza.

A concepção mágica da natureza (Duarte, 1986) tem como pressuposto uma mentalidade primitiva, remete aos homens pré-históricos, aos povos primitivos, pensamento ocasionado pelo baixo nível técnico de determinada sociedade, que não consegue compreender ou “transcender” a natureza cientificamente. Um período onde a religião, os mitos, que são utilizados para explicar as ações da natureza; a natureza é dotada de traços humanos, são ideias básicas para compreender e explicar o mundo a sua volta.

O segundo momento (Duarte, 1986) é a cosmologia grega, que vai modificar a visão da natureza mágica (mítica) através de Aristóteles, com a afirmação de que a natureza é um conjunto de coisas submetidas a leis específicas e determinantes. O segundo passo para uma compreensão objetiva da natureza, que foi iniciada na cosmologia grega, é a compreensão dessas leis que regem a natureza, compreensão que só vai ocorrer na modernidade. Até este momento, o pensamento grego sabia que existiam essas leis, mas não tinha avanço científico suficiente para compreender como funcionavam.

O terceiro momento é a revolução mecanicista do século XVII (Duarte, 1986), momento que a ciência não está voltada para um único objetivo; além

de ampliar o conhecimento da sociedade (seu principal objetivo), a ciência agora está preocupada em como transformar o conhecimento científico em mercadoria, em como transformar a natureza de acordo com os objetivos econômicos, uma ciência voltada para o mercado. Trata-se também de um momento histórico de ruptura da relação homem-natureza, pois por meio da ciência, a espécie humana acredita estar emancipada da natureza, a natureza externa lhe é diferente e fora de seu ser, o homem é colocado no centro do universo.

No início do século XVII, o monismo que impera põe o espírito dentro da matéria, como consequência de uma mecanização que se estende a toda a natureza, chegando mesmo a ultrapassar seus limites, no estabelecimento de uma metafísica mecanicista do homem. Do ponto de vista prático, levada a extremos pelo surgimento da indústria moderna. (DUARTE, 1986, p. 32).

Neil Smith (1988), em seu livro “Desenvolvimento desigual – natureza, capital e a produção de espaço”, expõe que o filósofo do século XVII, Francis Bacon (contemporâneo da revolução mecanicista do século XVII), considerado um marco da origem da ciência moderna, tem como concepção da natureza algo totalmente exterior à sociedade humana, a sociedade é separada da natureza, um objeto a ser dominado e manipulado, uma relação puramente mecânica. A natureza é considerada o domínio do homem. Portanto, é com Bacon que a ciência passa a tratar a natureza como abstração dos objetos a ser examinada no contexto social, ela está fora da própria atividade científica. O grande objetivo da ciência seria auxiliar a sociedade na dominação da natureza, dominação no sentido de subjugar-la.

O quarto e último momento da história, exposto por Duarte (1986), para compreender a concepção de Marx sobre a natureza, é a concepção hegeliana de natureza, onde a natureza é colocada como a mediadora entre a esfera lógica e a esfera do espírito. Uma contradição da esfera lógica e da esfera do espírito, que só seria resolvida quando a natureza fosse totalmente suprimida pelo espírito. Outra contradição desse pensamento é que a natureza é colocada ao mesmo tempo como uma necessidade e como uma

acidentalidade, o que dificulta uma análise profunda do trabalho (ação humana) nessas contradições. A ideia de que este mundo é apenas um lugar de passagem para um plano maior, que transcenda a matéria.

Segundo Duarte (1986), a superação do conceito hegeliano de natureza, que será realizado pelo jovem Marx de forma dialética, é a crítica da passagem da lógica à natureza. O jovem Marx critica a concepção de natureza de Hegel, que afirma o caráter ilusório da existência da externalidade da natureza, como se a existência do indivíduo estivesse fora da relação sociedade-natureza, uma natureza que é determinada pelo espírito e não pelo trabalho do homem e as leis que a regem.

Mas a herança hegeliana positiva em Marx, no tocante à concepção de natureza, está na diferenciação que Hegel faz das formas teóricas de se relacionar com a natureza (física e filosofia da natureza) com a forma prática dessa relação. (Duarte, 1986, p. 40).

Smith (1988) demonstra que essa visão da natureza como algo externo ocorre porque o ser humano, no processo de trabalho, trata os materiais naturais como objetos exteriores, objetos que devem ser transformados em mercadorias, uma relação mecânica, que só poderia ser intermediada por processos mecânicos. Dessa forma, a ciência, que tem como função auxiliar a sociedade, ou seja, aprimorar esses processos mecânicos, só poderia tratar a natureza como algo externo, assim como é tratada no processo social. O ponto positivo dessa tradição da ciência moderna, da relação da natureza externa e da natureza universal (natureza construída), é que o seu elo não é mais religioso e sim secular. Dessa forma, tanto os eventos naturais ou sociais têm a sua explicação de sua existência em si mesma. Fato que veio se reafirmar na ciência com Darwin.

Desde Darwin, tornou-se tradicional o modo de considerar a Biologia como sistematicamente histórica, mais que acidentalmente. Assim, Darwin forneceu a base científica, para se tratarem certos fenômenos sociais nas mesmas bases em que são tratados os eventos químicos e, eventualmente, os físicos. (SMITH, 1988, p. 33).

O século XIX, época de Marx, é marcado pelo sentimento de domesticação da natureza externa por meio da ciência moderna, a natureza

selvagem não ameaça aparentemente mais a sociedade, e agora causa certo fascínio. A natureza agora não é só vista como o meio pelo qual o ser humano retira a matéria-prima para sua sobrevivência, é também, por meio da domesticação da natureza, um lugar de lazer.

Enquanto a natureza selvagem da fronteira era hostil, a natureza humanizada exaltada pelo movimento de [volta à natureza], do século dezenove, era a quintessência da amizade. Hostil ou amiga, a natureza era exterior, ela era um mundo a ser conquistado ou um lugar para retornar. (SMITH, 1988, p.37).

Essa nova visão da natureza (Smith, 1988) tem a mesma função que tinha antigamente, quando a natureza era selvagem, selvagem ou amiga, a natureza tem que ser constantemente dominada pelo ser humano. Se antes isso se dava pelo medo, o que legitimava o ataque (degradação) contra a natureza, agora existe um amplo território a ser conquistado. O conceito de natureza é dado como um produto social, que tem função social e política. A classe dominante tende a universalizar sua percepção para direcionar a produção social, o que ele denomina de ideologia da natureza.

Smith (1988) coloca que hoje a função ideológica da concepção da natureza universal (a natureza externa e hostil) continua ser para enfatizar a conquista, o controle. Mas vai além, tem como função dar a certos comportamentos sociais o caráter natural, ou seja, comportamentos socialmente aceitos e imutáveis. Com isso, a responsabilidade desses comportamentos não é da história humana e sim de responsabilidade da natureza. Uma das ideias defendidas pela ideologia da natureza é que o capitalismo é natural, inevitável e universal. Portanto, ir contra o capitalismo é ir contra a natureza humana. Assim, a natureza humana é um dos pilares mais importantes da ideologia burguesa. Mas esse conceito da ideologia da natureza pode ser desconstruído se for eliminada a exterioridade da natureza, por esta ser a base de sustentação da natureza humana.

Essa desconstrução se faz através da análise do trabalho humano, trabalho que é negado tanto na natureza externa quanto na natureza universal (natureza humana). O ser humano fica em um dualismo, hora construído pela

natureza, hora construído pela própria sociedade. Na falsa ideia de domínio da ciência moderna sobre a natureza externa, o indivíduo se vê dominado pela sociedade e pela própria natureza, com isso, ele sempre vai estar em contradição com a natureza exterior, o que pode ser denominada de alienação.

Para Quaini (1979), Marx se interessa pela natureza primeiramente como momento da práxis, e que a natureza em si, isolada, não tem significado para o homem. Somente através do seu materialismo histórico, pode afirmar que existe apenas uma só ciência, a ciência da história. História que poderia ser vista em dois aspectos, a história da natureza e a história dos homens. Entretanto, estes dois não podem ser separados enquanto existir a espécie humana.

... não significava... que Marx e Engels subestimassem as variações históricas meramente naturais em favor do fator subjetivo humano. Na realidade, eles não só estavam bem conscientes disto mas sobretudo não os viam isoláveis das variações produzidas pela ação humana... (QUAINI, 1979, p. 46)

Essa era a concepção de natureza da contemporaneidade de Marx, uma natureza que era vista como externa ao ser humano e subjugada pela sociedade por meio do desenvolvimento científico, uma natureza que era vista como mera matéria-prima para o pleno desenvolvimento ilimitado da sociedade. Essa concepção de natureza, que vai ser desconstruída por Marx, que vai ver a íntima ligação da existência do ser humano com as condições naturais, com a natureza. Uma relação sociedade-natureza, que não vai ser intermediada pela ciência ou pelos ideais da classe dominante, essa relação se dá unicamente entre o próprio homem e a natureza, intermediada pelo trabalho humano, com o intuito de satisfazer as verdadeiras necessidades humanas e que é apenas auxiliada pela ciência (fruto do desenvolvimento do trabalho humano), e não subjugada por esta. Uma relação extremamente complexa para Marx, pois a sociedade é diretamente dependente da natureza, a sociedade, o ser humano depende da natureza para existir, enquanto a natureza tem sua existência independente da existência do ser humano, mas que não faz sentido refletir acerca da natureza sem a existência da espécie humana.

Demonstrarei nos próximos capítulos como se desenvolveu essa concepção de natureza nas obras de Marx, como era vista essa complexa relação homem-natureza e sociedade-natureza. Com essa exposição de ideias, é possível ver a abrangência das ideias ecológicas na teoria marxiana.

3. O JOVEM MARX

3.1. A Questão Judaica (1843) – Uma natureza distante

Marx, na sua obra *A Questão Judaica*, no seu esboço inicial para tratar os temas referentes à emancipação humana e à alienação, trata o assunto relacionado à natureza superficialmente na segunda parte dessa obra, quando trabalha o assunto sobre a capacidade dos judeus e cristãos de serem livres. Superficialmente, mas de grande valor para iniciarmos uma compreensão do que ele apresenta a respeito da relação sociedade-natureza, visto que, neste momento, Marx já percebe o sistema capitalista como o grande responsável pela degradação da natureza.

Marx desenvolvendo as fases históricas do homem em relação à comunidade judaica e cristã, no contexto da sociedade burguesa, chega à seguinte conclusão:

O dinheiro é o Deus zeloso de Israel, diante do qual não pode legitimamente prevalecer nenhum outro Deus. O dinheiro humilha todos os deuses do homem e os converte em mercadoria. O dinheiro é o valor geral de todas as coisas, constituído em si mesmo. Portanto, despojou o mundo inteiro de seu valor peculiar, tanto o mundo dos homens como a natureza. O dinheiro é a essência do trabalho e da existência do homem, alienada deste, e esta essência estranha o domina e é adorada por ele... A concepção que se tem da natureza sob o império da propriedade e do dinheiro é o desprezo real, a degradação prática da natureza... Só pode então o judaísmo impor seu império geral e alienar o homem alienado e a natureza alienada, convertê-los em coisas venais, em objetos entregues à sujeição da necessidade egoísta, à negociação e usura... a venda é a prática da alienação. Assim como o homem – enquanto permanece sujeito as cadeias religiosas – só sabe expressar sua essência convertendo-a num ser fantástico, num ser estranho a ele, assim também só poderá conduzir-se praticamente sob o império da sociedade egoísta, só poderá produzir praticamente objetos, colocando seus produtos e sua atividade sob o império de um ser estranho e conferindo-lhes o significado de uma essência estranha, do dinheiro. (MARX, 2000 – p. 48-51).

Podemos perceber nesta fase inicial da composição teórica de Marx, a qual é denominada pelos estudiosos marxistas como a Fase do Jovem Marx, que o autor coloca o mesmo dispositivo como responsável pela degradação do ser humano e da natureza, representado aqui pela figura do dinheiro, que pode ser entendida como sendo um artifício da sociedade burguesa (o sistema

capitalista) para alienar e subjugar tanto o ser humano como a própria natureza.

Altvater (2006) diz que a natureza humanizada que Marx desenvolve em seus primeiros trabalhos se trata da natureza feita pelo homem, o meio ambiente construído, ou seja, a segunda natureza. Essa natureza construída que gera os efeitos externos, negativos ou positivos socialmente, negativos na forma de poluição e positivos na forma de satisfação social, uma natureza externa que não pode ser regulada pelos mecanismos do mercado. Segundo o autor, a natureza para Marx é mais que os recursos naturais úteis aos seres humanos, é uma relação complexa e abrangente entre o homem e a natureza.

Mesmo que cada degradação e alienação do ser humano e da natureza sejam expostas de modo separado por Marx, nesta fase inicial de sua obra, ou seja, não se tenha a compreensão efetiva da intrínseca relação entre sociedade-natureza, que a degradação e alienação de ambos os afetam diretamente, essa passagem se torna de extrema importância para a compreensão do pensamento marxista. É na Questão judaica que pela primeira vez é colocada a ideia que um sistema fundado na produção em si, ou seja, na mera produção de mercadoria, de uma sociedade egoísta (individualista), não pode ser sustentável e capaz de suprir todas as necessidades humanas, tanto físicas como psicológicas.

Frederico (2009) demonstra que no período de 1843, ano da Questão Judaica, Marx era um jovem pensador hegeliano influenciado pelas ideias de Feuerbach, com o intuito de transformar a crítica da religião em crítica da política. Já o período de 1844, que é o ano da redação dos Manuscritos econômico-filosóficos, que veremos no próximo capítulo, Marx vai procurar se apropriar das ideias de Feuerbach para realizar a crítica da Economia Política.

Feuerbach, que é definido por Frederico (2009) como um filósofo distante da política direta, da ação concreta (seu ponto de embate com Marx); tratava-se de um pensador “ecológico”, que buscava uma filosofia alternativa ao racionalismo hegeliano. Esta nova fundada estaria embasada no

sentimento, em objetos reais e sensíveis (natureza). Uma filosofia que vai buscar trabalhar o sujeito real, tanto o homem quanto a natureza. Entretanto, Frederico diz que a palavra natureza contém um duplo significado, podendo tanto ser o ambiente natural (a natureza externa) quanto representar a natureza humana, e segundo o autor, Feuerbach está trabalhando a natureza humana.

Verifiquei um pensamento mais abrangente de Marx, ele não trabalha somente a natureza humana, pois chegará à conclusão de que a natureza e o ser humano constituem a mesma história, o ser humano é parte integrante da natureza, uma única “matéria”, que vai estar organizada na complexa composição da sociedade.

Finalizo essa análise sobre A Questão Judaica, com a ideia esboçada pelo próprio Marx de que toda emancipação é a redução do mundo humano, das relações, do próprio homem. Logo, a emancipação política é a redução do homem a membro da sociedade burguesa, a indivíduo egoísta, individualista, ao mesmo tempo é a redução do homem em cidadão do Estado, a pessoa moral. Todavia, somente quando o homem individual, real recupera em si o cidadão abstrato e se converte em ser genérico, no reconhecimento e organização de suas próprias forças como forças sociais (coletiva), não sendo mais a força política, o mediador da força social, é que ocorrerá a emancipação humana. E como será explicado no desenvolvimento deste texto, a emancipação humana só ocorrerá quando estiver bem definida a relação sociedade-natureza, quando não mais a força política for o mediador na relação entre a sociedade e natureza, e, sim, o mediador sendo o trabalho humano. Portanto, a verdadeira liberdade para Marx é o ser humano se relacionando com a natureza por si mesmo, por meio do seu trabalho.

3.2. Manuscritos Econômico-Filosóficos (1844) – A alienação da natureza

Segundo Naves (2000), quando Marx redigiu os Manuscritos, estava fortemente influenciado pelo humanismo feuerbachiano, sendo neste momento, a análise marxiana da condição da classe operária e do comunismo a reprodução das representações ideológicas humanistas feuerbachiana. E que esse conjunto de textos é marcado pelo interesse do processo de produção capitalista e por uma melhor concepção do comunismo.

Foster (2005) coloca os Manuscritos econômicos e filosóficos de 1844 como a primeira obra mais bem elaborada de Marx, onde é desenvolvido o conceito da alienação do trabalho, a alienação do trabalhador do objeto do seu trabalho, a alienação do processo de trabalho, de si e dos seus semelhantes. Esse conjunto da alienação de Marx leva à conexão direta da alienação dos seres humanos com a natureza, tanto da natureza interna (a essência humana) quanto da natureza externa (o meio físico), sendo sempre uma alienação social. Foster afirma que a partir dessa obra, dos Manuscritos, Marx vai sempre tratar a natureza quando esta entra diretamente na história do homem, o que ocorre através da produção, e dessa forma, a natureza se torna uma extensão do corpo humano. A natureza para Marx é uma constante na produção humana (e como não poderia ser diferente na produção socialista), ao mesmo tempo em que não é uma constante na produção capitalista, quando o capital gera capital (na não verdade de que capital gera capital), neste momento não existe participação direta da natureza na produção capitalista.

Essa relação humana com a natureza não é mediada somente pela produção, mas também pelos instrumentos necessários para a transformação da natureza de modo universal, uma relação orgânica (como veremos nas próximas páginas), transcendendo por muitas vezes o próprio corpo humano. Essa relação orgânica é o principal motivo da necessidade da natureza ser denominada corpo inorgânico do homem. Sendo os seres humanos os responsáveis por produzirem a sua própria relação histórica com a natureza, muito dessa construção se deve à produção dos meios de subsistência, com

isso a natureza tem um significado prático, que seria a produção dos meios de subsistência. O que Foster (2005) vai denominar de visão naturalista, humanista de Marx, uma visão que visa à transcendência histórica, superando a alienação.

No caderno I, sobre o Salário, na obra Manuscritos econômico-filosóficos, Marx demonstra várias vezes que sua visão sobre a natureza só pode ser antropocêntrica, a visão, a concepção da natureza é uma construção social, pois seu significado e abrangência são dados pelo próprio ser humano.

Nesse texto, o salário é colocado como a subsistência do trabalhador durante o trabalho na sociedade burguesa, salário o qual é o valor mínimo necessário para sustentar uma família. Nas palavras de Marx, esse valor mínimo serve para que a classe dos trabalhadores não se extinga, e isso para o autor se trata de uma mera existência animal. Dessa forma, coloca as necessidades humanas superiores às necessidades animais, ou necessidades da natureza.

A economia nacional, segundo Marx, considera somente como trabalhador o proletariado, aquele que vive somente do trabalho, sem capital ou renda da terra, sendo um trabalho unilateral, abstrato. O homem nessa condição é colocado pela economia nacional, para Marx, no mesmo patamar de um cavalo, que deve receber somente o suficiente para conseguir trabalhar, concretizar sua atividade. Não o considerando como homem no seu tempo livre de trabalho, deixando isso na responsabilidade da justiça criminal, dos médicos, da religião, das tabelas estatísticas, da política e do curador da miséria social.

Nesse sentido, Marx expõe que os trabalhadores não têm apenas de lutar pelos seus meios de sobrevivência física, mas também pela aquisição de trabalho, ou seja, pelos meios de efetuar sua atividade, o trabalho. E no interior dessa disputa, do ser humano com seu semelhante, que ocorre a elevação do salário, que desperta no trabalhador a obsessão pelo enriquecimento, desejo

típico do capitalista. E tudo isso só pode ser almejado através do sacrifício de seu espírito e de seu corpo.

Será verificado mais à frente, o sacrifício de seu corpo é o próprio sacrifício da natureza para Marx. Desse modo, por meio do sistema capitalista, o trabalhador não consegue viver em equilíbrio com a natureza e por consequência com seu próprio ser físico. Podemos depreender então, na visão marxiana, ainda que ele não utiliza esses termos, que o grande responsável pelos problemas ambientais, ecológicos que a sociedade está vivendo é de responsabilidade da relação trabalhador e capitalista, que coloca o capital e não o trabalho como mediador da relação homem-natureza, relação que dita a condição de vida do ser humano.

No texto sobre o “Ganho do Capital”, na obra Manuscritos econômico-filosóficos, demonstra o que Marx compreende por valor de um produto a soma entre trabalho e natureza. O que mostra a não naturalidade do crescimento em si do capital (na compreensão de que capital não é natureza e muito menos o trabalho humano) e a ausência de uma melhor qualidade de vida pelo crescimento deste, afirmação que vai ocorrer em todas as suas obras. Por consequência, a sua teoria de valor está conectada diretamente à relação sociedade-natureza:

O progresso que, portanto, o trabalho humano realiza sobre o produto natural (e que constitui o produto natural elaborado), não eleva o salário, mas, em parte, o número de capitais passíveis de ganho e, em parte, a proporção de cada capital subsequente com o anterior... o capitalista... ganha duplamente: primeiro com a divisão do trabalho; segundo, geralmente com o progresso que o trabalho humano imprime sobre o produto natural. Quanto maior a participação humana numa mercadoria, tanto maior o ganho do capital morto. (MARX, 2004 – p. 45)

É no texto “Trabalho estranhado e propriedade privada”, na obra Manuscritos econômico-filosóficos, que Marx começa a definir com mais clareza o seu conceito da relação sociedade-natureza. Principia demonstrando que o trabalhador, na produção capitalista, encerra a sua vida no objeto, todavia esta não pertence mais a ele e sim ao objeto (ao capital). Chegando à lógica de quanto maior for a atividade, proporcionalmente mais sem o objeto

fica o trabalhador, ele já não é o produto de seu trabalho, e quanto maior for esse produto, menor será o trabalhador. O que posteriormente vai ser o mesmo de dizer que o trabalhador é alienado, despossuído do produto do seu trabalho. Isso é o que Marx denomina como exteriorização do trabalhador pelo seu produto, ou seja, o seu trabalho, o objeto de seu trabalho, torna-se uma existência externa a ele, independente e estranha a ele, uma potência autônoma diante do trabalhador, hostil e estranha. O homem encontra-se alienado do seu trabalho, do seu produto e dos meios pelos quais consegue efetivar o trabalho. Portanto, o homem está alienado da natureza na sociedade capitalista.

Nessa linha de raciocínio, Marx nos mostra que o trabalhador nada pode criar sem a natureza, sem o mundo exterior sensível (influência do pensamento de Feuerbach), onde seu trabalho se efetiva e se materializa, o meio pelo qual o trabalho produz. Entretanto, a mesma natureza que oferece os meios para a atividade do trabalho, também oferece o meio de subsistência física do trabalhador, e nesse duplo sentido, o trabalhador se torna um servo do seu objeto, a natureza. Isso ocorre porque primeiro ele recebe um objeto do trabalho, ou seja, o próprio trabalho, e em segundo recebe os meios de subsistência. Por esse motivo, ele deve existir em primeiro lugar como trabalhador para depois existir como sujeito físico. Enquanto em uma produção socialista, no processo de trabalho socialista, o homem continua dependente dessa natureza, mas é livre para produzir através de seu trabalho os bens necessários para suprir suas verdadeiras necessidades e não para as necessidades de outros. Assim, o objeto passa a pertencer ao trabalhador.

O auge desta servidão é que somente como trabalhador ele pode se manter como sujeito físico e apenas como sujeito físico ele é trabalhador...a economia nacional oculta o estranhamento na essência do trabalho porque não considera a relação imediata entre o trabalhador (o trabalho) e a produção... (MARX, 2004 – p. 82).

Dessa forma, o resultado da exteriorização do trabalho é

...o trabalho é externo...ao trabalhador, isto é, não pertence ao seu ser, que ele não se afirma, portanto, em seu trabalho, mas nega-se nele, que não se sente bem, mas infeliz, que não desenvolve nenhuma energia física e espiritual livre, mas mortifica sua physis e

arruína o seu espírito...o seu trabalho não é portanto voluntário. O trabalho não é, por isso, a satisfação de uma carência, mas somente um meio para satisfazer necessidades fora dele. Sua estranheza...evidencia-se aqui de forma tão pura que, tão logo inexista coerção física ou outra qualquer, foge-se do trabalho como uma peste... (MARX, 2004 – p. 82).

Seguindo essa lógica, Marx chega à conclusão que o homem (o trabalhador) no capitalismo só se sente como ser livre e ativo nas funções animais, ou seja, comer, beber, procriar, e com ressalvas (limitado) em habitar, adornos; sendo que nas suas funções humanas só consegue se sentir como animal. Nessa lógica, o animal se torna humano, assim como o humano se torna animal. Compreende que essas funções animais são também funções genuinamente humanas. Entretanto, na abstração que as separa da esfera restante da atividade humana, tornando-as finalidades últimas e exclusivas, e que acabam sendo efetivamente atividades unicamente dos animais. Pois a vida genérica do homem e do animal consiste, fisicamente, que o homem e o animal vivem exclusivamente da natureza inorgânica, e quanto mais universal é o homem em relação ao animal, mais universal se torna o domínio da natureza inorgânica.

Assim como plantas, animais, pedras, ar, luz, etc., formam teoricamente uma parte da consciência humana, em parte como objetos da ciência natural, em partes como objetos da arte – sua natureza inorgânica, meios de vida espirituais, que ele tem de preparar prioritariamente para a fruição e para a digestão -, formam também praticamente uma parte da vida humana e da atividade humana. Fisicamente o homem vive somente destes produtos da natureza, possam eles parecer na forma de alimento, aquecimento, vestuário, habitação etc. Praticamente, a universalidade do homem aparece precisamente na universalidade que faz da natureza inteira o seu corpo inorgânico, tanto na medida que ela é um meio de vida imediato, quanto na medida que ela é o objeto/matéria e o instrumento de sua atividade vital. A natureza é o corpo inorgânico do homem, a saber, a natureza enquanto ela mesma não é corpo humano. O homem vive da natureza significa: a natureza é o seu corpo, com o qual ele tem de ficar num processo contínuo para não morrer. Que a vida física e mental do homem está interconectada com a natureza não tem outro sentido senão que a natureza está interconectada consigo mesma, pois o homem é uma parte da natureza. (MARX, 2004 – p. 84).

É nesse sentido que o trabalho estranhado (alienado) estranha do homem a natureza, o homem de si mesmo, de sua atividade vital, estranhando

do homem o gênero humano, fazendo da vida genérica apenas um meio da vida individual:

Primeiro, estranha a vida genérica, assim como a vida individual. Segundo, faz da sua última em sua abstração um fim da primeira, igualmente em sua forma abstrata e estranhada...o engendrar prático de um mundo objetivo, a elaboração da natureza inorgânica é a prova do homem enquanto um ser genérico consciente, isto é, um ser que se relaciona com o gênero enquanto sua própria essência ou se relaciona consigo enquanto ser genérico. É verdade que também o animal produz...no entanto, produz apenas aquilo de que necessita imediatamente para si ou sua cria; produz unilateralmente, enquanto o homem produz universalmente; o animal produz apenas sob o domínio da carência física imediata, enquanto o homem produz mesmo livre da carência física, e só produz, primeira e verdadeiramente, na sua liberdade com relação a ela; o animal só produz a si mesmo, enquanto o homem reproduz a natureza inteira; no animal, o seu produto pertence imediatamente ao seu corpo físico, enquanto o homem se defronta livremente com o seu produto...o objeto do trabalho é portanto a objetivação da vida genérica do homem: quando o homem se duplica não apenas na consciência, intelectualmente, mas operativa, efetivamente, contemplando-se, por isso, a si mesmo num mundo criado por ele. Conseqüentemente, quando arranca...do homem o objeto de sua produção, o trabalho estranhado arranca-lhe sua vida genérica, sua efetiva objetividade genérica...e transforma a sua vantagem com relação ao animal na desvantagem de lhe ser tirado o seu corpo inorgânico, a natureza... (MARX, 2004 – p. 84-85)

O fato do produto do trabalho não pertencer ao trabalhador é porque existe um poder intermediando essa relação, onde Marx coloca que isso só é possível pelo fato do produto do trabalho pertencer a outro homem, que não é o trabalhador. Esse poder alheio, conclui, não é espiritual ou de responsabilidade da natureza, e sim do próprio homem. Esse autoestranhamento do homem de si e da natureza está na relação que ele mesmo concede a si próprio, à natureza em relação aos outros homens, no mundo prático-efetivo.

Sendo que esse estranhamento ocorre em um meio prático, a propriedade privada se coloca como o produto, o resultado e a consequência necessária do trabalho exteriorizado. Assim, a propriedade privada é uma barreira para a plena realização da relação sociedade-natureza. A propriedade privada é a relação externa do trabalhador com a natureza e consigo mesmo:

A propriedade privada resulta portanto, por análise, do conceito de trabalho exteriorizado, isto é, de homem exteriorizado, de trabalho estranhado, de vida estranhada, de homem estranhado...evidencia-se na análise desse conceito que, se a propriedade privada aparece como fundamento, como razão do trabalho exteriorizado, ela é antes uma consequência do mesmo, assim como também os deuses são, originariamente, não a causa, mas o efeito do erro do entendimento humano. Mais tarde esta relação se transforma em ação recíproca... (MARX, 2004 – p. 88).

No “Complemento ao Caderno II, página XXXIX”, sobre a “propriedade privada e o comunismo”, na obra Manuscritos econômico-filosóficos, é exposta a ideia que a essência humana da natureza está em primeiro lugar para o homem, na condição de elo com o homem, na condição de existência recíproca para com o outro. Tornando-se para o homem o fundamento de sua própria existência humana e em elemento vital da efetividade humana, e dessa forma, sua existência natural torna-se sua existência humana, e a natureza torna-se para o homem o próprio homem. Com isso, Marx conclui que:

a sociedade é a unidade essencial completada...do homem com a natureza, a verdadeira ressurreição da natureza, o naturalismo realizado do homem e o humanismo da natureza levado a efeito... (MARX, 2004 – p. 107).

Analisando Feuerbach, Marx coloca que a sensibilidade (o mundo real, material, a natureza) tem que ser a base de toda a ciência, e somente a ciência é efetiva, quando esta parte da natureza. Sendo que a própria história é uma parte efetiva da história natural, em um percurso do que viria a ser a natureza para o homem. Marx afirma que no decorrer da “evolução” histórica da sociedade, a ciência natural e a ciência do homem vão se fundir, tornando-se uma só ciência:

o homem é o objeto imediato da ciência natural; pois a natureza sensível imediata para o homem é imediatamente a sensibilidade humana (uma expressão idêntica), imediatamente como o homem outro existindo sensivelmente para ele; pois sua própria sensibilidade primeiramente existe por intermédio do outro homem enquanto sensibilidade humana para ele mesmo. Mas a natureza é o objeto imediato da ciência do homem. O primeiro objeto do homem – o homem – é natureza, sensibilidade, e as forças essenciais humanas sensíveis particulares; tal como encontram apenas em objetos naturais sua efetivação objetiva, essas forças essenciais humanas podem encontrar apenas na ciência do ser natural em geral seu conhecimento de si. O elemento do próprio pensar, o elemento da

externação de vida do pensamento, a linguagem, é de natureza sensível. (MARX, 2004 – p. 112)

Nessa linha de pensamento, Marx nos coloca pela primeira vez (mesmo que não seja seu objetivo no momento) como se daria a relação sociedade-natureza no socialismo, uma relação direta do homem com a natureza mediada pelo trabalho humano:

...para o homem socialista, toda assim denominada história mundial nada mais é do que o engendramento do homem mediante o trabalho humano, enquanto o vir a ser da natureza para o homem, então ele tem, portanto, a prova intuitiva, irresistível, do seu nascimento por meio de si mesmo, do seu processo de geração. Na medida em que a essencialidade do ser humano e da natureza se tornou prática, sensivelmente intuitiva; na medida em que o homem se tornou prática, sensivelmente intuitiva para o homem enquanto existência da natureza e a natureza para o homem enquanto existência do homem, a pergunta por um ser estranho, por um ser acima da natureza e do homem – uma pergunta que contém a confissão da inessencialidade da natureza e do homem – tornou-se praticamente impossível. (MARX, 2004 – p. 114).

No texto “Propriedade Privada e Carências”, na obra Manuscritos econômico-filosóficos, é manifestado que no projeto socialista, para suprir as carências das necessidades humanas, trata-se de um novo modo de produção e um novo objeto de produção; uma nova atividade da força essencial humana e novo enriquecimento da essência humana. Já no interior da propriedade privada ocorre exatamente o inverso, em que cada indivíduo trava uma batalha para criar uma nova carência no outro, forçando-o a um novo sacrifício, a uma nova sujeição, a um novo modo de fruição, com consequências de ruína econômica, com o único intuito de satisfação de sua própria carência egoísta.

Com o crescimento da massa dos objetos, estes se tornam uma potência ainda maior do império do ser estranho no qual está submetido o homem, e, assim, cada novo produto é uma nova potência, percebe-se claramente o que Marx compreende neste momento por degradação da natureza:

...este estranhamento se mostra na medida em que produz, por um lado, o refinamento das carências e dos seus meios; por outro, a degradação brutal, a completa simplicidade rude abstrata da carência; ou melhor, apenas produziu-se novamente a si na sua

significação contrária. Mesmo a carência de ar livre deixa de ser, para o trabalhador, carência; o homem retorna à caverna, que está agora, porém, infectada pelo mefítico ar pestilento da civilização, e que ele apenas habita precariamente, como um poder estranho que diariamente se lhe subtrai, do qual ele pode ser diariamente expulso, se...não pagar. Tem de pagar esta casa mortuária...Luz, ar, etc., a mais elementar limpeza animal cessam de ser, para o homem, uma carência. A imundice, esta corrupção, apodrecimento do homem, o fluxo de esgoto (isto compreendido à risca) da civilização torna-se para ele um elemento vital. O completo abandono não natural, a natureza apodrecida, tornam-se seu elemento vital. Nenhum de seus sentidos existe mais, não apenas em seu modo humano, mas também não num modo não humano, por isto, mesmo nem sequer num modo animal... (MARX, 2004 – p. 140).

Daniel Bensaïd (1999) afirma que Marx vê na relação de produção a relação homem-natureza e dos homens entre si, mediadas diretamente pelo trabalho, portanto, o ser humano é um ser natural. Partindo desse princípio, a primeira condição para realizar a história é o ser humano individual em que a emancipação humana, a efetiva liberdade, somente ocorre quando o ser humano consegue se ver nessa relação homem-natureza como ser natural, pertencente e dependente direto da natureza. Bensaïd, em sua análise sobre o jovem Marx, afirma que este rompe com o dualismo entre humanismo e natureza, dualismo presente em parte da ecologia contemporânea, na afirmação de que o naturalismo e o humanismo são uma coisa só. Todo avanço tecnológico, todo desenvolvimento da sociedade não substitui a origem de que o ser humano é um ser natural, dependente direto das condições naturais para sua sobrevivência. Sendo essa relação de união entre o homem e a natureza, que constitui a história.

Já no texto sobre o “Dinheiro”, na obra Manuscritos econômico-filosóficos, Marx continua com a sua crítica abordada na obra a “Questão Judaica” sobre o caráter do dinheiro. O dinheiro (que é exterior ao homem, à sociedade) se torna meio e capacidades universais, transformando assim a representação em efetividade e a efetividade em pura representação. O mesmo que dizer que o dinheiro tem a capacidade de transformar uma característica humana negativa em uma positiva, modificando as forças essenciais humanas efetivas e naturais em puras representações abstratas, e vice-versa. Por isso, o dinheiro é a inversão universal das individualidades,

tornando-se um poder inversor contra o indivíduo, os vínculos sociais e a natureza:

Ele transforma a fidelidade em infidelidade, o amor em ódio, o ódio em amor, a virtude em vício, o vício em virtude, o servo em senhor, o senhor em servo, a estupidez em entendimento, o entendimento em estupidez...como o dinheiro, enquanto conceito existente e atuante do valor, confunde e troca todas as coisas, ele é então a confusão e a troca universal de todas as coisas, portanto, o mundo invertido, a confusão e a troca de todas as qualidades naturais e humanas... Cada uma das tuas relações com o homem e com a natureza – tem de ser uma externalização...determinada de tua vida individual efetiva correspondente ao objeto da tua vontade. (MARX, 2004 – p. 160-161).

3.3. A Ideologia Alemã (1845-46)- A natureza histórica

Marcio Naves (2000) diz que a Ideologia alemã se trata de uma retificação de Marx com a sua consciência filosófica anterior, na busca de um conhecimento científico do processo histórico. Essa obra marca o início do pensamento marxiano sobre o conhecimento da história e da sociedade, com base em uma compreensão naturalista da sociedade.

O que acrescenta Duarte (1986), de modo mais abrangente e coerente, com um pensamento, que está em constante enriquecimento, relatando que o caminho do jovem Marx até a Ideologia alemã vai lhe deixando claro que as relações entre natureza e história são relações mútuas e mediadas pela indústria. O autor afirma que para apreender o conceito de natureza na Ideologia alemã e nas obras posteriores de Marx, deve-se ter em mente a relação natureza-trabalho-sociedade. É essa relação que dá sentido ao termo, uma “só ciência, a da história”, que em um primeiro momento trata-se da história natural (história que antecede a existência da espécie humana). E com o surgimento do homem, essa natureza é transformada, de acordo com o desenvolvimento e a relação dos homens entre si, o que leva ao fato da natureza ser histórica, que é definido como uma história natural interagindo com uma natureza histórica.

Na primeira parte da obra “A Ideologia Alemã”, no texto: “Feuerbach e História”, que são rascunhos e anotações datadas no final de novembro de 1845 a abril de 1846; Marx já se mostra muito entusiasmado com o grande desenvolvimento dos meios de produção (fascínio desde a sua adolescência), e com seu papel importante para a emancipação humana, para o desenvolvimento de seus fundamentos sobre o materialismo histórico, para a revolução.

Nem lhes explicaremos que só é possível conquistar a libertação real...no mundo real e pelo emprego de meios reais; que a escravidão não pode ser superada sem a máquina a vapor e a Mule-Jenny, nem a servidão sem a melhora da agricultura, e que, em geral, não é possível libertar os homens enquanto estes forem incapazes de obter alimentação e bebida, habitação e vestimenta, em qualidade e quantidade adequadas. A “libertação” é um ato histórico e não um ato de pensamento, e é ocasionada por condições históricas, pelas condições da indústria, do comércio, da agricultura, do intercâmbio...e então, posteriormente, conforme suas diferentes fases de desenvolvimento, o absurdo da substância, do sujeito, da autoconsciência e da crítica pura, assim como o absurdo religioso e teológico são novamente eliminados quando se encontram suficientemente desenvolvidos. (MARX, 2007 – p. 29)

Marx argumenta que para o materialismo prático, para o comunismo, o que está à sua frente é o objetivo de revolucionar o mundo, no enfrentamento e transformação do estado das coisas por ele encontrado. O que é encontrado em certos pontos em Feuerbach, todavia são intuições isoladas e pouco práticas.

Marx partindo para uma crítica ao pensamento de Feuerbach, na sua contemplação do mundo sensível (ambiente), afirma que este acaba por entrar em contradição com sua consciência e sentimento, o que perturba a harmonia por ele dada, do mundo sensível, do homem com a natureza:

Para remover essas coisas, ele tem, portanto, que buscar refúgio numa dupla contemplação: uma contemplação profana, que capta somente o que é “palpável”, e uma contemplação mais elevada, filosófica, que capta a “verdadeira essência” das coisas. (MARX, 2007 – p. 30)

Feuerbach, segundo Marx, não percebe que o mundo sensível, o ambiente, não é algo dado, eterno e sempre igual. Enquanto na verdade, para

Marx, esse mundo que o rodeia, o ambiente, o mundo sensível, é um produto da indústria e do estado de coisas da sociedade, é um produto histórico, trata-se da segunda natureza. Sendo que cada sociedade, cada geração desenvolve a indústria, o comércio, modificam a ordem social pra se adequar às necessidades alteradas. Portanto, o ambiente e a natureza são um produto histórico.

Para Duarte (1986), o que vai diferenciar o Jovem Marx de Feuerbach é o fato de não simplificar a alienação da natureza através da religião, e sim de todo contexto da sociedade capitalista. Outro ponto de diferenciação é que Feuerbach coloca a necessidade de uma nova filosofia como solução à alienação, enquanto Marx que se deve revolucionar a sociedade, na transformação de uma inteiramente nova sociedade, uma revolução prática, uma transformação realizada pela ação e não pela ideia, o comunismo; com isso a sociedade será a verdadeira essência da relação homem-natureza.

Marx na Ideologia alemã diz claramente o que compreende pela relação do homem com a natureza e o trabalho como mediador dessa relação, e deixa claro o quão importante é essa relação em sua teoria:

Por exemplo, a importante questão sobre a relação do homem com a natureza (...como afirma Bruno...as “oposições em natureza e história”, como se as duas “coisas” fossem coisas separadas uma da outra, como se o homem não tivesse sempre diante de si uma natureza histórica e uma história natural), da qual surgiram todas as “obras de insondável grandeza” sobre a “substância” e a “autoconsciência”, desfaz-se em si mesma na concepção de que a célebre “unidade do homem com a natureza” sempre se deu na indústria e apresenta-se de modo diferente em cada época de acordo com o menor ou maior desenvolvimento da indústria; o mesmo vale no que diz respeito à “luta” do homem com a natureza, até o desenvolvimento de suas forças produtivas sobre uma base correspondente. (MARX, 2007 – p. 31)

Voltando à sua crítica direta a Feuerbach, Marx nos mostra que este fala especialmente do ponto de vista da ciência natural, elucidando fatos que só podem ser vistos pelos olhos dos físicos e químicos. Marx, partindo desse posicionamento de Feuerbach, coloca uma questão, “... *aonde estaria a ciência natural e o comércio?*” (Marx, 2007 – p. 31). Pois para este, mesmo a ciência natural, em si mesma, só pode conquistar sua finalidade e seu objeto, por meio

do comércio, da indústria e da atividade sensível dos homens. Marx está fortemente marcado pela revolução mecanicista do século XVII (como demonstrei no capítulo sobre a natureza):

... de tal modo é essa atividade, esse contínuo trabalhar e criar sensíveis, essa produção, a base de todo o mundo sensível, tal como ele existe agora, que, se ela fosse interrompida mesmo por um ano apenas, Feuerbach não só encontraria uma enorme mudança no mundo natural, como também sentiria falta de todo o mundo dos homens e de seu próprio dom contemplativo, e até mesmo de sua própria existência. Nisso subsiste, sem dúvida, a prioridade da natureza exterior, e isso tudo não tem nenhuma aplicação aos homens primitivos, produzidos por generatio aequivoca (geração ou nascimento espontâneo de organismos); mas essa diferenciação só tem sentido na medida em que se considerem os homens como distintos da natureza. De resto, essa natureza que precede a história humana não é a natureza na qual vive Feuerbach, é uma natureza que hoje em dia, salvo talvez em recentes formações de ilhas de corais australianas, não existem mais em lugar nenhum e, portanto, também não existe para Feuerbach. (Marx, 2007 – p. 31-32)

Massimo Quaini (1979) coloca que o mérito de Feuerbach, na sua tentativa de ultrapassar Hegel, é colocar a natureza e o homem como responsáveis pelas verdadeiras transformações no mundo. Entretanto, Marx vai além do naturalismo ingênuo e da limitada antropologia feuerbachiana, pois a teoria marxiana, na Ideologia alemã, sai do terreno da filosofia para ir para a ação, para o terreno histórico-sociológico. Dessa forma, Quaini posiciona o materialismo histórico de Marx como antifilosófico, inaugurando uma nova visão da relação homem-natureza, especificamente por sair do monismo espiritualista de Hegel e do monismo naturalista especulativo de Feuerbach, colocando-se frente a um campo humanista e historicista, sem perder de vista a historicidade da natureza.

Outro fundamento explicitado por Marx na Ideologia Alemã, que é de extrema importância para a compreensão da relação sociedade e natureza em toda sua obra, é o primeiro pressuposto de toda a existência humana, de toda a história, é que cada indivíduo tem de estar em condições de viver, e somente assim consegue fazer história. Existindo necessidades básicas para este viver, que são: comida, bebida, moradia, vestimenta. Assim, para Marx, o primeiro ato histórico se constitui pela produção dos meios para a satisfação dessas necessidades, que é na verdade a produção da própria vida material. E nessa

satisfação da primeira necessidade básica, a ação de satisfazê-la, da manutenção da vida, que leva a novas necessidades, sendo que as produções das novas necessidades compõem o primeiro ato histórico, é a história da natureza e do homem situados no mesmo espaço e tempo. Um terceiro ponto desse desenvolvimento histórico é que os homens renovam diariamente sua própria vida (procriação, a relação familiar).

Outros pontos importantes são destacados na sua discussão sobre a linguagem e a consciência, principalmente em suas anotações. Marx afirma que a consciência é tão antiga quanto a linguagem, sendo a linguagem a consciência prática, existente para os outros e para si mesmo. A linguagem e a consciência nascem da necessidade de intercâmbio com os outros homens, como confirma Marx no trecho suprimido no manuscrito e no segundo grifo em nota de rodapé do próprio autor da obra:

a Minha relação com meu ambiente é a minha consciência...Onde existe uma relação, ela existe para mim; o animal não se 'relaciona' com nada e não se relaciona absolutamente. Para o animal, sua relação com outros não existe como relação. (Marx, 2007 – p. 35)

Logo, no início, a consciência é um produto social realizada pelos homens, é a consciência do meio sensível mais imediato, da relação do homem com o homem, de seu meio exterior, e é consciência da natureza. A natureza, em um primeiro momento para o homem, é um poder estranho, subjugando-o, uma relação puramente animal. O que Marx denomina como consciência animal da natureza ou consciência tribal, que nada mais é que a religião da natureza. Marx está se referindo à concepção mágica da natureza, que foi exposta através da análise de Duarte (1986), no capítulo sobre a natureza:

Esse começo é algo tão animal quanto a própria vida social nessa fase...essa consciência...tribal obtém seu desenvolvimento e seu aperfeiçoamento ulteriores por meio da produtividade aumentada, do incremento das necessidades e do aumento da população, que é a base dos dois primeiros. Com isso, desenvolve-se a divisão do trabalho...originalmente...no ato sexual...em seguida...em consequência de disposições naturais...a divisão do trabalho só se torna realmente divisão a partir do momento em que surge uma divisão entre trabalho material e trabalho espiritual... (MARX, 2007 – p. 35)

E é nessa divisão do trabalho que ocorre a contradição entre os interesses dos indivíduos, das famílias, e do coletivo em si, as contradições das relações sociais e da relação sociedade-natureza:

... logo que o trabalho começa a ser distribuído, cada um passa a ter um campo de atividade exclusivo e determinado, que lhe é imposto e ao qual não pode escapar; o indivíduo é caçador, pescador, pastor ou crítico, e assim deve permanecer se não quiser perder seu meio de vida – ao passo que, na sociedade comunista, onde cada um não tem um campo de atividade exclusivo, mas pode aperfeiçoar-se em todos os ramos que lhe agradam, a sociedade regula a produção geral e me confere, assim, a possibilidade de hoje fazer isto, amanhã aquilo, de caçar pela manhã, pescar à tarde, à noite dedicar-me à criação de gado, criticar após o jantar, exatamente de acordo com a minha vontade, sem que eu jamais me torne caçador, pescador, pastor ou crítico... (MARX, 2007 – p. 37-38)

Marx afirma que toda concepção histórica existente até hoje não presta a devida atenção à vida cotidiana, à natureza, desconsiderando ou considerando-a como um aspecto acessório, não interferindo diretamente no fluxo histórico. Desse modo, é escrita fora do âmbito do homem comum, fora da relação sociedade-natureza, fora da natureza em si:

...a relação dos homens com a natureza é excluída da história, o que engendra a oposição entre natureza e história. (MARX, 2007 – p. 44)

Em nota, Marx mostra-nos que Feuerbach se engana ao utilizar o termo comunista para si, para a sua teoria, transformando esta em um predicado do homem, transformando o comunismo em uma mera categoria, na simples designação a membro de um determinado partido revolucionário. Em sua dedução, busca mostrar que os homens têm necessidades um dos outros, e que estas sempre existiram. Para exemplificar, Marx expõe um trecho da Filosofia do futuro, no qual Feuerbach coloca que o:

ser de uma coisa ou do homem é, ao mesmo tempo, sua essência, que as determinadas condições de existência, o modo de vida e a atividade de um indivíduo animal ou animal são aquilo em que sua “essência” se sente satisfeita. Toda exceção é, aqui, expressamente concebida como um infeliz acaso, como uma anormalidade que não se pode mudar. Quando, portanto, milhões de proletários não se sentem de forma alguma satisfeitos em suas condições de vida, quando seu “ser” não corresponde em nada à sua “essência”, então, de acordo com a passagem citada, trata-se de um infortúnio inevitável

que deve ser suportado tranquilamente. Entretanto, esses milhões de proletários e comunistas pensam de modo diferente e provarão isso a seu tempo, quando puserem sua “existência” em harmonia com sua “essência” de um modo prático, por meio de uma revolução. (MARX, 2007 – p. 46)

Por esse motivo, Marx afirma que Feuerbach tende a fugir de falar do “mundo humano”, refugiando-se na natureza externa, na natureza intocada, tipo de natureza que para Marx está ficando extinta em razão do desenvolvimento da indústria. A primeira natureza está sendo suprimida pela segunda natureza na visão de Marx:

A “essência” do peixe é o seu ‘ser’, a água – para tomar apenas uma de suas proposições. A “essência” do peixe de rio é a água de um rio. Mas esta última deixa de ser a “essência” do peixe quando deixa de ser um meio de existência adequado ao peixe, tão logo o rio seja usado para servir à indústria, tão logo seja poluído por corantes e outros detritos e seja navegado por navios a vapor, ou tão logo suas águas sejam desviadas para canais onde simples drenagem podem privar o peixe de seu meio de existência. Dizer que contradições como essas são anormalidades inevitáveis não difere, essencialmente, do lenitivo que São Max Stirner oferece aos descontentes, dizendo que essa contradição é sua própria contradição e que essa situação difícil é sua própria situação difícil, com o que eles poderiam, ou acalmar suas mentes, ou guardar sua indignação para si mesmos, ou revoltar-se contra isso de um modo fantástico. Isso difere muito pouco da alegação de São Bruno de que essas circunstâncias desfavoráveis devem-se ao fato de que aqueles insatisfeitos estão presos ao lixo da ‘substância’, não progrediram à ‘autoconsciência absoluta’ e não percebem que essas condições adversas são espíritos do espírito. (MARX, 2007 – p. 46-47)

Outro trecho importante da obra *A Ideologia alemã*, para se compreender o pensamento de Marx a respeito da relação sociedade-natureza, é quando trata da divisão entre o trabalho material e espiritual (intelectual). Divisão que para Marx é ocasionada com maior intensidade, devido à separação entre cidade e campo.

Marx mostra que esta oposição, da separação entre cidade e campo inicia-se na passagem da barbárie à civilização, aspecto comum em toda a história da civilização até hoje. E com o nascimento das cidades, surgem novas necessidades, que são administração, polícia, impostos, entre outros, ou seja, da política em geral. É neste momento histórico que ocorre pela primeira vez o surgimento de duas grandes classes intermediadas pela divisão do trabalho e pelos instrumentos de produção. Sendo a cidade o polo que concentra a

população, os instrumentos de produção, do capital, das fruições e das necessidades; e para o campo o isolamento e a solidão.

Sendo que essa oposição entre cidade e campo só é possível no interior da propriedade privada, subjugando o ser humano, e limitando o desenvolvimento humano em seu todo. Tornando-se tarefa e condição obrigatória à superação da oposição entre cidade e campo para a constituição de uma comunidade, do comunismo. Condição que para ser almejada necessita de outros pressupostos materiais, do desenvolvimento da sociedade. Não podendo ser superada pela simples abstração filosófica. Outro aspecto dessa separação é a separação entre capital e propriedade da terra:

Entre os povos agricultores, a economia doméstica coletiva é tão impossível quanto o cultivo coletivo do solo. A construção de cidades foi um grande progresso. Porém, em todos os períodos anteriores era impossível a superação da economia separada – economia que é inseparável da superação da propriedade privada –, pois não havia condições materiais para isso. O estabelecimento de uma economia doméstica coletiva pressupõe o desenvolvimento da maquinaria, da utilização das forças naturais e de muitas outras forças produtivas - por exemplo, canalizações de água, iluminação a gás, aquecimento a vapor etc., superação da oposição entre cidade e campo. Sem essas condições, a economia coletiva não seria mais, por si só, uma força de produção nova, careceria de toda base material, repousaria sobre um fundamento meramente teórico, isto é, seria um simples capricho e levaria apenas a uma economia monacal. (MARX, 2007 – p. 62)

Com a primeira parte da obra “Ideologia Alemã” é possível concluir três importantes fundamentos do pensamento de Marx em relação à natureza. Para embasar o primeiro, exemplificarei com o trecho do texto “Feuerbach – Entre janeiro e março de 1846”:

Toda a filosofia de Feuerbach decorre de: 1) filosofia da natureza – veneração passiva, extasiada genuflexão diante da grandiosidade e da onipotência da natureza. (MARX, 2007 – p. 79)

Disso podemos concluir que no pensamento marxista, o ser humano não pode se colocar diante da natureza de forma passiva, é necessário uma interação ativa da sociedade com a natureza, para suprir todas as necessidades dos homens.

O segundo e terceiro fundamentos importantes são intrinsecamente interligados, estão claramente expressos em notas do texto: “I. Feuerbach (Introdução) / 1. A Ideologia em Geral, em Especial a Filosofia Alemã (junho de 1846)”. O segundo fundamento trata da ciência verdadeira como sendo a união entre a ciência da natureza e a ciência do homem, e da verdadeira história, que é a união da história da natureza e história do homem. E nesse trecho, também que temos a justificativa do próprio Marx, do por que não encontramos claramente, com tanta frequência, em suas obras, o seu pensamento a respeito da natureza (ausência que se faz quase presente integralmente em sua obra “O Capital”):

Conhecemos uma única ciência, a ciência da história. A história pode ser examinada de dois lados, dividida em história da natureza e história dos homens. Os dois lados não podem, no entanto, ser separados; enquanto existirem homens, história da natureza e história dos homens se condicionarão reciprocamente. A história da natureza, a assim chamada ciência natural, não nos diz respeito aqui; mas, quanto à história dos homens, será preciso examiná-la, pois quase toda a ideologia se reduz ou a uma concepção distorcida dessa história ou a uma abstração total dela. A ideologia, ela mesma, é apenas um dos lados dessa história. (MARX, 2007 – p. 86)

O terceiro fundamento trata-se do seu entendimento sobre o homem e o animal (natureza), de sua suposta separação e da superação do homem da sua condição animal e aos demais animais, o ser humano é colocado como superior aos demais animais existentes na natureza; e justificativa para a dominação do homem sobre a natureza:

... o primeiro pressuposto de toda a história humana é, naturalmente, a existência de indivíduos humanos vivos {ao primeiro ato histórico desses indivíduos, pelo qual eles se diferenciam dos animais, é não o fato de pensar, mas sim o de começar a produzir seus meios de vida [SM]}. O primeiro fato a constatar é, pois, a organização corporal desses indivíduos e, por meio dela, sua relação dada com o restante da natureza. Naturalmente não podemos abordar, aqui, nem a constituição física dos homens nem as condições naturais, geológicas, orohidrográficas, climáticas e outras condições já encontradas pelos homens. Toda historiografia deve partir desses fundamentos naturais e de sua modificação pela ação dos homens no decorrer da história...pode-se distinguir os homens dos animais pela consciência, pela religião ou pelo que se queira. Mas eles mesmos começam a se distinguir dos animais tão logo começam a produzir seus meios de vida, passo que é condicionado por sua organização corporal. Ao produzir seus meios de vida, os homens produzem, indiretamente, sua própria vida material. (MARX, 2007 – p. 87)

No volume II, da obra a “Ideologia Alemã”, com título “Crítica do Socialismo Alemão em Seus Diferentes Profetas”, Marx mostra o equívoco dos denominados socialistas verdadeiros e sua visão sobre a natureza, na crítica de que os socialistas verdadeiros têm como pressuposto que o conflito entre a vida e a felicidade tem que chegar ao seu fim. E para isso, utilizam da natureza para exemplificar o seu modelo de pensamento, no entendimento de que na natureza, tais conflitos não existem. Subentendem que o homem é corpo natural e é possuidor de qualidades inerentes aos corpos, ou seja, aos demais corpos da natureza. Nessa lógica, deduzem que para o homem, de forma igual para a natureza, esse conflito não deva existir:

Depois de ter mistificado dessa maneira a natureza, o nosso socialista verdadeiro mistifica a consciência humana, transformando-a em “espelho” da natureza previamente mistificada...a partir da qualidade do Homem como mero corpo natural, assim também aqui, a partir de sua qualidade de mero espelho, prova-se que “o Homem” também deve suprimir na sua esfera o conflito que se presume não existir na natureza. (MARX, 2007 – p. 455-456)

Marx explica o desenvolvimento do socialismo verdadeiro por meio do artigo “Títulos Socialistas”, escrito por Rudolph Matthäi. Sendo o “Primeiro Título”, basicamente constituído pela exemplificação deste trecho, pelo menos no objeto de estudo deste presente trabalho em relação à natureza:

#p. 160: “No seu leito de morte, Saint-Simon disse aos seus discípulos: ‘Toda a minha vida pode ser resumida em uma ideia: assegurar a todos os homens o desenvolvimento mais livre possível de suas aptidões naturais’.# Saint-Simon foi um proclamador do socialismo”...Essa frase é elaborada conforme o método acima descrito do socialismo verdadeiro e em conexão com a mistificação da natureza feita no prólogo...# “A natureza como fundamento de toda a vida constitui uma unidade que procede de si mesma e retorna a si mesma, que abrange toda a incontável multiplicidade de seus fenômenos e além da qual não há nada.” (p.158) #...(MARX, 2007 – p. 456)

Marx mostra que os socialistas verdadeiros defendem a ideia de que a sociedade tem que possuir qualidades supostas na natureza, este é o desejo dos socialistas verdadeiros, a realização dessa suposta natureza na sociedade humana. No sentido de que o homem individual torna-se a sociedade, e esta nada mais é do que o espelho da natureza.

Marx demonstra que,

como o autor evita ocupar-se com o desenvolvimento histórico da sociedade e se dá por satisfeito com essa mirrada analogia, não há razão plausível para dizer que ela não tenha sido um retrato fiel da natureza em todas as épocas. Por consequência, as fraseologias sobre a sociedade, que se confronta com os indivíduos como poder limitador etc., aplicam-se perfeitamente a todas as formas de sociedade. É natural que nessa construção da sociedade se imiscuem algumas inconsequências. Assim, faz-se necessário, aqui, reconhecer uma luta na natureza em contraposição à harmonia do prólogo. (MARX, 2007 – p. 458)

Com isso, Marx pôde concluir que os socialistas verdadeiros não conseguem perceber a sociedade como a interação das vidas individuais que estão inseridas nela. Mas percebem de forma errônea, percebem uma interação de si para com os demais indivíduos.

Se na base disso tudo houver alguma referência a condições reais, então se trata da ilusão sobre a autonomia do Estado em relação à vida privada e da fé nessa aparente autonomia como algo absoluto. Aliás, nem aqui nem em todo artigo se trata de natureza e sociedade, mas tão-somente das duas categorias “individualidade” e “universalidade”, às quais são conferidos diferentes nomes e das quais se diz que constituem uma oposição cuja reconciliação seria altamente desejável...Da razão de ser da “vida individual” confrontada com a “vida coletiva” decorre que a satisfação das necessidades, o desenvolvimento das aptidões, o amor-próprio etc. são “expressões vitais naturais, racionais”. Da concepção da sociedade como reflexo da natureza decorre que, em todas as formas de sociedade existente até agora, incluindo a atual, essas expressões vitais alcançaram seu desenvolvimento pleno e foram reconhecidas em sua razão de ser... (MARX, 2007 – p. 458)

Entretanto, para os socialistas verdadeiros, a sociedade ainda não se assemelha a essa suposta natureza. Então, tal organização da sociedade, em conformidade com a natureza, torna-se uma exigência revolucionária. O que Marx demonstra ser uma ideia vazia, conforme expõe com sua crítica à exemplificação dos socialistas verdadeiros com o caso da planta:

Em primeiro lugar, a planta não “exige” da natureza todas as condições de existência enumeradas acima, e se não dispuser delas ela nem chegará a se tornar planta, continuando como semente. Em seguida, a qualidade das “folhas, flores e frutos” depende muito do “solo”, do “calor” etc., das condições climáticas e geológicas nas quais ela cresce. Portanto, a “exigência” impingida à planta se desfaz em dependência completa das condições de vida previamente dadas; justamente essa exigência passa agora a servir de justificativa ao nosso socialista verdadeiro para exigir uma organização da

sociedade em conformidade com sua “peculiaridade” individual. A postulação da verdadeira sociedade socialista se baseia na postulação imaginária de um coqueiro, dirigida à “vida coletiva”, para que esta lhe proporcione “solo, calor, sol, ar e chuva” no Polo Norte... (MARX, 2007 – p. 458-459)

No “Segundo Tijolo”, Marx mostra que no primeiro tijolo tinha o indivíduo de um lado e o universal do outro, que confrontava o indivíduo na forma de sociedade. No segundo, essa oposição ocorre da seguinte forma: o indivíduo é dividido, dentro do mesmo ser, em uma natureza particular e em uma natureza universal. Sendo a natureza universal, para os socialistas verdadeiros, a igualdade humana e a sociabilidade. Dessa forma, as relações humanas comunitárias são colocadas como característica natural, da própria essência do ser humano, assim como a igualdade se baseia no fundamento comunitário natural a cada ser, mas para Marx, esses são produtos históricos, ou seja, são construídos, e o desenvolvimento da sociedade deve levar ao comunismo.

No “Terceiro Tijolo”, Marx relata que depois dos socialistas verdadeiros terem mistificado a luta do indivíduo contra a natureza, pretende-se agora mistificar a atividade consciente do indivíduo em relação à natureza, no entendimento de que esta é um fenômeno desta mera abstração das lutas reais:

Então, por fim, infiltra-se a palavra profana “trabalho” como resultado dessa mistificação, uma palavra que o nosso socialista verdadeiro tinha na ponta da língua desde o começo, mas que ousou pronunciar somente depois de uma boa dose de legitimação. O trabalho é construído a partir da concepção pura, abstrata, do Homem e da natureza e, em consequência, definido de uma maneira que tanto se aplica quanto não se aplica a todos os estágios do desenvolvimento do trabalho... (MARX, 2007 – p. 464)

3.4. Fundamento à Dominação da Natureza

Nas três obras analisadas (A Questão Judaica; Manuscritos econômico-filosóficos; e A Ideologia Alemã), ocorre o surgimento de um fundamento de grande importância, um dos pilares para a compreensão da teoria marxista. Isto é, como é realizada a crítica ao sistema, tendo em vista sua relação com a natureza, como deve ser feita a revolução (a relação natureza com a transição

socialista), e como deve ser refletida a utopia comunista, a qual só ganhará nome a partir do Manifesto Comunista, quando Marx começa a utilizar o termo “dominação da natureza” (entre outros sinônimos), termo este que vai percorrer toda sua obra subsequente.

Cantor (Nóvoa org, 2007) verifica que Marx, por muitas vezes, utiliza no conjunto de sua obra as noções de domínio da natureza (controle, poder), alegando que o autor utilizava-se desses termos, por ser a linguagem universal utilizada no século XIX. E que para compreender o que Marx pensava sobre natureza, a relação homem-natureza, faz-se necessário analisar o conjunto da obra. Com isso, poderemos perceber que a teoria marxiana coloca o sistema capitalista como desagregador da relação homem-natureza, e que o socialismo procura uma relação equilibrada entre o homem e a natureza.

Segundo Smith (1988), a dominação da natureza foi trabalhada pela Escola de Frankfurt, que tinha como conceito o desenvolvimento tecnológico como vetor principal pelo domínio da sociedade sobre a natureza. Como consequência desse domínio da sociedade sobre a natureza exterior, ocorre o domínio inverso, a dominação da natureza interior, ou seja, os próprios indivíduos da sociedade são dominados, acarretando na fragilidade da existência humana.

Löwy (2005) diz que Walter Benjamin foi um dos primeiros marxistas do século XX a colocar a ideia de dominação da natureza como um ensino imperialista. O que é reafirmado por Neil Smith:

... a emergência do capitalismo industrial é responsável pelo surgimento das concepções e visões contemporâneas sobre a natureza... a transformação global da natureza realizada pelo capitalismo industrial domina tanto o consumo físico quanto o intelectual da natureza... A dominação da natureza é uma realidade aceita por todos... a realidade da dominação social sobre a natureza é incontestável, ainda que a magnitude do processo seja objeto de debate e que sua moralidade seja objeto de acirradas polêmicas. (SMITH, 1988, p. 27).

Esse fundamento, que estou denominando “dominação da natureza” não foi expressamente elaborado por Marx em nenhum de seus textos, todavia sua explicação percorre as três obras analisadas. Faz-se importante esclarecer tal

ideia, pois a compreensão de dominação da natureza pode gerar uma conotação negativa quando compreendida literalmente, no sentido de que toda a natureza deva estar subjugada aos caprichos da humanidade assim como era a concepção de natureza de sua época. A compreensão do fundamento da dominação de natureza expõe como Marx consegue ultrapassar a limitada concepção de natureza da revolução mecanicista do século XVII, a concepção de natureza de Hegel e de Feuerbach. Marx está trabalhando uma nova concepção de natureza, uma concepção que busca a compreensão das leis da natureza através da ciência, que tem como objetivo suprir as necessidades humanas, contudo salientando a intrínseca dependência do homem com a natureza.

O fundamento dominação da natureza tem a seguinte base: a relação sociedade-natureza, homem-natureza, é uma relação natural do ser humano, que é totalmente dependente da natureza, ao mesmo tempo em que a natureza é independente do ser humano. Pois, a natureza é o próprio corpo do homem, mas a natureza não é tão somente o corpo do homem, sendo este somente uma parte da totalidade da natureza. Assim, só pode ser refletida, a natureza, em sentido antropocêntrico, ou seja, o homem pensa a natureza e lhe concede sentido de acordo com sua realidade e com suas necessidades, sendo em primeiro lugar o homem que se naturaliza (o ato do nascimento) para depois a natureza se humanizar, ficando a cargo do trabalho (a consciência do homem sobre a natureza, a transformação do homem na natureza, a segunda natureza), atividade exclusiva do ser humano, a qualidade de mediador na relação sociedade-natureza. O que Marx vai afirmar na ideia de que a sociedade é a unidade essencial completada do homem com a natureza. Entretanto, para isso se faz necessário chegarmos à ciência “pura”, que é a junção da ciência natural com a ciência do homem, que se trata da história “verdadeira”, junção da história do homem com a história da natureza. Essa história verdadeira, que resulta na existência da segunda natureza, que para Marx é a única natureza existente já na sua contemporaneidade.

Essa ciência “pura”, a “verdadeira” história, abre caminhos para a transição socialista, livrando a humanidade das alienações, ficando somente a

relação do homem com a natureza mediada pelo trabalho. Mas qual seria então o sentido de dominação? Domínio da natureza nada mais é do que o domínio do próprio corpo, visto que o homem é a natureza, e a natureza é o próprio homem. Dominação no sentido de que o homem é o único animal capaz de transformar toda a natureza, no sentido da sua maior e primeira distinção com os outros animais, na qualidade de único ser que é capaz de produzir o seu próprio meio de vida, seja físico ou psicológico. Logo, a sociedade precisa dominar no sentido de obter o máximo de conhecimento, de avançar ao máximo os conhecimentos científicos e técnicos, conhecer como funcionam as leis da natureza, com a finalidade de produzir os meios de subsistência com maior eficiência e eficácia. Assim, o homem terá plena condição de viver para conseguir fazer história, para obter mais tempo livre desenvolvendo todas suas habilidades, priorizando o ser (qualitativo) ao ter (quantitativo). Sendo, então, tarefa do agente socialista, na conquista de sua liberdade, enquanto ser, e não se posicionar diante da natureza de forma pacífica ou intermediada por um poder estranho a ele.

David Pepper (1992) afirma que o marxismo instiga à formulação ecológica com características do projeto iluminista, ou seja, um projeto que deve garantir o bem-estar material de toda a sociedade através do crescimento das forças produtivas, da dominação da natureza. Ao mesmo tempo em que esse projeto deve rejeitar a industrialização moderna, que pretende domesticar a natureza para o simples deleite da humanidade. Pepper diz que os erros dos marxistas estão justamente em não explicar a diferença que há entre dominação e domesticação. Enquanto a domesticação está voltada para a subjugação da natureza, o que acarreta as problemáticas ecológicas, segundo o autor, a dominação de Marx não produz problemas ecológicos e, sim, é o ponto de partida para enfrentá-los, sendo a ausência de domínio da natureza que justifica a existência de problemas ecológicos. Pois, dominação no contexto das obras de Marx quer dizer o controle consciente e coletivo do consumo dos recursos naturais, uma plena consciência da relação sociedade-natureza. Entretanto, as necessidades humanas só serão satisfeitas na segunda natureza (a natureza produzida pelo homem por meio de seu trabalho).

Mas se a natureza é o próprio homem e a revolução socialista prima pela perpetuação da espécie humana, por lógica, este também tem a obrigação de preservar a natureza, pois esta é a única forma de resguardar a vida humana. E dessa forma, o comunismo é a transformação do estado das coisas, tornando o meio ambiente saudável para o pleno desenvolvimento do ser humano, visto que na natureza também existem conflitos que afetam o livre desenvolvimento do ser humano. Podemos com isso concluir que dominação da natureza é o conhecimento adquirido historicamente para produzir os meios de vida necessários para o pleno desenvolvimento do ser humano, fisicamente e psicologicamente, assim como para a perpetuação da espécie e garantia de um meio ambiente saudável.

Smith (1988) já coloca que se deve considerar a existência da prioridade social da natureza, o que quer dizer que a natureza só é algo se for analisada pelo âmbito social. Entretanto, considerar a natureza com a prioridade social não é suficiente para ultrapassar o tratamento dualístico da natureza (natureza externa e natureza universal), tem que expor a relação real em que a natureza torna-se prioridade social. Visão que foi iniciada em Marx, mas que precisa ser mais bem elaborada, segundo o autor, em que o revolucionário alemão considera a relação com a natureza como uma unidade, e que sua separação é resultado histórico e lógico.

Dito isso, a prioridade social da natureza não é uma ideia externa e, sim, algo presente na relação social com a natureza. Desse modo, não se trata da dominação da natureza e sim da produção da natureza, para Smith (1988). Para o autor, o argumento de dominação da natureza, que é determinado pelas necessidades técnicas, sugere um futuro sombrio, unidimensional e livre de contradições, propondo a ideia de produção da natureza, que sugere um futuro histórico, que será determinado pelos eventos e forças políticas. Para Smith, Marx não falou claramente sobre a produção da natureza, entretanto, a sua compreensão de natureza leva a esse caminho. A falta de clareza de Marx está no fato de não ter um conceito único de natureza em toda sua obra, a natureza foi utilizada com diferentes significados. Smith afirma que esses diferentes

significados não foram utilizados de modo aleatório, existe no conjunto da obra marxiana uma progressão racional ao utilizar o conceito de natureza, que foi finalizada com a análise e crítica do modo de produção capitalista.

Segundo Smith (1988), o desenvolvimento de Marx sobre a natureza segue o mesmo raciocínio do enunciado da obra *O Capital*, que o método cientificamente correto é partir do abstrato para o concreto, uma metodologia lógico-histórica. Desse modo, o conceito de Marx sobre a natureza, que foi escrito de forma fragmentada, deve ser analisado no conjunto de toda sua obra. Assim, chega-se à produção da natureza. Para isso, faz-se necessário trilhar o caminho do próprio Marx, iniciando na análise da produção em geral, da produção para a troca, para a produção capitalista.

Smith afirma que a produção da natureza e suas consequências estão mais visíveis hoje do que na época de Marx, o que serve de justificativa para a presença da noção de domínio da natureza em sua obra. O autor acredita que a produção da natureza não é um complemento ou sinônimo de domínio da natureza, como anseia o sistema capitalista, e sim uma produção qualitativamente diferente. Dessa forma, acredita que a produção da natureza seja algo necessário e natural, que deve ser realizada com controle social, ou seja, a produção da natureza é algo a ser realizado no interior da sociedade socialista.

O esforço de Smith, para tentar desvencilhar a ideia de domínio da natureza de Karl Marx, com o domínio de natureza realizado pelo capitalismo, através da proposta da produção da natureza, é muito louvável. Entretanto, na minha reflexão, esta é uma tentativa de obscurecer as falhas dos pretensos socialismos existentes, das insuficientes análises da maioria dos marxistas ao omitirem a questão ambiental, e da proximidade do socialismo burocrático com as práticas devastadoras do capitalismo. A produção da natureza e o domínio da natureza são a mesma coisa. Entretanto, no pensamento de Marx, “domínio” não é significado de subjugação (significado dado no discurso capitalista) e, sim, significado de desconstruir algo para conseguir compreendê-

lo e reconstruí-lo (segunda natureza), para produzir o suficiente e com qualidade os produtos que satisfaçam as verdadeiras necessidades humanas.

3.5. Manifesto Comunista (1848) – Produtivismo?

Diversas reflexões importantes de Marx acerca do Manifesto se encontram em seus prefácios. No prefácio, a edição alemã de 1872, escrito por Marx e Engels, somos alertados a tomar o devido cuidado sobre as análises e validade que damos ao presente documento:

Por mais que tenham mudado as condições nos últimos 25 anos, os princípios gerais expressados nesse Manifesto conservam, em seu conjunto, toda a sua exatidão. Em algumas partes certos detalhes devem ser melhorados. Segundo o próprio Manifesto, a aplicação prática dos princípios dependerá, em todos os lugares e em todas as épocas, das condições históricas vigentes e por isso não se deve atribuir importância demasiada às medidas revolucionárias propostas no final da seção II. Hoje em dia, esse trecho seria redigido de maneira diferente em muitos aspectos. Em certos pormenores, este programa está antiquado, levando-se em conta o desenvolvimento colossal da indústria moderna desde 1848, os progressos correspondentes da organização da classe operária e a experiência prática adquirida, primeiramente na revolução de fevereiro e, mais ainda, na Comuna de Paris, onde coube ao proletariado, pela primeira vez, a posse do poder público, durante quase dois meses. (MARX, 1998, p. 71-72)

A conclusão que chego desse prefácio, primeiramente, que o Manifesto foi escrito há mais de um século e meio, portanto muitas de suas propostas devem ser revistas, como os próprios autores se posicionam 25 anos depois de sua primeira publicação. Tomando o presente documento como histórico, passível de críticas, e no melhor de seus efeitos, um documento de inspiração das novas propostas socialistas, com base no desenvolvimento histórico, desenvolvimento da indústria, contemporâneo. Podemos estender essa ideia a todas as obras de Marx, elas são um produto histórico de sua época e devem ser complementadas, mas isso não quer dizer que Marx não tenha trabalhado a questão da natureza, da ecologia.

Também conseguimos aludir que possivelmente, os autores, se tivessem presenciado os grandes desastres ambientais ocasionados pelo

desenvolvimento das forças produtivas capitalistas, teriam feito alguma menção revolucionária a tal mecanismo nesse sentido, nas propostas no final da seção II, trabalho que deve ficar a cargo dos marxistas na contemporaneidade.

Outra retificação para o pensamento marxista, que os autores chamam atenção e de extrema importância para a revolução socialista, é que o conjunto do aparato do Estado deve ser todo revolucionado, dando lugar a algum aparato próximo da Comuna, a ideia da ditadura do proletariado, como é descrito na obra de Marx: “A Guerra Civil na França”. Demonstra que a obra de Marx, com importante participação de Engels, não deve ser tratada como um texto teológico e, sim, como uma obra que está constantemente se renovando, fato dado pela revolução ser um momento histórico:

...o Manifesto tornou-se um documento histórico que não nos cabe mais alterar. Uma edição futura talvez apareça acompanhada de uma introdução que preencha a lacuna entre 1847 e os nossos dias. (MARX, 1998, p. 72)

Na primeira parte do Manifesto, intitulado de “Burgueses e Proletários”, Marx, em certo momento, até parece fazer certa apologia do capitalismo, todavia está salientando os pontos positivos da evolução humana, do desenvolvimento das forças produtivas, da transição do feudalismo para o capitalismo. Desenvolvimento das forças produtivas que podem servir como prova de que o ser humano pode se desenvolver por ele mesmo (antropocentrismo), liberto da servidão dos “senhores”, dos deuses. Marx está afirmando que a história de todas as sociedades, até a sua época (e isso continua no que é denominada de “nossa época”), é a história das lutas de classe.

Marx está afirmando a respeito da história escrita, pois na organização social anterior a esta, existia um senso de comunidade, um tipo de modo de produção solidário, baseado na propriedade comum da terra, que a comunidade rural era a forma primitiva da sociedade, o que ele chamou sociedade comunista primitiva. E que só após a dissolução desse tipo de

sociedade (comunidade primitiva) é que a história transcorre por meio da luta de classes.

Em todas as épocas da História ocorria uma completa estruturação da sociedade em classes distintas, uma múltipla gradação das posições sociais, e em cada uma dessas classes, outras gradações particulares. Sendo que a ascensão da sociedade burguesa não aboliu os antagonismos de classe, simplesmente estabeleceu novas classes, novas condições de opressão, novas formas de luta em lugar das que existiram no passado. Todavia, esta nova fase da história é caracterizada por ter simplificado os antagonismos de classe, no confronto direto entre duas grandes classes, a burguesia e o proletariado.

O incremento dos meios de troca e das mercadorias em geral imprimiu ao comércio, indústria, a engenharia naval, um grande desenvolvimento, que acabou por ser o elemento revolucionário da sociedade feudal, uma sociedade que necessitava da abertura de novos mercados, uma nova divisão do trabalho. Os mercados ampliavam-se cada vez mais à procura por mercadorias, surge então o vapor e a maquinaria revolucionando a produção industrial.

Esta grande indústria moderna suplantou a manufatura, a média burguesia manufatureira foi substituída pelos burgueses modernos. A grande indústria criou o mercado mundial, este acelerou enormemente o desenvolvimento do comércio, da navegação, dos meios de comunicação, que por consequência acelerou a expansão da indústria e a multiplicação do capital.

A própria burguesia moderna é o produto de um longo processo de desenvolvimento, de uma série de transformações no modo de produção e de circulação, da mesma forma que cada etapa percorrida pela burguesia foi acompanhada por um progresso político correspondente. A burguesia ultrapassou a monarquia feudal com o estabelecimento da grande indústria e do mercado mundial, conquistou a soberania política exclusiva no Estado representativo moderno:

O executivo no Estado moderno não é senão um comitê para gerir os negócios comuns de toda a classe burguesa.” Portanto “... a burguesia desempenhou na História um papel eminentemente revolucionário... (MARX, 1998, p. 42)

No que diz respeito à ultrapassagem da sociedade feudal. No

...lugar da exploração dissimulada por ilusões religiosas e políticas, a burguesia colocou uma exploração aberta, direta, despudorada e brutal. A burguesia rasgou o véu do sentimentalismo que envolvia as relações da família e reduziu-as a meras relações monetárias. “Foi a primeira provar o que a atividade humana pode realizar: criou maravilhas maiores que as pirâmides do Egito, os aquedutos romanos, as catedrais góticas; conduziu expedições que empanaram mesmo as antigas invasões e as Cruzadas. (MARX, 1998, p. 42)

Para isso, a sociedade burguesa revolucionou constantemente os instrumentos de produção e por consequência as relações de produção e por sua vez as relações sociais:

Tudo o que era sólido e estável se desmancha no ar, tudo o que é sagrado é profanado e os homens são obrigados finalmente a encarar sem ilusões a sua posição social e as suas relações com os outros homens. (MARX, 1998, p. 43)

Logo, o grande papel revolucionário da burguesia pode ser representado nesta passagem do Manifesto, e o que também mostra a compreensão marxista que a revolução socialista só pode ser internacionalista ou não será:

A burguesia submeteu o campo à cidade, criou grandes centros urbanos; aumentou prodigiosamente a população das cidades em relação à dos campos e, com isso, arrancou uma grande parte da população do embrutecimento da vida rural. Do mesmo modo que subordinou o campo à cidade, os países bárbaros ou semibárbaros aos países civilizados, subordinou os povos camponeses aos povos burgueses, o Oriente ao Ocidente... A burguesia suprime cada vez mais a dispersão dos meios de produção, da propriedade e da população. Aglomerou as populações, centralizou os meios de produção e concentrou a propriedade em poucas mãos. A consequência necessária dessas transformações foi a centralização política...A burguesia, em seu domínio de classe de apenas um século, criou forças produtivas mais numerosas e mais colossais do que todas as gerações passadas em seu conjunto. A subjugação das forças da natureza, as máquinas, a aplicação da química na indústria e na agricultura, a navegação a vapor, as estradas de ferro, o telégrafo elétrico, a exploração de continentes inteiros, a canalização dos rios, populações inteiras brotando da terra como por encanto – que século anterior teria suspeitado que semelhantes forças

produtivas estivessem adormecidas no seio do trabalho social?
(MARX, 1998, p. 44)

Foster (2005) afirma que as críticas ao malthusianismo e ao prometeísmo mecanicista de Proudhon são extremamente importantes para o desenvolvimento do Manifesto Comunista, um manifesto revolucionário que apresenta uma compreensão da relação entre a concepção materialista da natureza e a concepção materialista da história. Segundo o autor, para seu espanto, muitos criticaram Marx e entre eles está o marxista Michael Löwy, na acusação de prometeísmo, da defesa do desenvolvimento ilimitado das forças produtivas, uma posição desastrosa para o equilíbrio ecológico.

Esta acusação de prometeísmo... implica certos pressupostos antimodernistas (pós-modernistas ou pré-modernistas) que se tornaram sacrossantos de boa parte da Teoria Verde. O verdadeiro ambientalismo...demanda... a rejeição da própria modernidade. A acusação de prometeísmo é assim um modo circular de rotular a obra de Marx e o marxismo como um todo como uma versão extrema do modernismo... (FOSTER, 2005, p. 191).

Foster (2005) diz que essas acusações de prometeísmo feitas contra Marx, críticas feitas pela exemplificação dos pensadores Benton e Giddens, estão voltadas às análises feitas no Manifesto Comunista, no qual é possível encontrar termos como dominação da natureza (termo que foi esclarecido no capítulo anterior) e estupidez da vida rural e, como afirma o autor, esses termos não podem ser analisados isoladamente. Foster demonstra que a abrangência do significado da estupidez da vida rural trata da exclusão do indivíduo da vida pública, da separação entre cidade e campo.

Na segunda parte do Manifesto intitulada de “Proletários e Comunistas”, é exposto que a teoria comunista pode ser resumida na proposta da supressão da propriedade privada, a supressão da moderna propriedade burguesa, resultado do modo de produção e apropriação baseado nos antagonismos de classes. Pois:

na sociedade burguesa, o trabalho vivo é sempre um meio de aumentar o trabalho acumulado. Na sociedade comunista o trabalho acumulado é um meio de ampliar, enriquecer e promover a existência dos trabalhadores...O comunismo não priva ninguém do poder de se apropriar de sua parte dos produtos sociais; apenas suprime o poder

de subjugar o trabalho de outros por meio dessa apropriação” (MARX, 1998, p. 53-54).

Na compreensão de que as ideias dominantes de uma época são ideias da classe dominante, são colocadas em dúvida o que conhecemos como “verdades eternas”, a exemplo de liberdade, justiça, ideias, que são para Marx, comum a todos os regimes sociais. Nesse sentido, o comunismo tem como tarefa a abolição dessas “verdades eternas”, em uma ruptura radical com essas ideias tradicionais.

Nas propostas feitas por Marx, no final dessa segunda sessão aos comunistas, com ressalvas de que as mesmas devem ser implementadas aos países ditos “mais avançados” e variando de país para país, existe uma que é de extrema importância para a compreensão da direção que poderia ir uma proposta marxista para os problemas ambientais. Trata-se da proposta:

9) Unificação dos trabalhos agrícola e industrial; abolição gradual da distinção entre a cidade e o campo por meio de uma distribuição mais-igualitária da população pelo país. (MARX, 1998, p. 58)

Na terceira parte do Manifesto, intitulada de “Literatura Comunista e Socialista”, os autores fazem uma crítica ao socialismo conservador ou burguês, que os estudiosos da concepção de natureza em Marx devem se atentar:

O socialismo conservador ou burguês é uma parte da burguesia que procura remediar os males sociais para a existência da sociedade burguesa...Nessa categoria enfileiram-se os economistas, os filantropos, os humanitários, os que se ocupam em melhorar a sorte da classe operária, os organizadores de beneficência, os protetores dos animais, os fundadores das sociedades antialcoólicas, enfim os reformadores de gabinete de toda categoria. Esse socialismo burguês chegou até a ser elaborado em sistemas completos...O seu raciocínio se resume na frase: os burgueses são burgueses – no interesse da classe burguesa. (MARX, 1998, p. 64-65)

Reafirmando sua rejeição ao pensamento feuerbachiano e enfatizando o caráter antropocêntrico, na análise da natureza na teoria marxiana, de que não faz sentido pensar a natureza se não do ponto de vista do ser humano, e muito menos elevar a natureza externa ao mesmo nível da espécie humana.

Attali (2007) relata que muitos biógrafos de Marx colocam o Manifesto como o ponto de ruptura com os escritos anteriores, momento em que é renunciado o individualismo contido nos Manuscritos e na Ideologia alemã e outros críticos dizem que isso trata de um anti-humanismo técnico. Todavia, Attali diz que tal análise é errônea, que as ideias contidas no Manifesto estão dando continuidade aos textos anteriores, trata-se do início do socialismo científico, da ação política para a conquista real do poder; que o Manifesto está trabalhando uma concepção melhor elaborada do materialismo, na exposição da luta de classes como vetor principal da transformação História, do proletariado como o responsável pela transformação da sociedade em uma inteiramente nova.

Esse fundamento da dominação da natureza, que surge na denominada fase do “Jovem Marx”, percorre as duas últimas fases, denominadas de “Transição” e “Marx Maduro”. Na verificação desse fato na fase de “Transição” serão analisados dois artigos: “O Domínio Britânico na Índia” e “Futuros Resultados do Domínio Britânico na Índia”; e também o “Discurso Pronunciado na Festa de Aniversário do [People’s Paper]”.

4. A TRANSIÇÃO DO PENSAMENTO DE MARX

4.1. O Domínio Britânico na Índia (1853) – Uma concepção de natureza ocidental

Marx, em sua análise sobre o domínio britânico na Índia, percebe que com a presença dos ingleses, a estrutura social “arcaica”, “primitiva” dos povos indianos acaba por se dissolver, eles entram no processo do desenvolvimento ocidental, percorrem os caminhos da emancipação política exposta na obra “A Questão Judaica”, e conseguem romper com a concepção mágica da natureza dos povos primitivos (concepção abordada no capítulo sobre a história da concepção de natureza).

Esses pequenos organismos sociais de formas estereotipadas foram destruídos na sua maior parte e estão desaparecendo, não tanto por culpa da brutal intromissão do arrecadador de impostos britânico ou do soldado britânico, mas pela ação do vapor inglês e da liberdade de comércio inglesa. Essas comunidades de tipo familiar tinham por base a indústria doméstica, essa combinação peculiar de tecelagem à mão, fiação manual e trabalho manual, que lhes permitiu bastar-se a si mesmas. A intromissão inglesa, que colocou o fiandeiro em Lançashire e o tecelão em Bengala, ou que varreu tanto o fiandeiro hindu como o tecelão hindu, dissolveu essas pequenas comunidades, semibárbaras e semicivilizadas ao destruir sua base econômica, ocasionando assim a maior, e para dizer a verdade, a única revolução social que jamais se viu na Ásia... (MARX, 1986, volume 1, p. 290)

Até certo ponto, Marx lamenta a forma bruta que ocorre para a dissolução das organizações sociais existente na Índia, de suas antigas formas de civilização e dos seus meios tradicionais de subsistência, e da sua nova forma de se relacionar com a natureza. Todavia, salienta que essas “primitivas” comunidades rurais vão além de sua aparência inofensiva, pois constituía a base para o despotismo oriental, limitando o desenvolvimento do ser humano, tornando a sociedade submissa às superstições, escravo das regras tradicionais e privando o indivíduo de toda iniciativa histórica, sendo uma sociedade passiva a todas as formas de exploração exterior.

Não devemos esquecer que esta vida sem dignidade, estática e vegetativa, que essa forma passiva de existência provocava, por outro lado e por antítese, forças destrutivas selvagens, cegas e desenfreadas que transformaram o assassinato em rito religioso do

Hindustão. Não devemos esquecer que estas pequenas comunidades estavam contaminadas por diferenças de casta e pela escravidão, que elas submeteram o homem às circunstâncias exteriores em lugar de fazê-lo soberano das mesmas circunstâncias, que converteram um estado social que se desenvolvia por si só num destino natural imutável, criando assim um culto grosseiro da natureza, cuja degradação salta à vista do fato de que o homem, o soberano da natureza, cai de joelhos, adorando o macaco Hanuman e a vaca Sabbala. (Marx, 1986, volume 1, p. 291)

Marx acredita que o desenvolvimento histórico da sociedade ocidental, principalmente da Europa, deve ser expandido por todo mundo, considerando este movimento um desenvolvimento histórico inevitável. É a criação de uma sociedade global, o ser humano como um ser natural e único (mesmo nas suas especificidades genéticas e geográficas entre si) o comunismo. A relação da sociedade-natureza e/ou homem-natureza intermediada pela produção ocidental, pelas novas tecnologias, pelo desenvolvimento do trabalho humano.

4.2. Futuros Resultados do Domínio Britânico na Índia (1853) – Desenvolvimento, cultura e natureza

Marx, no artigo Futuros resultados do domínio britânico na Índia, aponta que em todos os povos que conquistaram os povos hindus, os ingleses foram a primeira civilização superior a estes a almejar tal façanha, por esse motivo, ficaram imunes à ação desta última. Ao dissolverem a civilização hindu, acabaram por destruir a indústria indígena e nivelaram toda sociedade nativa. Entretanto, toda essa mudança histórica, essa mudança de concepção de natureza realizada pelos britânicos, em grande parte, só ofereceu destruições; por outro lado, em uma análise minuciosa, percebe-se, em meio a esse caos, uma obra regeneradora da sociedade indiana:

Essa unidade, imposta pela espada britânica, se verá agora fortalecida e perpetuada pelo telégrafo elétrico. O exército hindu, organizado e treinado pelos sargentos ingleses, é uma condição sine qua non para que a Índia possa conquistar a sua independência e o único meio capaz de evitar que o país se converta em presa do primeiro conquistador estrangeiro. A imprensa livre, introduzida pela primeira vez na sociedade asiática e dirigida fundamentalmente por uma descendência cruzada de hindus e europeus, é um novo e poderoso fator da reconstrução...Os indígenas educados de má vontade e em pequenas doses pelos ingleses, em Calcutá,

constituem a origem de uma nova classe que reúne os requisitos necessários para governar o país e imbuída da ciência europeia. O vapor estabeleceu uma comunicação rápida e regular entre a Índia e a Europa e ligou os seus principais portos a todos os portos dos mares do Sul e do Oriente, contribuindo assim para tirar a Índia do seu isolamento, primeira condição da estagnação que sofre o país. (Marx, 1986, volume 1, p. 293)

Todavia, como lembra Marx, esse suposto desenvolvimento, ocasionado pela classe governante britânica ao povo hindu, ocorreu sempre de forma accidental, pois tal desenvolvimento foi imposto a esse povo de forma forçada e em benefício de outra nação (britânica). Isso se deve à implementação dos novos meios de produção nessas comunidades, a exemplo do telégrafo (comunicação), das linhas férreas (transporte), da irrigação (agricultura) e dos novos conhecimentos científicos adquiridos, isto é, o conhecimento científico ocidental, posicionando-os nos caminhos do desenvolvimento da indústria moderna:

Mas não devemos esquecer que esses efeitos não passam do resultado orgânico de todo o atual sistema de produção. Essa produção repousa no domínio supremo do capital...o período burguês da história está chamando a assentar as bases materiais de um novo mundo: a desenvolver, de um lado, o intercâmbio universal, baseado na dependência mútua do gênero humano, e os meios para realizar esse intercâmbio; e, de outro, desenvolver as forças produtivas do homem e transformar a produção material num domínio científico sobre as forças da natureza. A indústria e o comércio burgueses vão criando essas condições materiais de um novo mundo do mesmo modo que as revoluções geológicas criavam a superfície da terra. E somente quando uma grande revolução social se apropriar das conquistas da época burguesa, o mercado mundial e as modernas forças produtivas, submetendo-os ao controle comum dos povos mais avançados, somente então o progresso humano terá deixado de assemelhar-se a esse horrível ídolo pagão que só bebia o néctar do crânio do sacrificado. (MARX, 1986, volume 1, p. 297)

4.3. Discurso Pronunciado na Festa de Aniversário do People's Paper (1856) – A tecnologia a favor da relação sociedade-natureza

Este texto, o Discurso pronunciado na festa de aniversário do People's Paper, trata de um discurso pronunciado por Karl Marx, em 14 de abril de 1856, na festa de aniversário do People's Paper, um jornal carticista que era

publicado em Londres entre 1852 a 1858, do qual Marx foi colaborador e redator. Nesse documento, Marx coloca à prova que de fato era um grande admirador do desenvolvimento dos meios de produção que surgiam no seio da sociedade capitalista, ao mesmo tempo em que se posiciona como crítico à utilização do desenvolvimento das forças produtivas, uma reafirmação do fundamento da dominação da natureza como sendo uma crítica ao sistema produtivo capitalista:

Hoje em dia, tudo parece levar no seu seio a sua própria contradição. Vemos que as máquinas dotadas de propriedade maravilhosa de reduzir e tornar mais frutífero o trabalho humano, provocam a fome e o esgotamento do trabalhador. As fontes de riquezas recém-descobertas se convertem, por artes de um estranho malefício, em fontes de privações. (MARX, 1986, volume 1, p. 298)

Colocando que tais triunfos da arte são pagos com valores, qualidades morais, ou seja, mesmo com o contínuo crescimento do domínio do homem sobre a natureza, pagamos o preço do domínio do homem sobre o homem, de ser subjugado pelos seus próprios interesses mesquinhos, em que o preço é a própria escravidão, o homem está alienado de si, dos outros e da própria natureza:

Todos os nossos inventos e progressos parecem dotar de vida intelectual as forças materiais enquanto reduzem a vida humana ao nível de uma força material bruta. Este antagonismo entre a indústria moderna e a ciência, de um lado, e a miséria e a decadência, de outro; este da nossa época é um fato palpável, esmagador e incontrovertível. Alguns partidos podem lamentar este fato; outros podem querer desfazer-se dos progressos modernos da técnica com o fim de se verem livres dos conflitos atuais, outros ainda podem imaginar que este notável progresso industrial deve ter como complemento uma regressão política igualmente notável. No que se refere a nós, não nos enganamos a respeito da natureza desse espírito maligno que se manifesta constantemente em todas as contradições que acabamos de assinalar. Sabemos que, para fazer trabalhar bem as novas forças da sociedade, basta tão-somente que estas passem às mãos de homens novos; sabemos que tais homens novos são os operários. (Marx, 1986, volume 1, p. 299)

5. Marx Maduro

5.1. O Capital

Será analisado agora a fase denominada de Marx Maduro, que corresponde ao apogeu de seus pensamentos, concentrado na obra “O Capital”. Todo o pensamento sobre a relação sociedade-natureza, como é construído o fundamento da dominação da natureza é descrito somente nas obras do “Jovem Marx”, ficando nas suas obras subsequentes apenas alguns raciocínios, ou melhor, lembretes, de como se deve posicionar o comunismo diante da natureza e o grau elevado da importância da natureza no processo produtivo, seja ele comunista, capitalista, feudal, primitivo, etc. E por raras exceções é esboçada alguma crítica sobre a relação do capitalismo com a natureza. Isso ocorre, não por descaso do autor, e sim por uma postura científica diante de seu objeto, que é a subjugação do homem pelo capitalismo e a estrutura deste.

O que eu, nesta obra, me proponho a pesquisar é o modo de produção capitalista e as suas relações correspondentes de produção e circulação...Em si e para si, não se trata do grau mais elevado ou mais baixo do desenvolvimento dos antagonismos sociais que decorrem das leis naturais de produção capitalista. Aqui se trata dessas leis mesmo, dessas tendências que atuam e se impõem com necessidade férrea. O país industrialmente mais desenvolvido mostra ao menos desenvolvido tão-somente a imagem do futuro. (MARX, 1985, volume, p. 12).

Entretanto, recordarei dois pontos importantes: o primeiro ponto é que Marx analisa a história do homem em suas obras, mas deixa claro que a história verdadeira é a junção da história do homem com a história da natureza (vide a Ideologia Alemã). Logo, o conceito de materialismo histórico só pode ser compreendido nesse contexto. E o segundo ponto assegura que a natureza é o corpo do homem, logo, a sua degradação pelo capitalismo é um atentado à própria natureza.

Como diz Smith (1988), Marx coloca como prioridade a unidade da natureza e da História, e afirmando que não existe mais nenhuma natureza que anteceda à história humana. Sendo que estas afirmações, de que a natureza e

a História são na verdade uma só coisa, estão esclarecidas nos primeiros escritos de Marx, sua concepção de natureza já estava elaborada, não sendo necessária explicitá-la novamente nos seus textos da maturidade.

Para evitar possíveis erros de entendimento, ainda uma palavra. Não pinto, de modo algum, as figuras do capitalista e do proprietário fundiário com cores róseas. Mas aqui só se trata de pessoas à medida que são personificações de categorias econômicas, portadoras de determinadas relações de classe e interesses. Menos do que qualquer outro, o meu ponto de vista, que enfoca o desenvolvimento da formação econômica da sociedade como um processo histórico-natural, pode tornar o indivíduo responsável por relações das quais ele é, socialmente, uma criatura, por mais que ele queira colocar-se subjetivamente acima delas. (MARX, 1985, volume 1, p. 13)

Löwy (2005) afirma que falta a Marx e Engels uma noção geral dos limites naturais ao desenvolvimento das forças produtivas. Que em alguns momentos essas ideias surgem (a exemplo na Ideologia alemã), mas não são plenamente desenvolvidas e claras. Todavia, existem algumas passagens, mais precisamente nas passagens relacionadas à agricultura, um esboço de uma problemática ecológica e uma crítica radical das catástrofes resultantes do produtivismo capitalista, caracterizando um tipo de teoria da ruptura do metabolismo entre a sociedade humana e a natureza, consequência do produtivismo capitalista. Marx, na obra O Capital, está influenciado pelos trabalhos do químico e agrônomo Liebig (lembrando que o problema ambiental da época de Marx era o esgotamento do solo). E que a associação direta entre a exploração do proletariado e a exploração da natureza abre um campo de reflexão sobre a articulação entre luta de classes e luta em defesa do meio ambiente, em um combate comum contra a dominação do proletariado.

Depois do esgotamento do solo, o outro exemplo de catástrofe ecológico sugerido pelos textos de Marx e Engels... é aquele da destruição das florestas. Ele aparece repetidas vezes em O Capital (LÖWY, 2005, p. 31).

Para não ficar rodeando seu pensamento sobre a natureza, pois este já foi demonstrado nas últimas páginas, principalmente com o fundamento dominação da natureza, salientarei somente os pontos mais importantes na sua obra “O Capital” referentes ao seu posicionamento frente à relação sociedade-natureza.

No capítulo 1, intitulado “A Mercadoria”, no primeiro subtítulo “Os dois fatores da mercadoria: valor de uso valor (substância do valor, grandeza do valor), Marx demonstra que um objeto pode ser valor de uso, ao mesmo tempo de que pode ser sem valor. Isso ocorre quando a relação com esse objeto, a sua utilidade para o homem não é mediada pelo trabalho, ou seja, são os produtos encontrados na natureza bruta, na natureza não trabalhada pelo homem:

Assim, o ar, o solo virgem, os gramados naturais, as matas não cultivadas etc. Uma coisa pode ser útil e produto do trabalho humano, sem ser mercadoria. Quem com seu produto satisfaz sua própria necessidade cria valor de uso mas não mercadoria. Para produzir mercadoria, ele não precisa produzir apenas valor de uso, mas valor de uso para outros, valor de uso social. (MARX, 1985, volume 1, p. 49)

É nesse ponto que o capitalismo entra em contradição consigo mesmo em relação à natureza, e por esse motivo não consegue contabilizá-la (a natureza) e muito menos seus efeitos devastadores (ocasionados pela produção capitalista). Pois, um produto que possui valor de uso, mas não possui valor, por não ter sido transformado pelo trabalho, na lógica capitalista não é mercadoria e por consequência não é capital. Dessa forma, só pode ser transformada a natureza em capital, por meio da usurpação, de sua degradação, da negação do direito do homem ao usufruto livre do meio ambiente saudável (seria o mesmo que pagar pelo direito de respirar).

Ainda no primeiro capítulo “A Mercadoria”, no segundo subtítulo “Duplo Caráter do Trabalho Representado nas Mercadorias”, encontra-se a exposição da importância do trabalho como mediador da relação sociedade-natureza, do metabolismo entre o homem e a natureza:

A existência do casaco, do linho, de cada elemento da riqueza material não existente na natureza, sempre teve de ser mediada por uma atividade especial produtiva, adequada ao seu fim, que assimila elementos específicos da natureza a necessidades humanas específicas. Como criador de valores de uso, como trabalho útil, é o trabalho, por isso, uma condição de existência do homem, independente de todas as formas de sociedade, eterna necessidade natural de mediação do metabolismo entre homem e natureza e, portanto, da vida humana. (MARX, 1985, volume 1, p. 50)

Nessa linha de raciocínio, Marx pôde concluir que a mercadoria é a somatória de trabalho mais natureza, sendo que o trabalho, logo toda atividade humana, só é possível mediante a natureza, o que demonstra o grau de importância desta última, no pensamento marxista:

Os valores de uso casaco, linho etc., enfim, os corpos das mercadorias são ligações de dois elementos, matéria fornecida pela natureza e trabalho. Subtraindo-se a soma total de todos os trabalhos úteis contidos no casaco, linho etc., resta sempre um substrato material que existe sem ação adicional do homem fornecido pela natureza. Ao produzir, o homem só pode proceder como a própria natureza, isto é, apenas mudando as formas das matérias. Mais ainda. Nesse trabalho de formação ele é constantemente amparado por forças naturais. Portanto, o trabalho não é a única fonte dos valores de uso que produz, da riqueza material. Dela o trabalho é o pai, como diz Willian Petty, e a terra a mãe. (MARX, 1985, volume 1, p. 50-51)

Continuando no primeiro capítulo “A Mercadoria”, no quarto subtítulo “O Caráter Fetichista da Mercadoria e Seu Segredo”, contém a reafirmação de que toda forma de alienação, da subjugação do ser humano por um poder estranho a ele, só terá o seu fim quando o homem retornar à sua própria essência, à natureza; realizando a revolução socialista. E este é um processo histórico, altamente dependente das condições materiais:

O reflexo religioso do mundo real somente pode desaparecer quando as circunstâncias cotidianas, da vida prática, representarem para os homens relações transparentes e racionais entre si e com a natureza. A figura do processo social da vida, isto é, do processo de produção material, apenas se desprenderá do seu místico véu nebuloso quando, como produto de homens livremente socializados, ela ficar sob seu controle consciente e planejado. Para tanto, porém, se requer uma base material da sociedade ou uma série de condições materiais de exigência, que, por sua vez, são o produto natural de uma evolução histórica longa e penosa. (MARX, 1985, volume 1, p. 76)

Nessa parte da obra “O Capital”, também é notória a reafirmação do pensamento marxista referente à contraditória tentativa do capitalismo tornar a natureza na forma de capital, de valor de troca, e por consequência o descaso com a natureza:

Até que ponto uma parte dos economistas é enganada pelo fetichismo aderido ao mundo das mercadorias ou pela aparência objetiva das determinações sociais do trabalho que demonstra, entre outras coisas, a disputa aborrecida e insípida sobre o papel da Natureza na formação do valor de troca. Como o valor de troca é uma maneira social específica de expressar o trabalho empregado numa coisa, não pode conter mais matéria natural do que, por exemplo, a cotação do câmbio. (MARX, 1985, volume 1, p. 77)

Altvater (2006) escreve, segundo Marx, que o valor é sempre uma relação social entre mercadorias e proletariado, e que essa relação social no capitalismo exclui qualquer participação da natureza. Com isso, se faz necessário compreender o caráter imaterial e antinatural da relação mercadoria-proletário dentro do intercâmbio de mercadorias. Sendo essa dualidade, imaterial e antinatural, uma das origens do fetichismo da mercadoria; Sendo a superação do fetichismo da mercadoria, a sua compreensão que elucidará as relações sociais entre os homens, e os homens com a natureza. Ou seja, uma das tarefas do socialismo, para realizar sua plena relação do ser humano com a natureza, é a superação do fetichismo da mercadoria.

Continuando no Volume I, da obra “O Capital”, no capítulo V, intitulado de “Processo de Trabalho e Processo de Valorização”, no primeiro subtítulo “O Processo de Trabalho”, Marx continua defendendo a ideia do trabalho como mediador da relação sociedade-natureza, entre o homem e a natureza. Na compreensão de que o trabalho é uma atividade exclusiva do homem, de que o homem é o único “animal” capaz de transformar toda a natureza, de forma consciente, para suprir todas suas necessidades presentes e futuras:

O processo de trabalho...é atividade orientada a um fim para produzir valores de uso, apropriação do natural para satisfazer a necessidades humanas, condição universal do metabolismo entre o homem e a Natureza, condição natural eterna da vida humana e, portanto, independente de qualquer forma dessa vida, sendo antes igualmente comum a todas as suas formas sociais. Por isso, não tivemos necessidade de apresentar o trabalhador em sua relação com outros trabalhadores. O homem e seu trabalho, de um lado, a Natureza e suas matérias, do outro, bastavam. (MARX, 1985, volume 1, p. 153)

Nesse trecho citado acima também é possível reafirmar que a compreensão da relação do homem com o próprio homem é a própria relação do homem com a natureza.

No volume II, da obra “O Capital”, no capítulo XIII, intitulado de “Maquinaria e Grande Indústria”, no quarto subtítulo “A Fábrica”, Marx se mostra severamente crítico aos malefícios causados pela indústria ao meio ambiente (mais precisamente ao ambiente de trabalho) e com isso ocorre a degradação da vida humana. Assim, podemos concluir que a Indústria, como é apresentada pelo sistema capitalista, também deve ser revolucionada pelo socialismo e, com isso, o seu modo de produção. Da mesma forma que ocorreu uma retificação na teoria marxista sobre como se deveria proceder na revolução socialista sobre o aparato do Estado, na análise de Marx sobre a Comuna de Paris, na afirmação que o Estado capitalista deveria ser totalmente suprimido; o mesmo ocorre neste trecho do texto sobre o modo de produção:

No lugar do chicote do feitor de escravos surge o manual de penalidades do supervisor. Todas as penalidades se resolvem, naturalmente, em penas pecuniárias e descontos de salário, e a sagacidade legislativa desses Licurgos fabris faz com que a violação de suas leis lhes seja onde possível ainda mais rendosa do que sua observância...Apenas apontamos as condições materiais em que se realiza o trabalho fabril. Todos os órgãos dos sentidos são igualmente lesados pela temperatura artificialmente elevada, pela atmosfera impregnada de resíduos de matéria-prima, pelo ruído ensurdecedor etc., para não falar do perigo de vida sob a maquinaria densamente amontoada que, com a regularidade das estações do ano, produz seus boletins de batalha industrial. A economia nos meios sociais de produção, artificialmente amadurecida apenas no sistema de fábrica, torna-se ao mesmo tempo, na mão do capital, roubo sistemático das condições de vida do operário durante o trabalho, roubo de espaço, de ar, de luz e de meios de proteção de sua pessoa física contra condições que oferecem perigo de vida ou são nocivas à saúde no processo de produção, isso sem sequer falar de instalações para a comodidade do trabalhador. Será que Fourier era injusto ao chamar as fábricas de [bagnos mitigados]. (MARX, 1985, volume 2, p. 45-46)

Essa retificação faz menção de que o proletariado, ao realizar a revolução, também não deve simplesmente se apropriar das forças de produção, tomar para si o modo de produção como o é dado, e sim que deve revolucionar totalmente, de acordo com a integridade física e psicológica do ser humano, e como não poderia ser diferente para tal intento, de acordo com o equilíbrio ecológico. Logo, o comunismo não se trata do simples fato da

supressão da propriedade privada, mas sim de sua supressão todos os aparatos “herdados”, criando novos processos produtivos.

O volume II, da obra “O capital”, ainda no capítulo XIII, mas agora no décimo subtítulo intitulado “Grande Indústria e Agricultura”, contém outra severa crítica ao sistema produtivista capitalista nos danos causados à natureza, na esfera da indústria e da agricultura, mais precisamente ao desgaste do solo. Entretanto, destaca o ponto positivo em meio ao caos, quando a grande indústria, de modo revolucionário, coloca abaixo a base da velha sociedade, transformando o camponês em trabalhador assalariado, nivelando as antíteses do campo as das cidades, com a aplicação tecnológica da ciência. Todavia, com isso, acarreta na degradação da natureza, tendo como consequência lógica a degradação da própria vida humana, visto que o homem e a natureza devem viver em sinergia (para a preservação da vida humana, visto que a natureza tem sua existência independente do homem).

Assim como na indústria citadina, na agricultura moderna o aumento da força produtiva e a maior mobilização do trabalho são conseguidos mediante a devastação e o empastamento da própria força de trabalho. E cada progresso da agricultura capitalista não é só um progresso na arte de saquear o trabalhador, mas ao mesmo tempo na arte de saquear o solo, pois cada progresso no aumento da fertilidade por certo período é simultaneamente um progresso na ruína das fontes permanentes dessa fertilidade. Quanto mais um país, como, por exemplo, os Estados Unidos da América do Norte, se inicia com a grande indústria como fundamento de seu desenvolvimento, tanto mais rápido esse processo de destruição. Por isso, a produção capitalista só desenvolve a técnica e a combinação do processo de produção social ao minar simultaneamente as fontes de todas as riquezas: a terra e o trabalhador”.(Marx, 1985, volume 2, p. 102)

O exemplo citado acima por Marx, como um provável futuro dos países em desenvolvimento no sistema capitalista, mais precisamente dos EUA, é um fato que já se fez presente e ainda mais acelerado na contemporaneidade nos países em desenvolvimento, a exemplo do Brasil. Seria Marx um profeta ou é óbvia a destruição causada pelo sistema produtivo capitalista?

Marx “responde” como consegue prever essa destruição da natureza no capítulo XIII, do volume 2, Maquinaria e Grande Indústria, em uma nota de rodapé da obra O capital, sobre a máquina de fiar de John Stuart e o processo

de desenvolvimento de novas tecnologias, em que compara o seu método de materialismo histórico ao método utilizado por Darwin para compreender a natureza:

Antes dela, ainda que muito imperfeitas, foram usadas máquinas para torcer o fio... Uma história crítica da tecnologia provocaria, sobretudo, quão pouco qualquer intervenção do século XVIII cabe a um só indivíduo. Até hoje não existe tal obra. Darwin atraiu o interesse para a história da tecnologia da Natureza, isto é, para a formação dos órgãos de plantas e animais como instrumentos de produção para a vida das plantas e animais. Será que não merece igual atenção a história da formação dos órgão produtivos do homem social, da base material de toda organização social específica? E não seria mais fácil reconstituí-la já que, como diz Vico, a história dos homens difere da história natural por termos feito uma e não a outra? A tecnologia revela a atitude ativa do homem para com a Natureza, o processo de produção direto de sua vida, e com isso também suas condições sociais de vida e as concepções espirituais decorrentes dela.” (MARX, volume 2, 1985, p.8).

Marx está demonstrando que uma visão materialista histórica é capaz de compreender os caminhos que o desenvolvimento produtivo pode tomar. Mas precisamente nesse trecho da nota, demonstra que a obra *O Capital* está tentando suprir essa falha do conhecimento científico, por isso trata pouco a respeito da natureza, sua obra está voltada aos processos sociais, visto que a obra de Darwin para Marx responde às questões da história da natureza. Lembrando que para Marx a verdadeira história é a “somatória” da história da natureza com a história humana. Também reafirma que só é possível a compreensão da história através da compreensão das ações práticas do trabalho, na relação sociedade-natureza.

Marx continua essa nota de rodapé dando uma breve explicação do que seria a sua concepção do materialismo histórico:

Mesmo toda história da religião que abstraia essa base material é – acrítica. É efetivamente muito mais fácil mediante análise descobrir o cerne terreno das nebulosas representações religiosas do que, inversamente, desenvolver, a partir das condições reais de vida de cada momento, as suas formas celestializadas. Este último é o único método materialista e, portanto, científico. As falhas do materialismo científico abstrato, que exclui o processo histórico, já se percebem pelas concepções abstratas e ideológicas de seus porta-vozes, assim que se aventuram além dos limites de sua especialidade” (MARX, volume 2, 1985, p.8)

Márcio Naves (2000) diz que o materialismo histórico de Marx são os indivíduos reais, suas ações e suas condições de vida, ou seja, é o modo como a sociedade produz sua vida material, que é o elemento central da análise marxista, uma vez que o trabalhador confunde-se com o que produz e o modo como produz. O que leva Naves à conclusão de que “o princípio da determinação material da vida social” são as condições materiais de produção que constroem, modela a estrutura social. E que essa produção só pode ser realizada diante do intercâmbio dos indivíduos entre si, e são justamente esse intercâmbio as relações de produção, que são dependentes diretas do desenvolvimento das forças produtivas.

Esse tipo de materialismo histórico não é coerente com a análise do presente trabalho, e por meio das análises de Marx, também parece faltar à concepção marxiana um item determinante. Visto que não é o intercâmbio dos indivíduos em si que vai determinar as relações de produção no socialismo e, sim, o intercâmbio do indivíduo com a natureza, a relação homem-natureza, que vai determinar as condições materiais de produção e, por consequência, suas relações de produção, a sua relação sociedade-natureza. Assim, chegando-se à verdadeira história e à construção das relações sociais. Logo, é a relação homem-natureza e/ou sociedade-natureza que vai determinar a estrutura social. É o ambiente como um todo, e não as ideias, as condições técnicas ou a economia que vão determinar aquilo que virá a ser determinada sociedade.

Foster (2005) afirma que muitos marxistas, assim como ele, foram os marxistas ligados à ciência ecológica, possuíam uma visão errada sobre a verdadeira história do materialismo, que era um materialismo prático, político-econômico, com base no materialismo hegeliano e na crítica materialista de Feuerbach contra Hegel. Uma visão que simplificava o materialismo, que não era analisado profundamente com base na filosofia e na ciência; e que não explicava como Marx rompe com o materialismo mecanicista ao mesmo tempo em que permanece no campo materialista. Foster seguindo esse raciocínio chega à conclusão que Marx tinha uma visão de mundo sistematicamente ecológica derivada de seu materialismo. Sendo que os dois grandes

materialistas do século XVIII são Darwin e Marx, mas é este último que tem a intenção de formular uma visão ecológica revolucionária, pois é a teoria marxiana que articula a transformação social com a transformação da relação homem-natureza, articulação, associação, que hoje denominamos ecologia, que serve de base para a ciência e a ecologia moderna.

Uma análise ecológica cabal requer uma postura tanto materialista quanto dialética. Ao contrário de uma visão do mundo natural vitalista, espiritualista, que tende a ver o mundo em conformidade com algum propósito teleológico, um materialista vê a evolução como um processo aberto de história natural, governado pela contingência, mas aberto à explicação racional. (FOSTER, 2005, p. 31-32)

Para James O' Connor (2001), a grande dificuldade de se estudar, analisar o materialismo histórico, é que Marx não deixou nenhuma descrição sistemática de seu método para estudar história, por isso existem diversas teorias sobre esse tema e muitos estudos que o contradizem. O' Connor define a concepção materialista da história como o estudo da continuidade histórica em constantes mudanças materiais e sociais. Estudando essas mudanças, transformações e continuidades históricas, é possível uma análise do potencial de crises de um período determinado, suas rupturas sociais e políticas, suas transformações sociais, suas estruturas de poder e os privilégios de determinadas classes, a geração de novas formas sociais contendo elementos das anteriores. Sendo justamente o estudo histórico da sociedade para saber quando ela entra em crise ou como ela consegue manter sua continuidade, que caracteriza seu método dialético. Isso vem reafirmar a concepção de que as ideias dominantes são as das classes dominantes, não existindo uma verdade universal.

Marx continua sua crítica ao processo de produção capitalista por meio da sua análise da agricultura capitalista, no volume III, da obra "O Capital", no capítulo XIII intitulado de "O Tempo de Produção", agora mostrando que a indústria e a agricultura capitalista são os grandes responsáveis pela rápida destruição das florestas, e todo mecanismo que tenta impedir esse fato se torna uma contradição no capitalismo e, dessa forma, um mecanismo a ser banido nesse sistema. Logo, todo mecanismo que almeja a proteção ambiental

não consegue ser implementado com eficiência e eficácia no sistema capitalista, segundo a lógica do pensamento de Marx:

O longo tempo de produção (que inclui uma duração relativamente pequena de tempo de trabalho), em consequência a extensão de seus períodos de rotação, torna a silvicultura um ramo pouco propício à exploração privada e, portanto, capitalista, pois esta é essencialmente exploração privada, mesmo se em vez do capitalista individual aparece o capitalista associado. O desenvolvimento da agricultura e da indústria em geral mostrou-se desde tempos imemoriais tão ativos na destruição das florestas que, em face disso, tudo o que é inversamente se fez para sua conservação e produção é uma grandeza completamente evanescente. (MARX, 1985, volume 3, p. 183)

No volume V da obra “O Capital”, no capítulo XLVI intitulado de “Renda dos Terrenos Destinados à Construção. Renda de Mineração. Preço da Terra”, constatei um pensamento de Marx, depositado como obrigação do comunismo, que pode ser considerado um dos pilares do chamado desenvolvimento sustentável e bandeira de muitos movimentos ecológicos, que resumirei nos seguintes dizeres: Devemos preservar a natureza para as presentes e futuras gerações:

Do ponto de vista de uma formação econômica superior da sociedade, a propriedade privada de certos indivíduos sobre o globo terrestre parecerá tão absurdo quanto a propriedade privada de um ser humano sobre outro ser humano. Mesmo uma sociedade inteira, uma nação, mesmo todas as sociedades coesas em conjunto não são proprietárias da Terra. São apenas possuidoras, usufrutuárias dela, e como boni patres famílias {bons pais de família} devem legá-la melhorada às gerações posteriores. (MARX, 1985, volume 5, p. 239)

Marx ainda nesse capítulo (XLVI) faz uma crítica aos economistas que não atentaram para essa questão da natureza, principalmente da degradação do solo. Mas levanta a ressalva de que muitos desses economistas não vivenciaram os avanços da química agrícola, dos processos de manutenção e melhorias do solo, que são necessários no processo de produção. Precisaríamos também fazer a mesma ressalva a Marx, visto que não vivenciou as grandes catástrofes ambientais do século XX e as que ainda estão ocorrendo no século XXI. Este é um trabalho de análise que cabe aos marxistas contemporâneos.

Foster (2005) diz que é na obra “O Capital” que a concepção materialista de natureza de Marx consegue a sua plena conexão com a concepção materialista de história, por meio do conceito de metabolismo, que coloca o processo de trabalho como um processo entre o homem e a natureza, que o homem através da ação, do trabalho, consegue controlar e regular o metabolismo entre o ser humano e a natureza.

... o conceito de falha metabólica de Marx na relação entre a cidade e o campo, entre os seres humanos e a terra, permitiu-lhe penetrar nas raízes do que foi às vezes chamado pelos historiadores de [segunda revolução agrícola], que então ocorria no capitalismo, e da crise da agricultura associada a isto, permitindo assim que Marx desenvolvesse uma crítica da degradação ambientalista que antecipava boa parte do pensamento ecológico de hoje. (FOSTER, 2005, p. 202)

Foster (2005) expõe que a primeira revolução agrícola foi um processo de alguns séculos, caracterizada pelos cercados, pela centralidade do mercado e por algumas mudanças técnicas (adubação orgânica, rotação de lavouras, drenagem, manejo de rebanhos). Enquanto a primeira foi um processo lento, a segunda revolução foi um processo bem rápido, datado de 1830 a 1880, caracterizado pela indústria de fertilizantes e pelo desenvolvimento da química dos solos (Justus Von Liebig). A terceira revolução ocorre no século XX, na substituição da força animal pela força mecânica, pelas alterações genéticas e a utilização intensiva dos produtos químicos.

A concepção de natureza de Marx já estava desenvolvida nas suas obras anteriores e não foi explicitamente demonstrada novamente no “Capital”, mas não deixou de estar presente nessa obra, mesmo que tangencialmente. O que há de novo nessa obra em Marx é que a preocupação ambiental da sua época, por intermédio da leitura da obra “O Capital”, estava voltada para a questão do esgotamento do solo, seguida das preocupações com a crescente poluição das cidades, o desmatamento das florestas e a superpopulação.

... por volta da década de 1860, ao escrever O Capital, Marx já se havia convencido da natureza insustentável da agricultura capitalista graças a dois acontecimentos históricos da sua época: (1) a crescente sensação tanto europeia quanto norte-americana de crise na agricultura associada ao esgotamento da fertilidade natural do solo – uma sensação de crise que absolutamente não foi aliviada, mas sim

impulsionada, pelos avanços da ciência do solo; e (2) uma guinada no trabalho do próprio Liebig em fins da década de 1850 e na década de 1860 em direção a uma forte crítica ecológica do desenvolvimento capitalista. (FOSTER, 2005, p. 213)

5.2. Crítica ao Programa de Gotha (1875)

Finalizo esta análise do pensamento de Karl Marx nas suas obras em relação à natureza, com a exposição de um trecho da “Crítica ao Programa de Gotha”, de modo proposital, pois é aqui que se encontra a maior falha tanto do entendimento do pensamento de alguns marxistas quanto de alguns de seus críticos “verdes”.

Neste texto, Marx critica um grupo de socialistas por não ter compreendido a verdadeira essência da relação sociedade-natureza, da diferença entre produto (socialismo) e mercadoria (capitalismo). Para o capitalismo, o trabalho é a fonte de todo valor, em seu caráter capital, é ele que gera valor à mercadoria, à mais-valia. Já no socialismo (fase de transição), no comunismo, o valor de uso de todo produto é dado pela natureza, e o trabalho é o mediador do homem com a natureza.

Logo, a natureza é a primeira grandeza de todo produto, o trabalho é consequência da necessidade do homem diante da natureza, a qual não pode ser propriedade privada de um pequeno grupo de indivíduos, ele é necessariamente uma grandeza universal. Da mesma forma que a natureza não reconhece fronteira, também não reconhece proprietário.

... [O trabalho é a fonte de toda a riqueza e de toda a cultura]...o trabalho não é a fonte de toda a riqueza. A natureza é a fonte dos valores de uso (que são os que verdadeiramente integram a riqueza material!), nem mais nem menos que o trabalho, que não é mais que a manifestação de uma força natural, da força de trabalho do homem. Essa frase encontra-se em todas as cartilhas e só é correta se subentender que o trabalho é efetuado com os correspondentes objetos e instrumentos. Um programa socialista, porém, não deve permitir que tais tópicos burgueses silenciem aquelas condições sem as quais não tem nenhum sentido. Na medida em que o homem se situa de antemão como proprietário diante da natureza, primeira fonte de todos os meios e objetos de trabalho, e a trata como possessão sua, seu trabalho converte-se em fonte de valores de uso, e, portanto,

em fonte de riqueza. Os burgueses têm razões muito fundadas para atribuir ao trabalho uma força criadora sobrenatural; pois precisamente do fato de que o trabalho está condicionado pela natureza deduz-se que o homem que não dispõe de outra propriedade senão sua força de trabalho, tem que ser, necessariamente, em qualquer estado social e de civilização, escravo de outros homens, daqueles que se tornaram donos das condições materiais de trabalho. E não poderá trabalhar, nem, por conseguinte, viver, a não ser com a sua permissão. (MARX, 1986, volume 2, p. 209)

Andrioli (2008) diz que os liberais consideram a natureza como mera fonte ilimitada de matérias-primas e como recurso gratuito, enquanto Marx pensa o inverso dessa concepção. Para Marx, a natureza não é o valor de troca e sim o valor de uso (Crítica ao Programa de Gotha), e que a relação homem-natureza é uma relação de reciprocidade (Manuscritos econômico-filosóficos de 1844).

6. CRÍTICAS DOS ECOLOGISTAS E MARXISTAS

Foster (Foster, 2005) afirma que Marx tinha denunciado a destruição, o descaso com a natureza, antes mesmo da moderna consciência ecológica burguesa. No entendimento de que a alienação do trabalho está relacionada à relação homem-natureza e, é justamente essa relação da alienação homem e natureza que deve ser explicada historicamente.

Essa consciência do tratamento ecológico de Marx, segundo Foster, levou os críticos de Marx a reverem o seu posicionamento, aceitando algumas ideias de Marx (ligadas à ecologia), e posicionando a crítica a seis argumentos: A primeira crítica é que as ideias ecológicas de Marx não influenciam diretamente o conteúdo geral de sua obra, são meros pensamentos soltos e sem conexão com a teoria marxiana; a segunda crítica é que as ideias ecológicas esboçadas por Marx encontram-se apenas na sua fase inicial; a terceira crítica caracteriza Marx como prometeico, dizendo que ele não trabalhou suficientemente a exploração da natureza, descartando a natureza da sua teoria de valor; a quarta crítica afirma que Marx colocava a tecnologia capitalista e o seu desenvolvimento econômico como solução aos limites ecológicos; a quinta crítica trata do pouco interesse de Marx, das consequências catastróficas na natureza, que envolvem o desenvolvimento científico e tecnológico, faltando-lhe bases científicas para compreender essas questões ecológicas; a sexta e última crítica feita pelos ecologistas e demonstrada por Foster é que Marx faz uma diferença radical entre os seres humanos e os animais, levando ao extremo o antropocentrismo.

James O' Connor (2001) demonstra que muitos que se ocupam dos estudos sobre a questão ambiental ainda são céticos sobre a união entre a ecologia e o marxismo, e que estes até pouco tempo não haviam sido associados, e por muitas vezes, eram colocados como opostos que se cancelam reciprocamente. Muitas dessas críticas estão baseadas na acusação de que Marx tem uma visão puramente antropocêntrica e faltando qualquer visão ecológica. O' Connor diz que essa acusação é justa em termos, pois Marx tinha uma ideia de sociedade em que os indivíduos não estariam mais

alienados da natureza e, para isso, a apropriação da natureza não estaria baseada na acumulação capitalista e, sim, na necessidade individual e social direta, o que o autor vai denominar de produção ecologicamente racional. Todavia, essa não se trata propriamente de uma sociedade ecológica. Nessa sociedade idealizada por Marx, a natureza não é uma mera força produtiva, mas algo valorizado como um fim em e por si mesmo.

Löwy (2005) expõe que a crítica dos ecologistas ao pensamento de Marx e Engels, de afirmarem que estes são partidários de um humanismo conquistador, opondo o homem à natureza, o autor diz que tal crítica é verdadeira, pois se encontra nas obras de Marx referências à “dominação” sobre a natureza. Todavia, o autor diz que “dominação da natureza” nas obras de Marx e Engels pode ter diferentes significados e, com frequência, seu significado faz referência ao conhecimento das leis da natureza, como foi verificado no capítulo sobre a dominação da natureza em Marx. Visto que desde os primeiros escritos de Marx, existe uma visão do ser humano como ser natural, inseparável de seu ambiente. Löwy (2005) afirma que Marx reivindica para si o humanismo, entretanto, define o comunismo não só como um humanismo, mas também como um naturalismo acabado, a solução ao antagonismo entre o homem e a natureza; solução que se dá através da abolição da propriedade privada, com isso a sociedade humana vai se tornar a unidade essencial do homem com a natureza. O autor coloca que essa linha de pensamento não está ligada diretamente aos problemas ecológicos, ambientais, contudo, essa lógica desse tipo de naturalismo nos permite uma abordagem da relação homem-natureza que não seja unilateral.

Foster (2005) acredita que essas críticas, por vezes, estão confundindo Marx com outros teóricos socialistas, alguns até mesmo criticados por Marx; e o que está sendo criticado no fundo é o materialismo marxiano. Entretanto, como demonstra Foster, o materialismo não está trabalhando com base antropocêntrica em oposição ao ecocentrismo e, sim, procura se desenvolver com base na coevolução.

Marx tem sido frequentemente caracterizado como pensador antiecológico. Mas a minha familiaridade com os escritos dele sempre foi grande demais para que eu levasse a sério tais críticas. Em muitos pontos de sua obra Marx havia demonstrado... uma profunda consciência ecológica... possível interpretar Marx de um modo diferente, um modo que concebia a ecologia como central ao pensamento dele... (FOSTER, 2005, p. 7)

O' Connor (2001) também demonstra a acusação de que Marx carecia de sensibilidade sobre a vinculação, a diversidade e a interdependência mútua na natureza, crítica que também tem um pouco de razão. Todavia, demonstra que Marx era consciente dos processos reguladores ecológicos, os quais são combinados nos processos de trabalho e nos produtos. E , além disso, se interessava pelo maior problema ecológico de sua época, que era a questão do solo.

Outra crítica feita pelos ecologistas contra Marx, apresentada por O' Connor (2001), diz respeito às possíveis consequências do antropocentrismo extremo de Marx, dizendo que este negava que a natureza combinada com o trabalho humano seja a fonte da riqueza material. Enquanto Marx dizia que a natureza combinada com o trabalho humano é a fonte do valor de uso. O que demonstra ser uma crítica voltada à análise de Marx do capitalismo, conforme foi verificado no programa de Gotha, o produto é o valor do trabalho mais a natureza.

Löwy (2005) diz que essa crítica feita pelos ecologistas contra Marx é que este adotou a ideia do economista Ricardo, na atribuição de todo valor e de toda riqueza ao trabalho humano, negligenciando a contribuição da natureza. Para Löwy esta crítica é resultado de um mal-entendido, pois Marx utiliza a teoria do valor-trabalho para explicar a origem do valor de troca no interior do sistema capitalista. Já a natureza compõe a formação das verdadeiras riquezas, que não são valores de troca e sim valores de uso, conforme Marx diz claramente na crítica ao Programa de Gotha.

Marx também é criticado pela sua obsessão (que o acompanha desde sua adolescência) pelas questões dos avanços da ciência e da tecnologia, em pró da produtividade, sem se dar conta dos problemas ecológicos que estas

podem causar. E como demonstra O' Connor (2001), é inquestionável que Marx não tenha problematizado sistematicamente as forças produtivas capitalistas referentes ao modo de utilização da mesma em uma sociedade socialista. Pelo contrário, para o autor, Marx via nas forças capitalistas de produção como agente libertador da humanidade, da servidão da natureza. Também pela afirmativa de que Marx entendia a natureza com algo totalmente transformado pela ação humana.

A crítica dos ecologistas contra Marx e Engels, expostas por Löwy (2005), de que estes são produtivistas, é justificada pelo autor da seguinte forma: tal acusação é verdadeira, ao mesmo tempo em que não é verdadeira. Não é verdadeira, pois foi Marx um dos maiores críticos da lógica capitalista de produção pela produção, colocando a ideia de socialismo como uma produção de valores de uso, de bens necessários à satisfação das verdadeiras necessidades humanas. Portanto, não se trata do crescimento infinito de bens, o quantitativo, “o ter” mas, sim, a redução da jornada de trabalho e o crescimento do tempo livre, qualitativo, “o ser”. Mas segundo Löwy, a crítica dos ecologistas feita a Marx e Engels, na acusação que estes são produtivistas, são verdadeiras quando encontra-se em seus textos uma postura pouco crítica ao sistema de produção industrial capitalista e, também, por fazer do “desenvolvimento das forças produtivas” o principal vetor do progresso.

Adrioli (2008) vê que ao mesmo tempo em que Marx demonstra ser otimista com o desenvolvimento das forças produtivas, também se mostra crítico ao modo capitalista de utilizar as técnicas desenvolvidas, denegrindo o trabalho humano e prejudicando o equilíbrio metabólico homem-natureza, vindo à tona sua insustentabilidade.

O' Connor (2001) demonstra que a grande diferença entre marxismo e ecologia não é que o primeiro adora a ciência e o segundo não, de que a ecologia valoriza em demasia a natureza, como muitos críticos gostam de afirmar. A diferença principal, para o autor, está posta no seguinte questionamento “como deveria ser a sociedade humana?”. Ao passo que os ecologistas colocam que a sociedade deve utilizar e conservar os recursos

naturais como uma atividade moral, atividade que está relacionada à sobrevivência. Outro grupo dos ecologistas políticos coloca que a sociedade deve estar baseada em formas igualitárias de cooperação ligadas à economia da natureza, uma projeção sobre a natureza com categorias históricas desejáveis, na tentativa de eliminar categorias indesejáveis como a concorrência, uma espécie de controle por meio das projeções do darwinismo social. Enquanto os marxistas colocam que os avanços científicos, para a maior compreensão das leis da natureza, servem para promover um maior desenvolvimento dos seres humanos. Com isso, O' Connor consegue concluir que para o marxismo ser coerente, visto que a evolução humana está ligada à sua dependência direta da natureza, tem de ser ecológico.

Para Andrioli (2008), Marx não estava totalmente preocupado em seus estudos, em analisar os efeitos ecológicos da sociedade industrial capitalista, fato que ocorreu pelas problemáticas que vivia na sua época. Contudo, a problemática ambiental não foi subestimada em sua obra. O autor afirma que Marx conseguiu prever a destruição da natureza capitalista, e que muitas dessas previsões feitas por ele se devem à sua análise da relação indústria-agricultura. O autor chega ao ponto de afirmar que Marx analisou a problemática ambiental antecipando os movimentos ambientalistas modernos. A teoria marxiana da alienação do trabalho é relacionada à teoria da alienação do ser humano com a natureza e uma base fundamental para construir uma futura sociedade que solucione a problemática ambiental.

Na busca de saídas da crise ambiental, é necessário compreender como a relação humana com a natureza está associada a relações materiais e sociais determinadas pela lógica do funcionamento da sociedade capitalista, que coloca tanto o ser humano como a natureza numa condição de mútuo estranhamento, na qual o ser humano destrói a natureza e esta [reage] provocando os efeitos ambientais com consequências sobre o ser humano. Essa concepção marxiana da natureza e sua relação com a concepção materialista da história demonstram que o pensamento social de Marx está profundamente associado a uma atual visão ecológica do mundo. (ANDRIOLI, p. 25, 2008)

Já para Waldman (2002) diz que só encontram-se algumas passagens isoladas sobre a questão ambiental em Marx, que a crise ambiental é uma problemática nova e planetária, e é uma característica própria do século XX. Ao

passo que Marx estava imerso na dinâmica do modo de produção capitalista, no seu mecanismo de reprodução social, política e econômica, visto que para Waldmar, a questão ambiental não existia na época, que esta questão não estava colocada para o autor na época. Dessa forma, o autor critica Marx por estar imbuído, iludido pelo desenvolvimento das forças produtivas, pelo progresso tecnológico capitalista, pela pretensa dominação da ciência sob a natureza, o que caracteriza uma contradição com uma sociedade justa e ecologicamente responsável. Dizendo que uma visão progressista deve abolir essa pretensa ideia de dominação da natureza para realizar uma efetiva liberdade.

... se o marxismo não é produtivista (por não ter intuído a própria sociedade de consumo), por outro lado, ele não aponta para posturas antiprodutivistas. (WALDMAR, 2002, p. 58)

6.1. A segunda contradição do capitalismo

Para tentar responder a essas críticas, muitos marxistas vão arriscar em propor novas abordagens ao socialismo de Marx, na tentativa de corrigir essas supostas falhas na teoria marxiana, assim como faz James O'Connor (2001) e sua abordagem sobre a segunda contradição do capitalismo. Como o próprio autor define, a segunda contradição do capitalismo como um ponto de partida para uma teoria marxista que abarque a ecologia, analisando profundamente as contradições entre as relações produtivas capitalistas, as forças produtivas e as condições de produção, a subprodução do capital e as crises econômicas, os processos de reestruturação ocasionados pelas crises, as condições de produção e das relações sociais, para almejar uma nova sociedade, uma sociedade socialista.

O'Connor (2001) coloca que o ponto de partida da teoria marxista tradicional, para analisar as crises econômicas e a transição socialista, está baseado na contradição entre as forças produtivas e as relações de produção capitalistas, que é uma crise entre a produção e a circulação do capital. Em contrapartida, a segunda contradição do capitalismo se dá entre as relações de

produção capitalistas (em conjunto com as forças produtivas) e as condições de produção. O autor está expondo que no marxismo ecológico, a contradição se dá entre as relações de produção (em conjunto a forças produtivas capitalistas) e as condições de produção. Não é a força de trabalho humana, não é a natureza externa, ou as infraestruturas que se reproduzem de forma capitalista e, sim, o capital que, abstratamente, as transforma em mercadorias ou capital propriamente dito. Sendo a segunda contradição do capitalismo os limites ambientais que o capitalismo enfrenta para continuar suas relações de produção.

O' Connor diz que o marxismo ecológico e o marxismo tradicional têm o mesmo entendimento quanto às atitudes do capital diante de uma crise, no entendimento de que este está exposto a crises e depende dela. Visto que a crise obriga o capital e o Estado a aumentarem o seu controle e planejamento sobre as condições de produção, a produção em si e a circulação de capital, dando origem a novos planejamentos mais flexíveis e um capitalismo melhor planejado. Definindo a causa da segunda contradição do capitalismo como a apropriação e o uso autodestrutivo do capital sobre a força de trabalho, a infraestrutura e o espaço urbano e a natureza externa. Como autodestrutivo compreende o aumento dos custos de saúde, transporte, consumo das necessidades básicas, a utilização da natureza, conjunto que se converte em prejuízos à sociedade. A primeira contradição trata da demanda, enquanto a segunda da oferta.

A tentativa de O' Connor, na minha concepção, é falha, pois não vejo a crise ecológica como uma crise ao sistema capitalista. É uma crise ao modo de vida da espécie humana, que não tem recursos para pagar um ambiente saudável e seguro. A crise ecológica leva o capitalismo a novos mercados, a novas formas de alienação, ele consegue se regenerar nessa crise por meio dos mercados intitulados como corretamente sustentáveis. Nas palavras de Chesnais e Serfati:

A exploração do homem e da natureza até o esgotamento não reflete uma contradição do capitalismo, mas o antagonismo profundo entre ele e as necessidades humanas. A [crise ecológica] é a manifestação da destruição das forças produtivas, entre as quais os recursos naturais, para as necessidades da acumulação e num contexto hoje agravado pela dominação do capital financeiro... (CHESNAIS e SERFATI, 2003 , p. 68).

6.2. Ecosocialismo

Outra tentativa para solucionar as pretensas falhas de Marx, no que concerne a questão ambiental, é o movimento ecosocialista. Este tem como seu maior expoente o sociólogo revolucionário Michael Löwy. Para Löwy (2005), a questão ecológica é o grande desafio para a renovação marxista no início do século XXI, exigindo uma ruptura radical com a ideologia do progresso linear e com o paradigma tecnológico e econômico da civilização industrial moderna. Nos dizeres de que o ecosocialismo é o movimento revolucionário da ruptura com a civilização material capitalista, que luta não somente por uma nova sociedade (socialista) e um novo modo de produção, mas defende, acima de tudo, um novo paradigma de civilização. Definindo, assim, o ecosocialismo como uma corrente de ação e pensamento ecológico, com aquisições fundamentais do marxismo, ao mesmo tempo em que é crítico ao posicionamento produtivista do pensamento marxista, o aparelho produtivo não é neutro. Compreendendo que a lógica do mercado e lucro leva à degradação do meio ambiente natural, e por conseqüência, à destruição das condições de vida humana. Criticam as ideologias dominantes do movimento operário, que, por muitas vezes, tem um caráter meramente consumista (o ter), mas tem a consciência que a força trabalhadora é essencial para uma revolução. Revolução que deve modificar totalmente o mundo, uma nova sociedade essencialmente socialista e ecológica. Como definiria James O' Connor, uma sociedade que deve substituir o valor de troca pelo valor de uso, uma produção voltada para as verdadeiras necessidades sociais e respeitando os limites naturais. Uma sociedade nova, um socialismo ecológico, fundada no controle democrático, de igualdade social e privilegiando o valor de uso. Ao passo que Löwy acrescenta a essa nova sociedade: propriedade coletiva dos meios de

produção, planejamento democrático e uma nova base tecnológica das forças produtivistas.

Löwy (2005) diz que o raciocínio ecossocialista está baseado em dois argumentos: o primeiro é que o modo de produção e consumo atual dos países capitalistas avançados não pode estender-se para todo o globo, pois agravaria a crise ecológica. Com isso, chega-se à lógica de que o sistema só poderia gerar cada vez mais desigualdade social entre os países desenvolvidos e os em desenvolvimento e subdesenvolvidos; o segundo raciocínio é que a preservação do meio ambiente é um imperativo humanista, visto que a preservação da natureza é a própria preservação da vida humana.

... não se trata... de colocar em questão a necessidade do progresso científico e técnico e da elevação da produtividade do trabalho: estas são duas condições incontornáveis para dois objetivos essenciais do socialismo: a satisfação das necessidades e a redução da jornada de trabalho. O desafio é reorientar o progresso de maneira a torná-lo compatível com a preservação do equilíbrio ecológico do planeta. (LÖWY, 2005, p. 38-39)

Löwy (2005) coloca que todos os nossos problemas ambientais contemporâneos (a exemplo dos acidentes nucleares, buraco da camada de ozônio) são de responsabilidade da corrida louca atrás do lucro, a lógica produtivista e mercantil da civilização capitalista/industrial leva a sociedade a um desastre ecológico de proporções incalculáveis, ameaçando destruir os meios de vida da humanidade. A ação contra essa problemática é dada da seguinte forma: o socialismo e a ecologia (algumas de suas correntes) têm objetivos comuns no questionamento da autonomização da economia, da quantificação, da produção como um objetivo em si, da ditadura do dinheiro, da redução do universo social ao cálculo das margens da rentabilidade e as necessidades da acumulação do capital. Enquanto o socialismo e a ecologia lutam por valores qualitativos: valor de uso, satisfação das necessidades, igualdade social para uns, equilíbrio ecológico para outros. E para que isso ocorra, a economia deve estar inserida no meio ambiente (tanto social quanto natural).

Uma ressalva que faço a esse movimento, em um primeiro momento, é o seguinte: Para Marx, a história do homem (em que está presente a economia) junto com a história da natureza representa uma única coisa: a verdadeira história. Logo, por uma questão lógica no pensamento socialista marxista, a economia está inserida no processo da relação sociedade-natureza. A grande contribuição do movimento ecossocialista é demonstrar que o movimento ecológico e o movimento socialista têm o mesmo inimigo social, o capitalismo, e que a luta social e a luta ecológica buscam o mesmo objetivo, uma sociedade justa e em equilíbrio com a natureza.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como foi exposto no decorrer deste trabalho, Marx tratou o tema natureza em todas as fases de seu pensamento, mais explicitamente, na fase do Jovem Marx e menos presente na fase da denominada Marx Maduro. Mas qual de fato é o alcance de sua concepção de natureza? Ele pode ser realmente tratado como um pensador socioecológico? A sua concepção da relação sociedade-natureza e/ou homem-natureza é importante para compreendermos a problemática ambiental contemporânea? A orientação histórica, dialética e materialista de Marx, de fato, é a base para uma teoria que queira compreender os problemas ambientais, como afirma Foster (2005), por esta teoria trabalhar a dependência do ser humano com a natureza?

Verificamos na introdução deste trabalho, a sociologia ambiental acredita que os pensadores clássicos (Marx, Weber, Durkheim), das ciências sociais abordaram a questão ambiental de modo tangencial e que estes (assim como a ciência social como um todo) defendiam o paradigma do progresso ilimitado e da racionalidade humana (Ferreira, 2006). Ao passo que Hannigan (2009) acredita que a relação sociedade-natureza, a questão ambiental foi trabalhada até certo ponto por esses pensadores clássicos, que, por muitas vezes, foram ocultadas por seus intérpretes e tradutores para dar ênfase às estruturas sociais, ao invés de dar o devido valor às estruturas físicas e/ou ambientais. De fato, no decorrer deste trabalho, essa afirmação de Hannigan se fez uma verdade incontestável no que se refere ao pensamento de Marx. Mas não é verdade quando Hannigan diz que esses pensamentos não eram diretos. Pelo menos, no que confere a Marx, a concepção de natureza é definida, claramente, nas obras Manuscritos econômico-filosóficos e na Ideologia alemã.

Mas Hannigan, assim como a sociologia ambiental, estão corretos em afirmar que esses pensamentos também estão repletos de controvérsias filosóficas e debates acadêmicos de seus tempos. Como é mencionado na análise da vida e obra de Karl Marx, que de fato, este pensador era fortemente influenciado e profundo admirador dos desenvolvimentos tecnológicos de sua época. Acredito que a sua profunda admiração pelo desenvolvimento

tecnológico, como responsável pela plena realização das necessidades humanas que tanto destaca, principalmente na sua fase de transição e na sua fase madura, devem-se à degradante condição material que a sua família vivia, não que essa afirmativa seja uma justificativa para alguma contradição em suas obras.

Outro ponto histórico, para a possível falta de clareza nas ideias ecológicas de Marx, deve-se ao fato da disciplina ecologia ter a sua origem em 1866, com Ernst Haeckel, que era partidário do evolucionismo de Darwin. E, portanto, o termo a disciplina ecologia, como foi definida, dificilmente foi estudada por Marx, visto que este estava preocupado em estudar as questões econômicas. Todavia, isso não quer dizer que esse pensador não seja ecológico, que a sua concepção de natureza, da relação sociedade-natureza não seja válida para a compreensão da problemática ecológica contemporânea.

Um ponto a ser refletido é que possivelmente seria do conhecimento de Marx o termo ecologia, esse novo estudo que estava surgindo em momento próximo à sua obra *O Capital*. Caso Darwin tivesse correspondido aos convites de Marx, Possivelmente essa nova matéria seria motivo de debates entre os dois intelectuais.

Outra reflexão é que Marx também já conseguia relacionar a destruição da natureza através da indústria capitalista, tanto que no *Capital*, ele já coloca que o modelo de agricultura capitalista só poderia ser destrutivo à natureza dos Estados Unidos, país que estava em desenvolvimento na sua época. Fato que a sociologia só vai perceber em 1960, com o surgimento da sociologia ambiental. Depois de mais de meio século de profunda destruição ambiental e, que Marx não vivenciou, é que a sociologia consegue relacionar a evidente degradação dos recursos naturais e sua relação com o desenvolvimento industrial.

Entretanto, não podemos exigir de Marx, além de pai do materialismo histórico, da concepção de relação sociedade-natureza, intermediada pelo

trabalho, que nos faz compreender a problemática ambiental contemporânea, de pensador revolucionário, que seja também um profeta, um vidente, o que ele não é. Cabe aos pensadores contemporâneos preencherem a lacuna histórica das problemáticas ambientais vividas no século XX e que se arrastam às catástrofes do século XXI, na teoria marxista. O pensamento de Marx, caso ele ainda tenha validade para a construção de uma nova sociedade, deve ser enriquecido constantemente pela práxis e, dessa forma, realizar a revolução de uma sociedade inteiramente nova, na transição do socialismo para o comunismo, uma sociedade justa socialmente e ecologicamente.

Renán Vega Cantor (Nóvoa org, 2007) escreve que para estabelecer uma relação entre o marxismo e a ecologia se faz necessário analisar a relação homem-natureza em Marx, principalmente analisar como essa relação foi afetada pelo sistema capitalista. O autor parte de que Marx considera o homem como um ser natural, inserido totalmente no todo da natureza. Um ser totalmente dependente do seu meio ambiente, assim como todos os seres naturais, sendo que a única coisa que diferencia o ser humano dos demais seres, segundo Marx, é o trabalho, a história e a sociedade. O trabalho e a sociedade, na sua relação temporal e espacial, vão construindo as relações sociais, ou seja, vão escrevendo a história. Esta, por sua vez, vai dando forma ao modo de relação homem-natureza. Portanto, uma relação histórica e natural.

“... a preocupação central de Marx no sentido do entendimento da relação homem/natureza no capitalismo está baseada na acumulação de capital como o motor básico que rege o funcionamento da sociedade. Neste sentido, a raiz dos problemas ambientais não se deve buscar na natureza mas na sociedade capitalista e em seus mecanismos básicos de funcionamento” (Nóvoa org, 2007, p. 104).

Como já afirmei e na breve análise da vida de Karl Marx foi relatado, de fato, Marx era apaixonado pelos avanços tecnológicos de sua época, que via o desenvolvimento capitalista como uma força importante para o pleno desenvolvimento da sociedade, com o objetivo da total satisfação das necessidades humanas. Entretanto, isso não quer dizer que ele não percebia o modo de produção capitalista como destrutivo à natureza, à condição de vida da espécie humana. Simplesmente, Marx acreditava que os avanços da

ciência, da tecnologia, deveriam ser utilizados pela sociedade socialista, preservando o equilíbrio da relação sociedade-natureza, conhecendo e respeitando as leis da natureza. Os avanços tecnológicos e científicos no capitalismo, o modo como eles são utilizados são importantes na concepção marxiana, no entendimento da importância para a revolução, da transição do feudalismo para o capitalismo.

Outro ponto importante da época vivida por Marx é a concepção de natureza, que era predominante. Que era o sentimento de domesticação, de dominação da natureza por meio da ciência moderna, no sentido de subjugar a natureza aos caprichos impostos pelo mercado. Uma produção da natureza voltada aos valores econômicos, na busca desenfreada do lucro máximo e, como mero meio para transcender à condição humana (espiritual). A natureza, nesse contexto, é dada como algo externo, que deve ser subjugada pela sociedade através do desenvolvimento científico.

Marx vai revolucionar essa concepção de natureza de sua época, ele vai desconstruí-la, para gerar uma nova concepção de natureza, não baseada em concepções filosóficas e sim por meio da práxis. Demonstra que a natureza não é externa à sociedade, pelo contrário, ela é a própria sociedade, na medida de que o homem é parte integrante dessa natureza, que a natureza representa o único meio de sobrevivência da espécie humana e que essa relação sociedade-natureza vai ser intermediada pelo trabalho.

Altvater (2007) afirma que nos primeiros escritos de Marx, a prática humana é colocada como parte do metabolismo homem-natureza, em que a sociedade produz para o consumo a satisfação das suas necessidades. Portanto, a satisfação dessas necessidades é realizada socialmente, em que os trabalhos de uns satisfazem outros, demonstrando a dependência comunitária do ser humano. Dessa forma, Altvater afirma que o conceito de necessidade é uma categoria fundamental na teoria marxista.

Na fase inicial do Jovem Marx, na obra A questão judaica, é pouco abordada a questão da natureza. Entretanto, Marx influenciado pelas ideias de

Feuerbach, já percebe os efeitos negativos do sistema capitalista como prejudicial ao ser humano e à natureza. Mas nessa obra ainda percebe a natureza como algo externo à sociedade, não consegue perceber a intrínseca relação sociedade-natureza. Porém, é na questão judaica que é colocada, pela primeira vez, a ideia de que um sistema fundado na produção em si, em uma sociedade individualista, não pode ser sustentável para suprir as necessidades físicas e psicológicas dos seres humanos.

Já na obra *Manuscritos econômico-filosóficos*, Marx inicia sua percepção da intrínseca relação sociedade-natureza, homem-natureza, percebe que a alienação de si, dos outros e do trabalho está relacionada à alienação do homem com a natureza. Portanto, percebe a importância da natureza na produção da sociedade. Esta relação com a natureza, com o homem é dada como uma relação orgânica, sendo a própria natureza o corpo inorgânico do homem, sendo o ser humano um ser natural. O naturalismo e o humanismo, para Marx, são uma coisa só, representam a mesma coisa, a sociedade.

Nesse ponto do pensamento marxiano é colocada como responsabilidade do ser humano a incumbência de realizar a sua relação histórica com a natureza. Trata-se de uma visão antropocêntrica, denominando a natureza como uma construção social e, os seres humanos não podem ser colocados no mesmo patamar dos animais. O que leva ao pensamento de que a ciência natural e a ciência do homem devem se fundir, tornando-se uma só ciência, uma só história.

Marx, nos *Manuscritos*, também já começa a compreender que o valor de produto é dado pelo trabalho humano somado à natureza. Na concepção da relação sociedade-natureza de Marx, o homem nada pode fazer sem a natureza, é dependente direto dela. Já no capitalismo é o Capital que está intermediando a relação homem-natureza, um intermediário que é um ser estranho ao homem. Já para Marx, o homem livre é consequência da sua relação homem-natureza, intermediada pelo seu próprio trabalho, pela práxis, pela sua própria ação.

A sociedade neste momento é representada pela unidade do homem com a natureza, liberto das suas condições animais. A ciência, o desenvolvimento tecnológico auxilia o ser humano para produzir a natureza de acordo com as suas necessidades, a natureza só tem valor se ela for modificada para a plena satisfação das necessidades humanas. Marx já esboçava a ideia de que o socialismo deveria buscar um novo modo de produção em harmonia com a relação homem-natureza. Que o desenvolvimento tecnológico, científico não é capaz de suprimir a naturalidade do ser humano, é a relação do homem com a natureza, na sua condição natural que constitui a história.

Na obra *A Ideologia alemã*, Marx reafirma e confirma que a relação sociedade-natureza, intermediada pelo trabalho humano, constitui assim uma só ciência, uma só história. Momento que começa a perceber que a relação dos homens entre si, as relações sociais que fazem a natureza ser histórica. Ao mesmo tempo em que percebe a importância do equilíbrio da relação sociedade-natureza, demonstra o seu grande fascínio pelo desenvolvimento dos meios de produção. Evidencia que todo desenvolvimento da história só pode ser compreendido se estiver inserido na natureza, uma condição obrigatória. Momento em que Marx está afirmando que toda concepção histórica existente até o seu tempo não prestava a devida atenção à natureza, não percebendo a natureza como um agente determinante de toda a história. Portanto, a natureza era construída fora do homem real, da relação sociedade-natureza, fora de toda natureza, seja ela natural ou construída, sendo esta última a natureza vivida pela espécie humana e, portanto, histórica.

A grande importância desta obra, *A ideologia alemã*, na concepção de natureza de Marx, é que ela abandona a contemplação passiva da natureza de Feuerbach. O ser humano não pode se colocar frente à natureza, de forma passiva, o ser humano é superior aos animais. E percebe a natureza como exclusivamente um produto histórico, um produto da indústria. O mundo deve ser modificado pela ação e não pela abstração filosófica. A natureza, que já era dada como um produto histórico anteriormente, mas agora Marx chega ao ponto de afirmar que em sua época, praticamente, existe somente a segunda

natureza (a natureza construída pelas ações humanas). Isso ocorre pelo domínio que a sociedade impõe na natureza. Entretanto, é uma dominação no sentido de avanço científico, para a plena compreensão das leis da natureza, com o intuito de suprir com qualidade as necessidades humanas e, não o domínio no sentido de subjugar a natureza. Uma dominação que visa à satisfação das necessidades humanas tanto do momento como do futuro, visando ao valor de uso e ao tempo livre para a satisfação das necessidades psicológicas.

Verifiquei na análise do Manifesto Comunista, que Marx coloca a separação entre cidade e campo, mesmo que não diretamente, um dos grandes responsáveis pela alienação entre o homem e a natureza, o que acarreta em consequências drásticas à saúde nos centros urbanos, e na ausência do avanço dos conhecimentos científicos (compreensão das leis da natureza) no campo. Outro ponto importante é que Marx reafirma que a sua concepção de natureza é antropocêntrica, que o ser humano não pode se relacionar com a natureza de forma contemplativa e passiva. Mas o mais importante é que Marx justifica definitivamente a sua admiração pelo desenvolvimento das forças produtivas capitalistas, que está voltada ao significado da passagem do feudalismo ao capitalismo, demonstrando que o ser humano é capaz de transformar e desenvolver a natureza por si mesmo, liberto de concepções filosóficas e espirituais.

O Manifesto demonstra que Marx acredita que a revolução socialista só pode ocorrer em escala mundial, não pode ser um evento isolado e local. Assim como precisamos pensar em uma revolução que esteja preocupada com as questões ecológicas, ela deve ser global, visto que a natureza não reconhece fronteiras, da mesma forma que a poluição causada pelo desenvolvimento capitalista também não reconhece.

Marx, durante sua fase de transição, parece realmente acreditar que a ciência deve subjugar a natureza de acordo com as pretensas necessidades da sociedade, sem se importar com os limites naturais, com as leis da natureza. Todavia, isso só seria verdade caso fosse descartado o desenvolvimento da

sua concepção da natureza anterior, de sua concepção de dominação da natureza, da sua compreensão da intrínseca dependência do ser humano com a natural, principalmente por ser um ser natural.

A obra O Capital, como demonstrei está preocupada em responder às questões econômicas do capitalismo, em responder como são formadas as relações sociais, como o homem se relaciona entre si. Marx está trabalhando sob a ótica da natureza humana, pois acredita que a história da natureza foi respondida através da obra de Charles Darwin. Mas Marx, sabendo que a história, que o seu materialismo histórico, não pode ser respondido sem se dar conta da importância da natureza, explicita alguns fatos sobre a questão ambiental de sua época nessa obra.

Sob influência dos estudos do químico e agrônomo Liebig, Marx percebe que a agricultura capitalista é a grande responsável pela destruição dos solos e das florestas. Também percebe que a indústria capitalista é prejudicial à saúde humana e à degradação da natureza e, que é responsabilidade da nova sociedade socialista preservar a natureza para as futuras gerações. Com isso, Marx faz uma retificação muito importante quando diz que a revolução do proletariado não deve simplesmente se apropriar das forças de produção, do modo de produção e, sim, deve revolucionar esses aparatos de acordo com a integridade física e psicológica do ser humano, e com a sua relação sociedade-natureza, deve-se atentar ao equilíbrio ecológico. A revolução socialista vai além da supressão da propriedade privada, da supressão do Estado, da ditadura do proletariado, ela é a supressão de todo processo produtivo capitalista.

Marx vai demonstrar que por meio da análise do materialismo histórico, podemos ter a capacidade de perceber o quão é degradante o sistema capitalista tanto para o ser humano quanto para a natureza.

Visto isso, concludo que as críticas feitas pelos ecologistas, ambientalistas, contra Marx, dizendo que este não refletiu acerca da natureza não passa de um mal-entendido e por muitas vezes são injustas. Marx, pelo

contrário, compreendia a sociedade justa, socialista, como a realização plena do homem com a natureza, intermediada pelo trabalho. Marx rompeu com a concepção de que a natureza era algo externo, defendendo a ideia de que o metabolismo entre o ser humano e a natureza é a plena realização do materialismo histórico.

Mesmo tendo uma visão antropocêntrica, Marx está próximo de uma concepção de natureza de coevolução, pois o ser humano deve preservar a natureza para conseguir continuar se desenvolvendo, sendo a natureza a sua principal e única condição de existência. Entretanto, é antropocêntrico ao extremo, pois não é na visão de Marx útil refletir sobre a natureza sem a presença da espécie humana, a natureza só passa a existir a partir do momento que existe a espécie humana, mesmo que a verdadeira história seja a somatória da história humana com a história da natureza, a natureza não tem consciência de si mesma. Mas também não podemos negar o fato de que por, muitas vezes, Marx, influenciado e admirado, pelos avanços da tecnologia, toma posições contraditórias.

Como afirma Altvater (2006), a concepção marxista sobre a relação homem-natureza é importante para a compreensão da problemática ecológica contemporânea. O autor afirma que Marx foi ambivalente no tratamento com a natureza, pois a sua teoria, por vezes, estava relacionada à tradicional teoria econômica e política, ou seja, em sua teoria existem traços do iluminismo tradicional, contendo uma lógica que, por muitas vezes, não levava em conta os limites naturais. Nessa lógica, o ser humano é o senhor de sua história, transforma a si mesmo e a natureza de acordo com as suas necessidades, sem se importar com os limites naturais, a natureza seria uma mera coisa a ser utilizada para a transformação da sociedade.

Löwy (2005) afirma que falta a Marx e Engels uma perspectiva ecológica de conjunto. Entretanto, diz que é impossível pensar em uma ecológica crítica à altura dos desafios contemporâneos, sem ter em conta a crítica marxiana da economia política, de seu questionamento da lógica destrutiva induzida pela acumulação limitada de capital. Dessa forma, uma

ecologia que não leve em conta o marxismo e sua crítica do fetichismo da mercadoria está condenada a não ser mais que uma correção dos “excessos” do produtivismo capitalista.

O’ Connor (2001) defende que o socialismo ecológico deve desenvolver uma política de classe global, frente à opressão e exploração econômica que vivemos na contemporaneidade, e principalmente porque a degradação ecológica está se tornando um problema exclusivamente de classe. Dessa forma, Pepper (1992) diz que tal socialismo ecológico é antropocêntrico, na rejeição da bioética, da mistificação da natureza, e de qualquer tipo de anti-humanismo. Nas palavras do autor, os seres humanos não são poluentes e tão pouco culpados pela soberba, cobiça, agressão e excesso competitivo. Esses fatos não fazem parte da herança genética do ser humano, são, na verdade, reflexo da economia vigente. Entretanto, é importante salientar que os seres humanos são diferentes dos outros animais, ao mesmo tempo em que não existe a separação do ser humano com a chamada natureza externa, a interação humana é natural, sendo esta natureza produzida e percebida socialmente. Assim, Pepper afirma que a alienação da natureza (a crença na natureza externa) é de responsabilidade dos próprios seres humanos. Sendo que esta alienação da natureza pode ser revertida através do controle coletivo dos meios de produção. Pois, para o autor, a produção encontra-se no centro da relação com a natureza, mas não é a sua totalidade. Com isso, a sociedade não deve dominar a natureza no sentido de transcender os limites e as leis naturais, o domínio que tem de ser coletivo em harmonia com as leis da natureza, domínio voltado às verdadeiras necessidades humanas.

O conceito de relação natureza-homem é o mais apropriado para a compreensão das contradições e dinâmica da relação social entre o ser humano e a natureza. Isso ocorre porque o conceito de relação natureza-homem posiciona o ser humano como o verdadeiro agente da transformação da natureza, o trabalhador, uma relação metabólica de natureza-homem, que é regulada pelas leis da natureza, ao mesmo tempo em que esta concepção consegue perceber que tal relação está sendo regulada pela dinâmica da formação social capitalista (Altvater, 2006).

Quaini (1979) expõe que Marx não conseguiria prever o quão maléfica é a produção capitalista ao meio ambiente, o quanto se agravaria as poluições de todos os tipos; fatos que temos a capacidade de perceber somente na atualidade. Entretanto, para o autor, Marx teve a intuição de que o a produção capitalista era um tipo de produção altamente destrutivo e nunca visto em formações anteriores.

O que Quaini está explicitando acima é o que foi explicado com o materialismo histórico de Marx comparado por ele mesmo, na obra “O Capital”, ao processo que Darwin utilizou para compreender a natureza. Com isso, posso afirmar, o socialismo ecológico na visão de Marx é uma redundância, pois, o socialismo por ele defendido, deve levar em conta a natureza, ou a análise do materialismo histórico estaria incompleta e abstrata (filosófica), não estaria baseada na prática humana. Portanto, a tentativa de O’ Connor, com a sua teoria da segunda contradição do capitalismo, o movimento encabeçado por Löwy, denominado de ecossocialismo, são, portanto, somente tentativas de enriquecer historicamente a teoria marxista, com os problemas ambientais que a sociedade vivenciou no século passado e atual, problemática que não foram vista por Marx.

Marx abriu o caminho para a compreensão da relação do homem com a natureza, da relação sociedade-natureza, que está na supressão da propriedade privada, no fim da alienação e insustentabilidade econômica, social e natural causada pelo capitalismo, para que possamos, com o próprio trabalho humano, ação, nos relacionar, por nós mesmos, com a natureza.

A sociedade hoje não percebe a destruição que causa à natureza porque está alienada de seu próprio trabalho e por consequência da própria natureza e, acaba transferindo toda responsabilidade da degradação das condições de vida ao Capital (as indústrias, ao Estado). Mas não percebe que esta relação capital é uma relação histórica, portanto, é uma relação socialmente construída, de responsabilidade de todos. O que temos como obrigação de realizar, na concepção marxista, é a criação de uma nova sociedade, uma sociedade em que os meios de produção sejam do próprio

trabalhador, ao mesmo tempo em que sejam de todos, que a relação homem-natureza seja intermediada por essa relação orgânica, pelo próprio trabalho do homem.

Logo, concluo novamente que o socialismo ecológico é uma redundância, pois o socialismo de Marx está preocupado com as questões ambientais de sua época, preocupado com a preservação da natureza, tendo em vista a preservação e produção humana e, acima de tudo, percebe o ser humano e a natureza, integrantes de um fluxo que é inseparável, que constitui uma só ciência, uma só história.

Que Marx tratou a natureza está claro que sim, como transcorremos nas páginas deste trabalho, que esta concepção é importante, para a compreensão dos problemas ambientais, também se faz verdade, pelo seu materialismo histórico. Entretanto, deve-se refletir sobre essa sociedade idealizada por Marx, por meio dos fatos históricos, que a sociedade vivenciou no século passado e os que estão ocorrendo em pleno século XXI. Essa reflexão deve ser feita para responder ao silêncio técnico de Marx de como seria essa produção socialista em equilíbrio com as leis naturais, na preservação da natureza para as futuras gerações. É nesse ponto que se faz importante a corrente de pensamento ecossocialista, pois busca, junto ao desenvolvimento atual das energias e produção limpas, os rumos para a produção socialista.

Mas o que deve estar mais clara e desenvolvida é a idéia de que se de fato esta concepção de natureza de Marx é a mais coerente na construção de uma sociedade de justiça social e ecológica. Uma concepção de natureza que é ecológica, em parâmetros antropocêntricos, que vai contra a qualquer mistificação da natureza. Pois Marx mesmo afirma que só pode refletir a validade da natureza perante as necessidades humanas, não fazendo sentido refletir acerca de uma natureza que não é transformada pelas ações humanas ou por suas consequências, que a natureza só faz sentido se for compreendida pela segunda natureza, pela natureza construída.

Essa concepção de natureza, com base no antropocentrismo, mostra que a sociedade nunca vai estar em equilíbrio pleno com a natureza e, que esse equilíbrio só poderia ocorrer caso o ser humano vivesse somente das suas condições animais. Ou seja, todo desenvolvimento científico e tecnológico tem de ser descartado, o ser humano somente poderia viver do que a natureza nos fornece bruta e diretamente, sem a ação do trabalho humano. Se pretendermos seguir esse caminho, os pensamentos socialistas marxistas devem ser descartados, eles somente são válidos, se, realmente, considerarmos a única existência da natureza, da segunda natureza, da natureza que é historicamente modificada pela indústria. O socialismo é ecológico, na compreensão de que o desenvolvimento humano é natural, quando este preserva a sua existência, a natureza.

BIBLIOGRAFIA

ALIER, Joan Martínez. O Ecologismo dos Pobres – São Paulo: Editora Contexto, 2007.

ALIMONDA, Hector. Uma Herencia em comala (apuntes sobre ecología política latinoamericana y la tradición marxista) – in Revista Ambiente e Sociedade – Ano IV – nº 9 – 2º semestre de 2001 – UNICAMP.

ALTVATER, Elmar. Existe Um Marxismo Ecológico? – in Boron, Atilio A.; Amadeo, Javier; Gonzáles, Sabrina (organizadores) - A teoria Marxista Hoje/ Problemas e Perspectivas – Buenos Aires: CLACSO, 2006.

ANDRIOLI, Antônio. Tecnologia e Meio Ambiente na perspectiva de Marx – Revista Crítica Marxista, 27 – Campinas-SP: Editora Boitempo, 2008.

ANTUNES, Carlos; **JUQUIN**, Pierre; **KEMP**, Penny; **STENGERS**, Isabelle; **TELKAMPER**, Wilfrid; **WOLF**, Frieder Otto – Ecosocialismo/Uma alternativa verde para a Europa – Lisboa: Editora Divergência, 1990.

ATTALI, Jacques. Karl Marx ou o espírito do mundo; Rio de Janeiro: Record, 2007.

BENSAID, Daniel. Marx, o Intempestivo/Grandezas e misérias de uma aventura crítica – Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1999.

BOFF, Leonardo. Ecologia: Grito da Terra, Grito dos Pobres. Rio de Janeiro: Sextante, 2004.

BOSQUET, Michel. Ecologia e Política – Lisboa: Editoria Notícias, 1976.

CANTOR, Renan Veja. Marx, a ecologia e o discurso ecológico – in Nóvoa, Jorge (organizador) – Incontornável Marx - São Paulo: Editora UNESP, 2007.

CASTORIADIS, Cornelius e **BENDIT**, Daniel Cohn. Da Ecologia à Autonomia. São Paulo: Editora Brasiliense, 1981.

CHESNAIS, François; **SERFATI**, Claude. “Ecologia” e condições físicas de reprodução social: alguns fios condutores marxistas – Revista Crítica Marxista, 16 – Campinas-SP: Editora Boitempo, 2003.

DUARTE, Rodrigo A. de Paiva. Marx e a Natureza em O Capital – Coleção Filosofia – São Paulo: Edições Loyola, 1986.

DUPUY, Jean-Pierre. Introdução à crítica da ecologia política – Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1980.

FERREIRA, Leila da Costa. A Questão Ambiental/Sustentabilidade e políticas públicas no Brasil – São Paulo: Editora Boitempo, 1998.

FERREIRA, Leila da Costa. Ideias para uma sociologia da questão ambiental no Brasil – São Paulo: Editora Annablume, 2006.

_____. Limites Ecosistêmicos: Novos Dilemas e Desafios para o Estado e para a Sociedade – in Dilemas Socioambientais e Desenvolvimento Sustentável – Hogan, Daniel Joseph; Vieira, Paulo Freire (orgs.) – Coleção Momentos – Campinas-SP: Editora UNICAMP, 1995.

_____. Sociologia ambiental, teoria social e a produção intelectual no Brasil – Revista Ideias, ano 8 (2) – Revista do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas, 2001.

FOSTER, Jonh Bellamy. A ecologia de Marx/materialismo e natureza – Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

FREDERICO, Celso. O jovem Marx: 1834-1844 as ontologias do ser social – 2ª edição – São Paulo: Expressão Popular, 2009.

Giannotti, José Arthur. Vida e Obra – em Marx/ Coleção os Pensadores – São Paulo: Editora Nova Cultural Ltda, 1999.

GIDDENS, Anthony; **BECK**, Ulrich; **LASH**, Scott – Modernização Reflexiva/Política Tradição e Estética na Ordem Social – São Paulo: Editora UNESP, 1997.

GOLDBLATT, David. Teoria Social e Ambiente – Lisboa: Instituto Piaget, 1996.

GORZ, André. O Socialismo Difícil – Rio de Janeiro: Editora Zahar, 1968.

_____. Capitalisme, socialisme, ecologie: desorientations, orientations – Paris: Galilee, 1991.

_____. Ecology politics – London: Pluto, 1980.

_____. Misérias do Presente, Riquezas do Possível. São Paulo: Editora: Annablume, 2004.

_____. O Imaterial. São Paulo. Editora Annablume, 2005.

HANNIGAN, John A.. Sociologia Ambiental – **Petropóles**-RJ: Editora Vozes, 2009.

HARVEY, David. Espaços de Esperança – São Paulo: Edições Loyola, 2004.

HOGAN, Daniel Joseph e **VIEIRA**, Paulo Freire orgs. Dilemas **Sócio Ambientais** e Desenvolvimento Sustentável. Campinas – SP: Editora da UNICAMP, 2ª edição, 1995.

ILLICH, Ivan. A Convivenciabilidade – Lisboa: Publicações Europa-América, 1973.

LEIS, Hector R.. Ambientalismo: um projeto realista-utópico para a política mundial – in Meio Ambiente, desenvolvimento e cidadania: desafios para as ciências sociais – 4ª edição – vários autores – São Paulo: Editora Cortez, 2002.

LENZI, Cristiano Luis. Sociologia Ambiental/Risco e Sustentabilidade na Modernidade – Bauru-SP: EDUSC, 2006.

LIPIETZ, ALAIN. A Ecologia Política e o Futuro do Marxismo. Revista Capitalism, Nature, Socialism, março de 2000.

LOWY, Michael et. al. Marxismo Hoje. São Paulo: Editora Xamã, 1996.

MARX, Karl. O Capital, volumes I,II,III,IV e V – São Paulo: Nova Cultural, 1985.

_____. De Marx ao Ecosocialismo – in Löwy, Michael; Bensaid, Daniel – Marxismo, Modernidade, Utopia – São Paulo: Editora Xamã, 2000.

_____. A Questão Judaica – 5ª edição – São Paulo: Centauro, 2000.

_____. Manuscritos Econômico-Filosóficos – São Paulo: Boitempo, 2004.

_____. Ecologia e Socialismo – São Paulo: Editora Cortez, 2005.

MARX, Karl; **ENGELS**, Friedrich. Obras Escolhidas, volumes I,II e III – São Paulo: Alfa-Omega, 1986.

_____. Manifesto Comunista – São Paulo: Boitempo, 1998.

_____. A Ideologia Alemã – São Paulo: Boitempo, 2007.

MÉSZÁROS, István. Para além do capital: rumo a uma teoria da transição – Campinas-SP: Boitempo, 2002.

_____. O desafio e o fardo do tempo histórico: o socialismo do século XXI – São Paulo: Boitempo, 2007.

_____. A Crise Estrutural do Capital – São Paulo: Editora Boitempo, 2009.

NAVES, Márcio Bilharinho. Marx: ciência e revolução – São Paulo: Moderna; Campinas-SP: Editora da Universidade de Campinas, 2000.

O'CONNOR, James. Causas Naturales/Ensayos de marxismo ecológico – México: Siglo Veintiuno Editores, 2001.

PEPPER, David. Socialismo Ecológico/Da Ecologia Profunda à Justiça Social – Lisboa: Instituto Piaget, 1993.

QUAINI, Massimo. Marxismo e Geografia – Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 1979.

SMITH, Neil. Desenvolvimento desigual: natureza, capital e a produção de espaço – Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1988.

WALDMAN, Maurício. Ecologia e Lutas Sociais no Brasil – São Paulo: Editora Contexto, 2002.

VIOLA, Eduardo J.; **LEIS**, Héctor R.. Desordem Global da biosfera e a nova ordem internacional: o papel organizador do ecologismo. – in Ecologia e Política Mundial – Leis, Héctor R. (org.) – Rio de Janeiro: Editora Vozes, 1991.